

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA
CATARINA, *CAMPUS* FLORIANÓPOLIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
EM REDE NACIONAL (PROFFEPT)**

**A INTERAÇÃO DIALÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE
EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA.**

GRASIELA LUCIA DE PINHO

Florianópolis

2024

GRASIELA LUCIA DE PINHO

**A INTERAÇÃO DIALÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE
EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA.**

Dissertação submetida ao Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) como requisito parcial para obtenção de Diploma do Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional.

Orientador: Profa. Prof. Douglas Paulesky Juliani, Dr.

Florianópolis

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

Pinho, Grasiela Lucia de
A INTERAÇÃO DIALÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS
DE EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA / Grasiela
Lucia de Pinho; orientação de Douglas Paulesky
Juliani. - Florianópolis, SC, 2024.
149 p.

Dissertação (Mestrado) - Instituto Federal de Santa
Catarina, Câmpus Florianópolis. Mestrado Profissional
em Educação Profissional e Tecnológica em Rede
Nacional (ProFEPT). Departamento Acadêmico de Linguagem,
Tecnologia, Educação e Ciência.
Inclui Referências.

1. Extensão. 2. Interação Dialógica. 3. Interação
Educativa. 4. Projeto Extensionista. 5. Educação Profissional
e Tecnológica. I. Juliani, Douglas Paulesky. II.
Instituto Federal de Santa Catarina. III. A INTERAÇÃO
DIALÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE EXTENSÃO
DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA.

AGRADECIMENTOS

Com meus agradecimentos espero contemplar a todos que me auxiliaram de alguma forma nesta nova realização acadêmica.

Agradeço aos meus amigos Fábio Alexandre e Elandria por acreditarem em mim e me estimularem a realizar a inscrição no mestrado. Minha jornada foi mais fácil com vocês ao meu lado, me ajudando e incentivando nos momentos mais difíceis. Se não fosse esse empurrão talvez não estivesse aqui.

Agradeço a meu esposo Cleber; quem, mesmo diante dos desafios, me apoiou com muita paciência, até mesmo nos momentos em que a paciência me faltava.

Agradeço aos professores que me deram todos os ensinamentos necessários para iniciar essa pesquisa, mesmo que eu por muitas vezes não enxergasse o final do trajeto.

Agradeço ao meu orientador Prof. e Dr. Douglas Paulesky Juliani, por aceitar este desafio, discutindo e direcionando as etapas da pesquisa para que os objetivos não se perdessem.

Agradeço à minha afilhada Melícia Isabel de Pinho, que me auxiliou durante todo o processo, me dando apoio para que conseguisse focar nos estudos e nas tarefas mais importantes.

Agradeço a alguns colegas de turma que me apoiaram e me ajudaram a concluir a primeira etapa dos estudos. Mariza Marchioro Turcato e Fernando Secchi: só tenho a agradecer pelas dicas, apoios e momentos de desabafos. Vocês foram fundamentais para o êxito nessa fase dos estudos.

Finalmente, agradeço a Deus por me dar o dom da vida e fé para lutar contra meus medos e ultrapassar todos os obstáculos, pois o resultado vale a pena.


GRASIELA LUCIA DE PINHO

**A INTERAÇÃO DIALÓGICA NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS DE
EXTENSÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA.**


Esta Dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em
Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina -
Câmpus Florianópolis.

Florianópolis, 13 de setembro de 2024.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DOUGLAS PAULESKY JULIANI**
Data: 25/09/2024 15:39:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Prof^o. Douglas Paulesky Juliani, Dr. - Orientador(a)

Documento assinado digitalmente
 **CRISLAINE GRUBER**
Data: 16/09/2024 14:51:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Prof^a Crislaine Gruber, Dra - Membro Interno

Documento assinado digitalmente
 **ALFREDO BALDUINO SANTOS**
Data: 19/09/2024 09:16:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Prof^o. Alfredo Balduino Santos, Dr. - Membro Externo




GRASIELA LUCIA DE PINHO

**DIALOGANDO COM A COMUNIDADE NO DESENVOLVIMENTO DAS
ATIVIDADES DE EXTENSÃO**


Este Produto Educacional foi julgado e aprovado para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Santa Catarina - Câmpus Florianópolis.

Florianópolis, 13 de setembro de 2024.


BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **DOUGLAS PAULESKY JULIANI**
Data: 25/09/2024 15:35:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Prof^o. Douglas Paulesky Juliani, Dr. - Orientador(a)

Documento assinado digitalmente
 **CRISLAINE GRUBER**
Data: 16/09/2024 14:50:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Prof^a Crislaine Gruber , Dra - Membro Interno

Documento assinado digitalmente
 **ALFREDO BALDUINO SANTOS**
Data: 19/09/2024 09:13:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

.....
Prof^o. Alfredo Balduino Santos, Dr. - Membro Externo



ninguém educa ninguém, como tampouco
ninguém se educa a si mesmo: os homens
se educam em comunhão, mediatizados
pelo mundo.

(Paulo Freire, 1987, p.39)

RESUMO

PINHO, Grasiela Lucia de. **A interação dialógica no desenvolvimento de projetos de extensão do Instituto Federal de Santa Catarina**. 2024. 153 p. Dissertação (Curso de Pós-Graduação *stricto sensu* Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional) – Instituto Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2024.

Com a premissa de que a extensão compõe os pilares da educação brasileira – inter-relacionada com o ensino e a pesquisa –; promovendo o compartilhamento de saberes científicos da academia conjurado aos saberes práticos advindos da comunidade; a extensão visa a ser instrumento de mudança social – com compromisso, justiça, solidariedade e democracia –, conforme a Política Nacional de Extensão Universitária. Ao longo dos anos, o entendimento sobre a extensão foi se modificando, até que hoje se chegasse à compreensão de que, para realizar as atividades extensionistas, é necessária a interação dialógica entre docente, estudante e comunidade, reconhecendo e compartilhando todas as formas de saberes, para construir de forma coletiva novos conhecimentos. É nesse contexto que se situa o objetivo deste estudo: analisar como ocorre a interação dialógica nas etapas que envolvem os projetos de extensão, especificamente, como local de análise, no Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Trata-se de uma pesquisa aplicada, com abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva. A coleta de dados ocorreu por meio de documentos oficiais concernentes à extensão no IFSC; assim, foi utilizada a análise documental como procedimento técnico. Esses dados foram analisados à luz do referencial teórico coletado. O produto educacional desenvolvido é voltado à capacitação dos servidores para práticas dialógicas em todas as etapas de concepção, planejamento e execução de um projeto de extensão; o que se deu em duas etapas. A primeira consistiu na produção de oficina pedagógica para a capacitação e orientação da comunidade interna do IFSC. Em paralelo, como complemento do produto educacional, realizou-se uma customização no sistema gerencial institucional focada em facilitar o sistema de busca das ações de extensão desenvolvidas nos câmpus do IFSC, potencializando o acompanhamento das ações tanto para a comunidade interna como externa ao IFSC.

Palavras-chave: Extensão. Interação Dialógica. Interação Educativa. Projeto Extensionista. Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

PINHO, Grasiela Lucia de. **Dialogic interaction in the development of extension projects at the Federal Institute of Santa Catarina**. 2024. 153 p. Dissertation (Stricto Sensu Post-Graduate Course Professional Master's Degree in Professional and Technological Education in a National Network) - Federal Institute of Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2024

With the premise that extension makes up the pillars of Brazilian education - interrelated with teaching and research -; promoting the sharing of scientific knowledge from academia combined with practical knowledge from the community; extension aims to be an instrument of social change - with commitment, justice, solidarity and democracy -, according to the National University Extension Policy. Over the years, the understanding of extension has changed, until today we have come to understand that, in order to carry out extension activities, there needs to be dialogical interaction between teachers, students and the community, recognizing and sharing all forms of knowledge, in order to collectively build new knowledge. It is in this context that the aim of this study is situated: to analyze how dialogic interaction occurs in the stages involving extension projects, specifically, as a place of analysis, at the Federal Institute of Santa Catarina (IFSC). This is an applied study with a qualitative approach, exploratory and descriptive in nature. Data was collected using official documents relating to extension at the IFSC; documentary analysis was used as a technical procedure. This data was analyzed in the light of the theoretical framework collected. The educational product developed is aimed at training civil servants in dialogic practices at all stages of the design, planning and execution of an extension project; this took place in two stages. The first consisted of producing a pedagogical workshop to train and guide the IFSC's internal community. In parallel, as a complement to the educational product, a customization was made to the institutional management system to facilitate the search system for extension actions developed on the IFSC's campuses, enhancing the monitoring of actions for both the internal and external IFSC communities.

Keywords: Extension. Dialogic Interaction. Educational interaction. Extensionist project. Professional and Technological Education

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Resumo dos conceitos da extensão ao longo dos anos.....	37
Quadro 2: Indicadores para avaliação das ações extensionistas.....	47
Quadro 3: Resumo da Caracterização da pesquisa alinhado a seus objetivos	52
Quadro 4: Resumo dos Resultados da Busca Sistematizada	54
Quadro 5: Síntese da Busca Sistematizada	54
Quadro 6: Editais Fomentados pela Proex/Reitoria e seus objetivos	61
Quadro 7: Resumo da Coleta de dados	65
Quadro 8: Resumo dos Riscos e estratégias utilizadas na pesquisa	67
Quadro 9: Práticas participativas levantadas nos 12 projetos onde ocorreu interação dialógica nas etapas dos projetos de extensão.....	78
Quadro 10 - Plano de desenvolvimento do Produto Educacional.....	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Dimensões analisadas nos 36 (69,23%) projetos nos quais não foi possível observar a interação dialógica em todas as etapas de escrita do projeto... 72

Gráfico 2 - Gráfico 2 - Dimensões analisadas nos 12 (23,07%) projetos nos quais foi possível observar a interação dialógica nas etapas de escrita do projeto..... 77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma da Proex.....	56
Figura 2: Editais publicados em 2022.....	59
Figura 3: Editais publicados em 2023	59
Figura 4: Buscar ações: pelo título do projeto	68
Figura 5: Página pública principal Sigaa-Extensão	69
Figura 6: Hipóteses para análise documental	71
Figura 7: Sistema operacional Sigaa-Extensão	88
Figura 8: Sistema de busca Sigaa-Extensão.....	88
Figura 9: Modo Memorandos: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC	90
Figura 10: Novo sistema de filtros do Sigaa-Extensão após customização.....	92
Figura 11: Sistema de resultados do Sigaa-Extensão antes da customização	93
Figura 12: Sistema de resultados Sigaa-Extensão após customização	94
Figura 13: Capa da oficina	96
Figura 14: Roteiro da oficina.....	97
Figura 15: Regiões onde o IFSC está localizado em Santa Catarina.....	101
Figura 16: Enquete realizada no grupo de WhatsApp	102
Figura 17: Documento para preenchimento dos coordenadores de extensão.....	103

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Trajetória profissional da autora.....	15
1.2 Contextualização, problema e justificativa da pesquisa.....	18
1.3 Objetivos.....	23
1.3.1 Objetivo Geral.....	23
1.3.2 Objetivos Específicos.....	24
1.4 Aderência ao Programa PROFEPT.....	24
1.5 Estrutura do trabalho.....	25
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	26
2.1 A universalização da extensão e suas dimensões.....	26
2.2 A extensão na educação profissional e tecnológica (EPT).....	30
2.3 A interação dialógica nas atividades extensionistas da EPT.....	34
2.3.1 O que é interação dialógica.....	35
2.3.2 Atribuições dos atores extensionistas no processo da interação dialógica.....	41
2.4. Considerações sobre a fundamentação teórica.....	48
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	51
3.1 Caracterização da Pesquisa.....	51
3.2 Etapas da Pesquisa.....	51
3.2.1 Busca sistematizada de literatura.....	53
3.3 Contexto e participantes.....	55
3.4 Instrumento de coleta, geração e análise de dados.....	65
3.4.1 Aspectos éticos da pesquisa.....	66
3.4.2- Coleta de dados: Análise Documental dos Projetos de extensão submetidos ao edital nº 12/2022 e nº 16/2023.....	67
3.4.3 - Analisando os dados.....	70
4 PRODUTO EDUCACIONAL.....	84
4.1 Caracterização do produto educacional	84
4.2 Elaboração.....	86
4.2.1 - Tipologia do produto educacional: Software/Aplicativo.....	86
4.2.2 - Curso/Oficina de formação profissional: Dialogando com a comunidade no desenvolvimento das atividades de extensão.....	93
4.3 Aplicação.....	99
4.4 Avaliação e Validação.....	106
5 CONCLUSÕES.....	113
6. REFERÊNCIAS.....	117
APÊNDICE A – ROTEIRO DA OFICINA - “Dialogando com a comunidade no desenvolvimento das atividades de extensão”.....	128

APÊNDICE B - SLIDES DA OFICINA.....	129
APÊNDICE C – AVALIAÇÃO DA OFICINA.....	141
ANEXO A – APROVAÇÃO DA PESQUISA NO CEPESH.....	149

1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo apresenta-se a trajetória da autora e sua aderência ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT); bem como contextualiza-se o problema de pesquisa, juntamente com os objetivos gerais e específicos.

1.1 Trajetória profissional da autora

Nascida na capital de Santa Catarina, na cidade de Florianópolis, no dia 31 de dezembro de 1983, em uma gestação gemelar, viveu e cresceu na ilha de Florianópolis com os pais e dois irmãos, sendo um deles sete anos mais velho.

Filha de pai bancário e mãe do Lar, sempre estudou em escola pública e frequentou projetos de contraturno escolar em associação do Bairro “Associação de pais e amigos da criança e do adolescente- APAM”.

O processo formativo durante os anos iniciais desempenha um papel crucial no desenvolvimento infantil. A autora desta pesquisa teve a oportunidade de engajar-se tanto no sistema de ensino regular como em atividades extracurriculares, incluindo a participação em um projeto social. Esse projeto não apenas contribuiu para sua educação formal em sala de aula, através da resolução de exercícios, mas também teve um impacto significativo em seu desenvolvimento pessoal e social.

Apesar de as escolas públicas frequentemente não conseguirem oferecer um ambiente de educação integral, as associações e projetos desempenham um papel valioso ao atuar como parceiros. Eles proporcionam aos estudantes um espaço que vai além das atividades acadêmicas, abrangendo a convivência social, experiências culturais e oportunidades esportivas. Esses ambientes se apresentam como meios para proporcionar aos estudantes uma formação abrangente, que engloba não somente o desenvolvimento intelectual, mas também o cognitivo, produtivo, social e pessoal.

Krolow e Casteleins (2009, p. 2) expressam que a qualidade na escola “não é definida apenas na introdução de novas tecnologias, equipamentos avançados, mas sim de transformações, mudanças na área da educação, ou seja, nas relações humanas e nos serviços oferecidos”, se tornando uma alternativa no processo de

aprendizagem “que visam à complementação das oportunidades de aprendizagem, oferta de atividades educativas diversas”, tanto dentro do espaço escolar como fora dele.

A formação de nível médio foi realizada na maior escola estadual de Florianópolis, uma instituição altamente concorrida devido ao sistema de ingresso por sorteio. O Instituto Estadual de Educação não apenas oferece um currículo regular, mas também uma gama diversificada de atividades extracurriculares e formativas, incluindo cursos, projetos e esportes em diversas áreas. Isso proporciona aos estudantes uma formação de maior qualidade e amplitude.

De acordo com Monteiro e Scaff (2008), a ampliação da jornada escolar desempenha um papel importante na redução das desigualdades educacionais, ao democratizar as oportunidades de aprendizado. Isso se traduz em uma conscientização social e cultural mais profunda, além de uma visão mais ampla da realidade e dos ambientes de convívio.

Após concluir o ensino médio, a autora iniciou uma nova etapa em busca da escolha profissional. Residindo na capital e próximo às universidades públicas, as opções eram vastas, o que intensificou muitas dúvidas sobre a escolha da graduação certa ao seu perfil.

Os processos seletivos universitários iniciaram com as matrículas em cursos pré-vestibulares. Apesar dos esforços, a aprovação veio somente no segundo ano de preparação, em 2005, quando o ingresso no Curso de Bacharelado em Serviço Social aconteceu.

Durante o curso, a autora trabalhou como bolsista dentro da universidade. Parte desse tempo foi dedicado a uma escola de educação infantil privada, enquanto outra parte foi desempenhada no Centro de Letras e Literatura Vernáculas, localizado no prédio “Centro de Comunicação e Expressão” da UFSC. Essa experiência trouxe um notável desenvolvimento pessoal e proporcionou conhecimentos pedagógicos que enriqueceram tanto sua vida acadêmica quanto profissional.

Em 2007, durante o período do estágio obrigatório (no curso de Serviço Social realizado na 5ª fase), desenvolveu atividades na Promotoria da Infância e Juventude do Ministério Público. O atendimento ao público e a variedade de demandas

desempenhadas proporcionaram uma visão prática do exercício profissional. Esse período se tornou o foco do trabalho de conclusão de curso.

Após a conclusão da faculdade, em 2009, a autora trabalhou sob contratos na modalidade CLT até a sua efetivação no serviço público em 2013. Durante esse período de trabalhos temporários, assumiu o cargo de assistente social nos municípios de Florianópolis e São José. O primeiro contrato foi assinado com a Secretaria de Assistência Social do município de Florianópolis, onde desempenhou atividades como Conselheira Tutelar por um ano e meio. Essa experiência foi crucial para seu amadurecimento profissional, pois adicionou informações valiosas ao seu repertório, abrangendo várias áreas do direito, enriquecendo ainda mais sua experiência.

Em 2011, foi selecionada em um processo seletivo para assumir a função de Assistente Social no Município de São José, através da Secretaria de Assistência Social, no Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS. No entanto, após atuar nessa área, optou por assumir função na Secretaria de Assistência Básica do município. Sua intenção era focar na prevenção, por isso assumiu a responsabilidade de inaugurar o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, no bairro Zanelato, o primeiro do bairro.

O trabalho dentro de uma equipe multidisciplinar expandiu os horizontes da formação profissional, com a conexão da comunidade ao redor, bem como o estabelecimento de parcerias com instituições públicas; o que criou oportunidades de colaboração inéditas no bairro.

Em 2013, a autora foi nomeada para a vaga de Assistente Social, na categoria Técnico Administrativo em Educação — TAE, no Campus Joinville do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC. Essa chamada foi possível graças ao programa de expansão institucional que oportunizou a contratação de profissionais aos diversos câmpus do IFSC.

Com a nomeação no quadro permanente institucional, foi possível realizar formações para atuação e crescimento profissional dentro da Educação Profissional. Assim, em 2014, o curso de pós-graduação lato sensu em Educação Especial Inclusiva no Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI) foi iniciado.

Na ocasião de troca de gestão no IFSC em 2020, a pesquisadora foi convidada a assumir o cargo na Assessoria da Pró-reitoria de Extensão e Relações

Externas (Proex), localizada na Reitoria na cidade de Florianópolis (gestão 2021-2025). Essa foi a oportunidade de retornar a cidade natal e atuar em novas demandas, conhecendo a extensão e os processos administrativos, organizativos e de regulamentação, o que despertou o interesse da pesquisadora a continuar o trabalho na Proex e iniciar consultas e pesquisas dentro da área da atuação extensionista.

Após processo de remoção, a pesquisadora está lotada na Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas da Reitoria – portaria do Reitor nº 3462/2023 – como assistente social, mas continuará desempenhando a função na assessoria da Proex até o final do mandato da Gestão, em 2025.

O Programa de pós-graduação *strictu sensu* em Educação Profissional e Tecnológica é o próximo passo para compreender essa dinâmica numa conexão entre educação, trabalho e fazer profissional, tão intrínseca na realidade dos trabalhadores.

Desta forma, a pesquisa direcionada à área de interesse e escolha profissional da pesquisadora se torna relevante, pois objetiva melhorar os processos e capacitar os servidores do IFSC a uma Extensão mais dialógica.

1.2 Contextualização, problema e justificativa da pesquisa

Diversas mudanças conceituais e ideológicas ocorreram ao longo da trajetória política, econômica e cultural do Brasil; e apesar de alguns avanços, o campo de estudo da extensão como processo formativo vem se consolidando a passos lentos. É possível dizer que o seu histórico, marcado pelo viés assistencialista e mercantilista, se tornou, com o passar do tempo, uma barreira difícil de superar. Isso tem transformado o processo de consolidação e implementação da extensão lento e árduo; agravado pela pouca destinação de recursos e uma ainda frágil discussão do que é necessário para sua efetivação enquanto política de ensino de forma plena (PASSOS; LOHN, 2022).

O processo de concepção da extensão no ensino superior brasileiro enquanto espaço de intervenção na sociedade sempre foi marcado e influenciado pelas mobilizações estudantis e pelas intervenções político-ideológicas que

acompanhavam a ordem governamental, transformando a extensão num instrumento de reflexão, que vinculava as necessidades e os anseios da população (ALMEIDA, 2015).

Passos e Lohn (2022), apontam que inicialmente, a extensão estava centrada principalmente em serviços sociais e culturais, oferecendo cursos e palestras para a comunidade de forma pouco articulada com o ensino e a pesquisa. Neste sentido, a comunidade era vista por muitas vezes apenas como público alvo das ações, ficando longe das tomadas de decisões.

Foi na década de 1960, através das mobilizações universitárias estudantis que a extensão deixou de ser discutida sob um viés assistencialista; neste momento passou a ser compreendida como espaço de conscientização e comprometimento com as classes sociais. Essa nova vertente da extensão proporcionou discussões que contribuíram para a implementação das Políticas de Extensão no Brasil (SOUZA; PEREIRA, 2022). Cabe ressaltar que tal alteração na concepção do que é a extensão e qual seu papel perante a comunidade não ocorreu de forma homogênea; é um tema a ser debatido e defendido, que ainda necessita de muitos avanços, como será visto ao decorrer deste estudo.

A partir das mudanças relativas à temática da extensão, o papel das instituições de educação superior como transmissoras do conhecimento começa a ser discutido sob uma nova lógica de troca de conhecimento com a sociedade e não mais para a sociedade (OLIVEIRA; LEAL DA COSTA, 2017).

Freire (1987) já descrevia o conceito de transmissão de conhecimento como “educação bancária”, no qual o conhecimento é apenas depositado de forma mecânica nos sujeitos, como refratários que devem ser preenchidos. Aqui se entende que a concepção de que os sujeitos são seres vazios que precisam ser preenchidos precisa ser rompida, e cabe trazer à luz a ideia de que os sujeitos são seres conscientes de suas relações com o mundo, o que embasa a educação libertadora que é defendida pelo educador e filósofo brasileiro. Para o Freire, uma educação libertadora possibilita mudanças curriculares importantes em seu conteúdo programático, pois “já não involucra finalidades a serem impostas ao povo, mas, pelo contrário, porque parte e nasce dele, em diálogo com os educadores, reflete seus anseios e esperanças” (1987, p. 59).

Diante do exposto, é possível perceber que ocorreu no cenário acadêmico ao longo do século XX uma reflexão sobre o propósito das instituições de ensino superior e sua relação com a comunidade. Antes disso, as universidades dedicavam seus esforços quase exclusivamente ao ensino e à pesquisa, com o anseio do avanço do conhecimento, mas sem uma preocupação de como esses saberes poderiam auxiliar a comunidade ao seu entorno (LOPES; COSTA, 2016). No entanto, à medida que o capitalismo se desenvolvia, surgiam novas demandas sociais, advindas das expressões da Questão Social, como por exemplo a vulnerabilidade social, o desemprego, a violência, a discriminação, falta de moradia, a precarização do trabalho, assim como a dificuldade de acesso à saúde e à educação (NETTO, 2001).

É nesse cenário que se amplia a visão do papel da educação e também das instituições de ensino, e fica evidente que o ensino e a pesquisa por si só não seriam mais suficientes. É assim que a extensão passa a ser discutida junto aos pilares da pesquisa e do ensino, e defendida como parte do “tripé da educação” (LOPES; COSTA, 2016).

Embora inicialmente tenha surgido como prática implementada apenas pelas universidades, o conceito da Extensão vem se ampliando às demais instituições de ensino, principalmente após a incorporação da Educação Profissional e Tecnológica pela Lei nº 11.892 de dezembro de 2008, que foi responsável por instituir a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, assim como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, onde a extensão foi estabelecida como finalidade e também objetivo.

Dentro da Educação Profissional e Tecnológica, autores como Allain e Wollinger (2021) e Oliveira e Leal Costa (2017), observaram algumas peculiaridades entre as ações dos institutos federais e das universidades que as diferenciavam. Diferente das Universidades que historicamente serviram como instrumento ideológico da classe dominante, os institutos federais nasceram com o intuito de serem instituições sociais comprometidas com e para todos (OLIVEIRA; LEAL DA COSTA, 2017). Ademais, a Educação Profissional e Tecnológica prima pela técnica e se diferencia das demais modalidades de ensino por meio de suas características de formação para o trabalho e suas relações sociais no mundo (ALLAIN; WOLLINGER, 2021a). Ambos relatam que essa perspectiva de formação para o

trabalho e suas relações com o ambiente, tornaram o aprendizado mais humanizado e problematizador, formando profissionais conscientes e críticos que poderão atuar profissionalmente impactando de forma significativa na sociedade.

O terceiro ponto trata dos níveis e modalidades de ensino. Diferentemente das universidades, os institutos federais realizam ofertas nas mais diferentes modalidades de ensino, garantindo a verticalização da aprendizagem em níveis de ensino médio, técnico e superior. Isso atrai um público jovem que inicia seu percurso formativo dentro das três dimensões da educação (ensino, pesquisa e extensão). Essa abordagem possibilita estimular uma prática mediada pela extensão, promovendo a troca de conhecimento e a construção de novos saberes (OLIVEIRA; LEAL DA COSTA, 2017).

Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade. (FORProex, 1987, s/p apud FORProex, 2012, p. 15)

Como visto no trecho acima, a extensão se propõe a ter maior relação com a realidade concreta da comunidade, tendo a defesa da participação democrática e efetiva desse segmento, buscando um impacto social.

Essa abordagem holística busca proporcionar uma formação completa aos estudantes, garantindo que eles não apenas adquiram conhecimento teórico, mas também desenvolvam habilidades práticas e compreendam o papel da academia na sociedade (MAIA; ARAUJO, 2014).

Aqui se percebe que a Educação Profissional e Tecnológica – EPT e a extensão guardam histórias semelhantes desde sua criação, assim como dividem dúvidas e incertezas metodológicas no seu “saber e fazer”. Atualmente, as duas esferas se complementam, já que, através da extensão, a EPT pode aproximar-se da realidade da comunidade ao seu redor, e com uma troca de saberes, propor intervenções quanto às demandas existentes (FOLIGNO *et al.*, 2021).

Outrossim, a extensão não se limita apenas à transferência de conhecimento, mas também busca fomentar a participação ativa da comunidade no processo de aprendizagem e no enfrentamento de desafios. Além de auxiliar a capacitação dos estudantes e futuros profissionais, a aplicarem suas habilidades acadêmicas em

contextos do mundo real, permitindo-lhes compreender a relevância de seus estudos para a sociedade em geral.

A Extensão que almejamos é sinalada por uma característica diferente daquela que a antecedeu, que, por vezes, tinha uma marca mais assistencialista ou de prestação de serviços. Ao contrário das fases anteriores, a Extensão deve estar pautada por uma relação ganha-ganha, feita e construída a partir do compartilhamento e do reconhecimento dos saberes que estão fora da universidade. (LISBOA FILHO, 2022, p.23)

Lisboa Filho (2022) alude que o grande leque de ações possíveis proporcionadas pela extensão contribuiu para que o Conselho Nacional de Educação (CNE) viesse a publicar em 2018 o documento que estabelece as cinco diretrizes da prática extensionista: interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; impacto na formação do estudante e impacto e transformação social. Essas diretrizes foram nomeadas de os “5 Is” e se tornaram os fundamentos da extensão.

Nesse panorama, a interação dialógica, que deve ocorrer entre a instituição de ensino e a sociedade, torna-se o pilar para o saber e o fazer extensionista, uma vez que as ações precisam ser pensadas para fora dos muros acadêmicos, em uma via de horizontalidade perante os sujeitos.

Sobre a aplicação das cinco diretrizes, Moreira et al (2018) apontam ser importante definir critérios para avaliação e monitoramento, que sejam capazes de resgatar o compromisso institucional para a estruturação das atividades extensionistas. Desta forma, com critérios estabelecidos, será possível prever os impactos das atividades junto aos segmentos sociais, considerando todo o seu processo de planejamento, execução e os instrumentos para sua avaliação.

Desse entrelaçamento de fatores, surge a necessidade da realização de pesquisas que se relacionem com a atuação dos três atores presentes nas ações extensionistas (docente, discente e comunidade externa), para melhor compreender a dinâmica e como se estabelece a interação dialógica na prática institucional.

Fundamentado na relação intrínseca entre educação e sociedade, se constitui como foco desta pesquisa a interação dialógica estabelecida entre os públicos estratégicos e a comunidade interna do IFSC; com o intuito de analisar como o projeto de extensão nasce e qual é o papel da comunidade externa nesse processo.

Este estudo ganha maior relevância com a resolução CNE/CES nº 7 de 18 de dezembro de 2018, instituída pelo Ministério da Educação – MEC; essa resolução exige que 10% da carga horária do currículo dos cursos de graduação seja destinada à extensão, o que apresenta uma importante mudança na extensão enquanto política de formação do estudante e traz novas demandas para o pensar extensionista e a estrutura dos currículos dos cursos de graduação (BRASIL, 2018).

Vieira, Matias e Domingues (2021), abordam a extensão como parte fundamental para a troca de saberes entre a instituição de ensino e a comunidade, mostrando uma relação construída na socialização do conhecimento e experiências, gerando maior proximidade com a realidade. Esse ponto se mostra importante pois a garantia da participação popular durante a elaboração, execução e avaliação dos projetos de extensão permite a democratização e o êxito do processo.

Com base nos argumentos supracitados, considerando a importância de ampliar a participação da sociedade nas atividades extensionistas, chega-se ao seguinte problema de pesquisa: **como potencializar a interação dialógica em todas as etapas de planejamento e elaboração dos projetos de extensão no contexto da EPT?** Para tal, é necessário compreender como ocorre tal interação, buscando identificar demandas e aspectos que necessitem de mudanças e proporcionem a potencialização desta prática.

1.3 Objetivos

Nesta seção são apresentados os objetivos desta pesquisa, dividindo-se em objetivo geral e objetivos específicos. Evidenciando assim, o que se espera alcançar no decorrer desta dissertação.

1.3.1 Objetivo Geral

Potencializar a interação dialógica no desenvolvimento dos projetos de extensão no contexto da Educação Profissional e Tecnológica — EPT. Para isso, são necessários os seguintes desdobramentos.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Compreender o que é a interação dialógica e qual a função da comunidade externa nas atividades de extensão;
- Identificar o papel dos atores envolvidos no processo de planejamento dos projetos de extensão, assim como em sua execução e avaliação;
- Verificar como ocorre a criação e planejamento de atividades de extensão no IFSC, com ênfase na identificação da participação da comunidade externa nesses processos;
- Propor alternativas que orientem os servidores e a comunidade a realizarem a interação dialógica em todas as etapas de elaboração e planejamento das atividades extensionistas.

1.4 Aderência ao Programa PROFEPT

Este projeto de pesquisa é aderente à linha de pesquisa II "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica (EPT)". Seu foco reside na apresentação de estratégias transversais e interdisciplinares que visam a proporcionar uma formação integral e significativa para os sujeitos envolvidos.

Tendo como ponto de partida os ideais de Paulo Freire sobre comunicação e educação; é possível observar que o ensino e a pesquisa por si só não conseguem promover todas as relações necessárias à formação do estudante. É necessária uma articulação que se fortaleça na vivência com a realidade, pois é “dialogando, se relacionando com o grupo social oprimido e ao mesmo tempo libertador, caráter do movimento social, que o estudante amplia e dá sentido às teorias acadêmicas, confrontando-as com os saberes práticos populares”. (CALIPO, 2006, p. 41)

Este estudo se enquadra à referida linha de pesquisa pois se propõe a estabelecer estratégias e conceitos que deem voz aos atores sociais, possibilitando o cumprimento do papel social que as instituições públicas de ensino superior devem ter, organizando e dando norte às ações estabelecidas dentro e fora da instituição de ensino.

A pesquisa encontra-se alinhada ainda ao macroprojeto 6, intitulado: “Organização de espaços pedagógicos na EPT”, uma vez que se orienta pela organização e planejamento dos espaços pedagógicos que instigam as relações desses espaços com o mundo do trabalho e a sociedade.

O presente estudo se alicerça na indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão e traz para o foco a importância da participação da sociedade dentro dos processos de planejamento dos projetos, principalmente os de extensão. Objetiva-se assim fomentar estratégias que estabeleçam, dentro dos projetos de extensão, uma relação mais efetiva com a sociedade

1.5 Estrutura do trabalho

Esta pesquisa divide-se em quatro capítulos. Na Introdução busca-se apresentar e delimitar o tema de pesquisa, apresentar os objetivos e a pesquisadora. Já os capítulos dois – Fundamentação Teórica –, apresentam o estado da arte que aborda o tema estudado.

O terceiro capítulo – Procedimentos Metodológicos –, apresenta a metodologia adotada neste trabalho, apontando suas características e instrumentos de coleta e análise de dados.

O quarto capítulo – Produto Educacional –, apresenta o produto escolhido e a ser elaborado, assim como seu processo de execução e validação.

Por fim são indicadas as conclusões e referências bibliográficas utilizadas para a fundamentação das discussões realizadas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção aborda a história da extensão no Brasil, destacando os principais apontamentos feitos por estudiosos da área e sua relação com a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Esse panorama é essencial para compreender as diferentes percepções sobre a extensão ao longo do tempo, bem como as que estão em vigor atualmente, servindo como base teórica para nortear este estudo.

2.1 A universalização da extensão e suas dimensões

A extensão universitária teve início no século XIX, na Inglaterra, onde era vista como educação continuada para adultos que não dispunham de acesso às universidades (GODOTTI, 2017). No Brasil, a primeira menção oficial à extensão ocorreu em 1931, pelo Decreto nº 19.851. Esse decreto concebia a extensão como um meio de socializar conhecimentos filosóficos, artísticos, literários e científicos (FRUTUOSO, 2020). Ainda assim, a extensão revestia-se de um caráter assistencial e de prestação de serviços, como descrito no artigo 42, em que se assevera: "a extensão universitária será efetivada por meio de cursos e conferências de caráter educacional ou utilitário" (BRASIL, 1931, s/p).

A leitura dos primeiros textos legislativos sobre o tema mostra que a extensão era vista como uma ferramenta utilitária, destinada a prestar serviços à comunidade, mas sem a participação ativa da sociedade nesse processo. A comunidade assumia, muitas vezes, o papel de público-alvo das ações acadêmicas, sem envolvimento e, muito menos, protagonismo nas decisões (PASSOS; LOHN, 2022).

No entanto, na América Latina, já se manifestavam reivindicações em torno da extensão universitária, como o Manifesto de Córdoba de 1918, na Argentina. Esse movimento estudantil criticava o distanciamento das universidades em relação aos problemas sociais, políticos, culturais e econômicos, sinalizando a necessidade de mudanças na extensão e na educação universitária como um todo (FOLIGNO et al., 2021).

A despeito das pressões por uma maior integração entre academia e sociedade, a extensão avançou lentamente. A Lei nº 5.540, promulgada em 1968, que organizava o ensino superior e sua articulação com o ensino médio, direcionava a extensão para melhorias comunitárias; todavia, ainda mantinha a comunidade como receptora passiva das ações acadêmicas, reforçando o viés assistencialista das décadas de 1960 e 1970 (OLIVEIRA; GOULART, 2015).

Foi somente com a criação da Coordenação de Atividades de Extensão (CODAE) em 1975, vinculada ao Departamento de Assuntos Universitários do MEC, que se iniciou uma mudança no entendimento da extensão. O Plano de Trabalho de Extensão Universitária passou a promover o diálogo entre ensino, pesquisa e a sociedade, atendendo outras instituições e a população em geral (FRUTUOSO, 2020).

Em 1975, Paulo Freire trouxe uma nova abordagem, onde a extensão passou a ser vista como um diálogo entre educador e educando, baseada na dialogicidade (FRUTUOSO, 2020). No entanto, essa concepção ainda não conseguiu romper completamente as barreiras da vida acadêmica.

A extinção do CODAE em 1987 deu lugar à criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Estaduais Brasileiras, atualmente conhecido como FORProex.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 trouxe mais destaque para a extensão, reconhecendo-a no artigo 207 como um componente indissociável do ensino e da pesquisa (BRASIL, 1988, n.p). Mesmo assim, faltavam diretrizes claras sobre como as atividades de extensão deveriam ser executadas.

Somente em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9.394, a extensão foi formalmente consolidada como um compromisso das universidades, reforçando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (JULIANI, 2015). No entanto, a extensão ainda era vista como prestação de serviços, separada do ensino regular (GODOTTI, 2017).

Atualmente, a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece diretrizes específicas para a extensão, incluindo, no art. 5, as seguintes orientações:

I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social; II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular; III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; IV- a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico (BRASIL, 2018, p. 2).

Nesse cenário, a extensão é reconhecida como parte fundamental para a reforma necessária nas matrizes curriculares, pois articula-se de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, promovendo uma atividade acadêmica que possibilita um processo pedagógico, educacional, cultural e científico mais abrangente. Esse reconhecimento evidencia o papel da extensão como um pilar na formação cidadã e como uma alternativa ao modelo hierarquizado de ensino.

De acordo com as pesquisas de Oliveira e Goulart (2015), Arruda-Barbosa et al. (2019), Vieira, Matias e Domingues (2021), e Lins et al. (2014), a maioria dos estudos sobre a extensão foca-se na "Extensão universitária", abordando apenas parte da prática extensionista, sem expandir a discussão para os diferentes níveis de formação e saberes.

Diferentes abordagens sobre as atividades da extensão podem ser observadas em documentos como o art. 4º da Resolução do Conselho Superior (CONSUP) nº 35/2015 do IFSC e o art. 3º da Resolução CONSUP nº 40/2016 (IFSC, 2016). Essas normativas refletem a preocupação com a incorporação da extensão nos currículos e sua aplicação em áreas de relevância social, em consonância com o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024. Tal ênfase aumentou com a implementação da Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que tornou obrigatória a inclusão de atividades de extensão nos currículos dos cursos de ensino superior. O art. 4º dessa resolução estabelece: "as atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos" (BRASIL, 2018, n.p), com prazo até dezembro de 2022 para implementação.

Com isso, a extensão ganha novas formas de aplicação, conforme descrito no art. 8º da Resolução:

Art. 8º As atividades extensionistas, segundo sua caracterização nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, se inserem nas seguintes modalidades: I - programas; II - projetos; III - cursos e oficinas; IV - eventos; V - prestação de serviços (BRASIL, 2018, n. p).

Apesar da variedade de formatos, a implementação da extensão nos currículos tem sido desafiadora para a comunidade acadêmica, sobretudo pela falta de orientações metodológicas de como fazê-lo (FRUTUOSO, 2020). Esse desafio é amplificado pela influência de organismos internacionais como o Banco Mundial (BM), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização dos Estados Americanos (OEA), e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) na história da extensão brasileira. Essas influências externas, somadas ao histórico dualista do Brasil e às parcerias com empresas privadas, geraram duas grandes correntes de extensão no país: uma de origem norte-americana e outra de origem europeia (NEVES, 2008; LISBOA FILHO, 2022).

A corrente norte-americana prioriza propósitos comerciais e empresariais, tratando a extensão como prestação de serviços (LISBOA FILHO, 2022). Já a corrente europeia tem um caráter mais assistencialista, voltado para a educação continuada de adultos. Essas influências estruturaram a extensão no Brasil sem considerar adequadamente suas especificidades e demandas, o que resultou em um modelo descontextualizado e deslocado da realidade brasileira.

Oliveira e Goulart (2015) identificam três fases históricas da extensão: 1) prestação de serviços, 2) assistencialismo, e 3) dialogicidade. No primeiro momento, a extensão se concentrou em suprir a demanda de mão de obra qualificada para a indústria emergente. No segundo, marcado pelas ditaduras militares na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, a extensão assumiu um caráter mais assistencialista, com o objetivo de proporcionar desenvolvimento e segurança para as camadas mais carentes da população. No terceiro momento, a extensão evoluiu

para um modelo dialógico, isto é: comprometido com a transformação social e com uma troca de saberes entre universidade, estudantes e comunidade.

A fase atual da extensão, chamada de "extensão dialógica", é caracterizada pela troca mútua de conhecimentos entre a universidade e a sociedade. Essa interação dialógica promove a transformação social e uma aprendizagem mútua, conforme afirmam Oliveira e Goulart (2015).

Arruda-Barbosa et al. (2019, p. 22) afirmam que as práticas extensionistas são vistas como estratégias para reduzir as taxas de abandono de cursos universitários pelos estudantes e facilitar o descobrimento vocacional dos discentes e ampliar a percepção do mundo universitário antes da sua formação. O IFSC, por meio da Resolução CONSUP nº 23/2018, adota a extensão como uma estratégia para promover a permanência e o êxito dos estudantes, alinhando-se às políticas de extensão estabelecidas no Brasil.

Destaca-se a concepção de projeto de extensão apresentada por Vieira, Matias e Domingues (2021, p. 2):

Ação processual e contínua de caráter educativo, social, artístico, científico ou tecnológico que contempla cinco princípios extensionistas, visando resultado de mútuo interesse para a sociedade e para a comunidade acadêmica, o qual pode estar vinculado a um programa ou ser isolado (VIEIRA et al, 2021, p. 2).

À luz desses princípios, é possível notar que a extensão ainda enfrenta diversos desafios. Os autores estudados enfatizam as dificuldades metodológicas e, ao mesmo tempo, ressaltam a crescente importância da implementação da abordagem dialógica, que integra ensino, pesquisa e extensão. Essa integração é fundamental para a formação abrangente dos estudantes, para a promoção da transformação social e para o envolvimento da comunidade externa com as instituições de ensino.

2.2 A extensão na educação profissional e tecnológica (EPT)

A Extensão e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) compartilham um pressuposto comum: a integralidade na formação do indivíduo. Enquanto a EPT busca formar profissionais com uma perspectiva prática e teórica, capacitando cidadãos, a extensão tem por foco a relação entre a instituição e a comunidade ao seu redor, promovendo a socialização de conhecimentos e experiências (FOLIGNO et al., 2021).

Historicamente, EPT e extensão têm origens semelhantes, voltadas à resolução de demandas sociais e econômicas. Inicialmente, ambas eram direcionadas aos indivíduos com carências materiais e também serviam aos interesses do capital (OLIVEIRA; COSTA, 2017).

Conforme trazido nos capítulos anteriores, nos primórdios, a extensão era compreendida de forma distante da prática educativa, com um viés assistencialista e de prestação de serviços. Foligno et al. (2021) e Oliveira e Costa (2017) destacam a necessidade de, ao contrário disso, “compreender o significado da extensão como uma prática educativa, suas possibilidades e os desafios de sua implementação no âmbito da educação profissional e tecnológica” (OLIVEIRA; COSTA, 2017, p. 2).

Dessa maneira, a partir de um entendimento mais amplo, a Extensão começa a alcançar todas as instituições de ensino superior, incluindo os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, que, com a promulgação da Lei nº 11.892/2008, foram equiparados às Universidades Federais em diversos aspectos (ROVATI et al., 2017).

O Plano de Trabalho da Extensão Universitária, uma das primeiras ações do CODAE criado em 1975, marcou um avanço significativo. Esse plano redefiniu alguns papéis da extensão, colocando-a na perspectiva da educação como uma troca dialógica de saberes e institucionalizando-a como uma atividade integrada ao ensino e à pesquisa, voltada para o atendimento da sociedade e das organizações, promovendo uma interação entre conhecimento acadêmico e popular (FRUTUOSO, 2020).

Nesse novo conceito, a população passa a deixar, pelo menos conceitualmente, o papel de objeto da intervenção para se transformar em sujeito do processo. A extensão é então percebida como um processo que articula o ensino e

a pesquisa, relacionando-se com os novos movimentos sociais (FORProex, 2012, p. 14).

A influência desse Plano possibilitou a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas (FORProex) em 1987, durante o 1º Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Nesse evento, novos conceitos sobre a extensão foram discutidos e difundidos, passando a ser vista como:

Processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico (FORProex, 2012, p.15).

Apesar de a Constituição Federal de 1988 mencionar diretamente apenas as universidades em seu artigo 207, o parágrafo 2º do mesmo artigo amplia o foco da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para todas as instituições de pesquisa científica e tecnológica.

Com isso, inicia-se uma reviravolta nos termos da extensão dentro das Instituições de Ensino Superior. Uma das principais conquistas desse processo é a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em 1996 (Lei nº 9.394/1996) e sua alteração pela Lei nº 11.741 em 2008, que institucionaliza a Educação Profissional Técnica e Tecnológica. A LDB, em seu artigo 43, inciso VII, define que uma das finalidades da educação é “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996, p. 17). Dessa forma, as ações de extensão passam a ser integradas aos diferentes níveis da educação profissional, incluindo o ensino técnico em suas diversas modalidades.

Além disso, tanto a Constituição de 1988, em seu artigo 213, quanto a LDB, em seu artigo 77, autorizam o apoio financeiro às ações extensionistas, o que é fundamental para o debate sobre a extensão em fóruns, ações do Estado e movimentos sociais:

Artigo 213 CF § 2º As atividades de Pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público.

Artigo 77º LDB § 2º. As atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público, inclusive mediante bolsas de estudo.

A Política Nacional de Extensão Universitária, em relação ao financiamento da extensão, estabelece que “o financiamento público da extensão não exclui a possibilidade de captação de recursos privados, por meio de parcerias com órgãos e instituições ligadas às áreas temáticas, e de articulações políticas com agências de desenvolvimento” (ROVATI, 2017, p. 7).

A criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (EPCT), por meio da Lei nº 11.892/2008, proporcionou uma ampliação das ações e estratégias para construir um novo modelo de extensão voltado à transformação social, consolidando a educação profissional brasileira.

Após a criação da lei que originou os institutos federais (Lei nº 11.892/2008); foi instituído, em 2009, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), com o objetivo de substituir o Conselho dos Dirigentes dos Centros Federais de Educação Tecnológica do Brasil (CONCEFET). O CONIF tem como uma de suas responsabilidades promover a “discussão, proposição e promoção de políticas de desenvolvimento da formação profissional e tecnológica, pesquisa e inovação” (CONIF, 2018), sendo responsável por dar suporte, orientar e respaldar as instituições congregadas, além de promover ações estratégicas para fortalecer e consolidar as instituições (CONIF, 2022).

Por meio das discussões promovidas pelo CONIF, a Extensão Profissional, Científica e Tecnológica passou a ser definida como:

Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional (CONIF, 2013, p. 16).

Assim, dentro da extensão, todos os atores são personagens importantes no fazer extensionista e no êxito das ações. A Política Nacional de Extensão Universitária (2012) preceitua a importância dessa comunicação e do engajamento entre os atores envolvidos, no sentido que informam que:

Sem a interação dialógica, permitida pelas atividades extensionistas, a Universidade corre o risco de ficar isolada, ensimesmada, descolada dos problemas sociais mais prementes e incapaz de oferecer à sociedade e aos governos o conhecimento, as inovações tecnológicas e os profissionais que o desenvolvimento requer (FORProex, 2012, p. 23).

Os institutos federais se inserem nesse contexto de formação cidadã em diversas modalidades de ensino e podem proporcionar uma educação mediada pela extensão, com foco na partilha e construção de novos saberes. Oliveira e Costa (2017, p. 9) argumentam que essa aproximação com a comunidade ocorre também por meio da “inserção contínua das atividades de extensão na prática acadêmica da Instituição”. Além disso, Xavier et al. (2013, p. 13) destacam que “por meio da extensão, os Institutos poderão proceder à difusão, socialização e democratização do conhecimento produzido e existente neles”.

A carta elaborada pelo FORProex de 2009, realizada em Porto Alegre, reforça o seguinte entendimento:

A extensão busca a constituição de uma educação problematizadora que provoca nos estudantes e na população potencialização de sua capacidade de pensar sobre os seus próprios problemas na busca de soluções conjuntas, alimentando um conhecimento baseado na participação e mobilização social. (FOREXT, 2009, p. 5)

É necessário construir modelos e processos que auxiliem no entendimento da extensão e em como ela deve ser compreendida e estruturada pelos atores envolvidos. A mesma Carta da FORProex (2009) declara que são essenciais critérios, prioridades e estratégias bem definidas para que as ações não sejam de cunho individualista ou respondam apenas a demandas pontuais. Em vez disso, é necessário que visem contribuir para as políticas públicas e enfrentar as diversas mazelas da sociedade. A extensão não deve substituir a responsabilidade do Estado na garantia do bem-estar, mas deve colaborar de forma conjunta para o enfrentamento coletivo das questões sociais e sua resolução.

2.3 A interação dialógica nas atividades extensionistas da EPT

A extensão tem avançado significativamente no contexto educacional, desempenhando um papel crucial na formação cidadã e reflexiva dos indivíduos. Neste capítulo, reitera-se a importância da interação dialógica promovida pela extensão e elucida-se como essa interação tem se estruturado dentro das políticas de permanência e êxito educacional. Para tal, são analisados os papéis desempenhados pelos atores envolvidos na extensão e como a comunidade interage com a instituição de ensino em busca de uma transformação social significativa. Por meio de uma busca sistematizada na literatura, resgatamos conceitos que fornecerão uma visão abrangente da interação dialógica e da forma como os autores referenciais percebem e participam das diferentes etapas do processo das ações extensionistas.

2.3.1 O que é interação dialógica

Na seção anterior, foi possível perceber um vislumbre da trajetória da extensão na educação superior e na educação profissional e tecnológica (EPT) durante os períodos de reformulação do Ensino Superior brasileiro, acompanhando, assim, os cenários políticos, econômicos e culturais vigentes.

A educação superior no Brasil antes de 1930 passou por uma série de transformações e desafios que moldaram o sistema que conhecemos hoje. O acesso à educação superior durante esse período era profundamente limitado e elitizado, tornando-se um privilégio de poucos. (ALLAIN; WOLLINGER, 2021b)

Mesmo com a promulgação da Lei Orgânica do Ensino no Brasil em 1827, o ensino não registrou avanços significativos. Como mencionado anteriormente, somente por meio de mobilizações e manifestações que ocorreram após o período de 1930, em especial as mobilizações pela reforma universitária de 1968, se garantiu, por meio do Decreto nº 5.540/1968: autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades. Essa reforma se tornou um marco na educação superior brasileira e estabeleceu um novo modelo

organizacional, desencadeando uma luta pela educação pública e gratuita (BORTOLANZA, 2017).

Segundo este decreto as instituições de ensino passam a ter maior responsabilidade com a formação discente e uma preocupação com a melhoria nas condições de vida da comunidade em seu entorno. Segundo o artigo 40 deste decreto, as instituições de ensino superior:

- a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento;
- b) assegurarão ao corpo discente meios para a realização dos programas culturais, artísticos, cívicos e desportivos;
- c) estimularão as atividades de educação cívica e de desportos, mantendo, para o cumprimento desta norma, orientação adequada e instalações especiais;
- d) estimularão as atividades que visem à formação cívica, considerada indispensável à criação de uma consciência de direitos e deveres do cidadão e do profissional (BRASIL, 1968, n. p).

Ao consultar as duas primeiras Leis de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1961 (lei nº 4.024/61) e 1971 (lei nº 5.692/71), é notável que a extensão ainda não é mencionada como política de ensino. Apesar de o decreto 5.540/1968 introduzir uma perspectiva nova em relação à extensão universitária, a extensão era abordada meramente como uma modalidade de curso dentro dessas LDBs; negligenciava-se, portanto, o importante papel que tanto os estudantes quanto às instituições de ensino desempenham como agentes de transformação nas comunidades a que pertencem.

O decreto nº 19.851 de 1931, que dispõe sobre o ensino superior no Brasil, também aborda a extensão apenas sob a modalidade de curso; conforme seu artigo 109, parágrafo § 1º: “De acordo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitários, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas” (BRASIL, 1931, s/n).

Percebe-se nas leis implementadas que a interação dialógica não é mencionada e que a comunidade é vista apenas como público-alvo das ações extensionistas, portanto um modelo ainda assistencialista da extensão, como já mencionado.

A dissertação de mestrado de Frutuoso (2020) apresenta um quadro resumo dos conceitos da extensão ao longo dos anos, de acordo com regulamentações e legislações passadas:

Quadro 1 - Resumo dos conceitos da extensão ao longo dos anos

Legislação Vigente	Concepção
Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931	Art. 109. A extensão universitária destina-se à difusão de conhecimentos philosophicos, artisticos, litterarios e scientificos, em benefício do aperfeiçoamento individual e colectivo. § 1o De accôrdo com os fins acima referidos, a extensão universitaria será realizada por meio de cursos intra e extra-universitarios, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações práticas que se façam indicadas.
Lei nº 5.540, de 28 de novembro 1968.	Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes.
Plano de Trabalho de Extensão Universitária 1978	a forma através da qual a Instituição de Ensino Superior estende sua área de atendimento a organizações, outras instituições e populações de um modo geral, delas recebendo um influxo no sentido de retroalimentação das demais funções, ou seja, o ensino e a pesquisa.
Política Nacional de Extensão Universitária FORProex 2012	A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade.
FORProexT 2013	A extensão é um processo educativo, cultural, político, social, científico e tecnológico que promove a interação dialógica e transformadora entre as instituições e a sociedade, levando em consideração a territorialidade.
Resolução CNE 07/2018	A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Fonte: adaptado de Frutuoso (2020, p. 46).

Revisando essas leis e demais normativas indicadas, é possível perceber que a expressão interação dialógica é apenas mencionada na Política Nacional de Extensão Universitária de 2012.

A Política de Extensão Universitária, assim preceitua:

A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. (Política de Extensão Universitária. 2012, p. 30).

Com a Política Nacional de Extensão, a comunidade deixa de ser objeto da ação e passa a trabalhar coletivamente como sujeito da ação, produzindo um conhecimento novo e transformador que contribua para diminuir as mazelas da sociedade. Apesar dessa nova premissa da extensão sob o viés da interação dialógica, o documento não prevê as metodologias a serem aplicadas para o alcance dos seus objetivos, mas informa:

É necessária a aplicação de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não-universitários em sua produção e difusão. São necessárias também a apropriação e a democratização da autoria dos atores sociais, assim como sua participação efetiva em ações desenvolvidas nos espaços da própria Universidade Pública” (FORProex, 2012, p. 31).

Agora, do que trata a interação dialógica, por que ela vem se mostrando de fundamental importância para o processo formativo e parte constitutiva para uma extensão transformadora e democrática?

O tema da interação dialógica é relativamente novo dentro do contexto das discussões extensionistas. Nessa fase inicial da pesquisa, não foram identificadas metodologias ou manuais que tratem especificamente desses aspectos. Portanto, torna-se fundamental realizar uma análise aprofundada das fontes de leitura disponíveis. Essa análise permitirá resgatar conceitos e experiências relevantes, os quais poderão ser reinterpretados em conjunto com as leis e regulamentações já estabelecidas.

O propósito subjacente é obter *insights* e respostas que possam orientar a instituição de ensino na jornada em direção à dialogicidade em seus projetos de extensão. Isso não apenas visa o desenvolvimento de cidadãos mais engajados, mas também busca efetuar uma transformação genuína na sociedade por meio das iniciativas extensionistas.

Primeiramente, é necessário lembrar que as ações extensionistas acabam por estabelecer relações entre universidade e comunidade, e isso une dois mundos, com percepções, culturas e conhecimentos diferentes. Neste cenário, o

conhecimento científico e acadêmico encontra o conhecimento popular, baseado nas vivências dos indivíduos (LOPES, 2020).

Com isso, para fugir da perspectiva de superioridade científica, menosprezando as contribuições da comunidade, é defendido que ela esteja presente nas tomadas de decisão e planejamentos, se retirando do local apenas de "cliente" ou "público-alvo", possuindo participação ativa. Historicamente a participação popular tem sido peça chave para a garantia da cidadania. No campo político, por exemplo, a participação da comunidade é essencial para o fortalecimento de lideranças, associações, conselhos e sindicatos, garantindo que as ações não sejam hierarquizadas e a vontade popular seja seguida. Porém, Lopes (2020) aponta que as pessoas não nascem sabendo participar; razão pela qual é necessário aperfeiçoamento, na perspectiva de uma ação reflexiva e dialógica.

Com a interação dialógica é possível sair da perspectiva assistencialista e "compartilhar" o conhecimento que está sendo gerado dentro dos muros das instituições de ensino, podendo assim compartilhar saberes e gerar novos conhecimentos (MOREIRA et al., 2018).

O diálogo é uma existência existencial. e, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p. 45).

A participação popular não se limita apenas a um direito, mas também representa um dever cívico. É imperativo que a população participe ativamente na busca de soluções para seus problemas. A comunidade deve estar engajada em todas as etapas, desde a concepção até a avaliação de projetos, programas, serviços e benefícios, especialmente quando se trata de suas necessidades básicas. Isso implica em deixar de desempenhar um papel passivo e assumir o papel de agentes ativos na transformação de suas realidades (LOPES, 2020).

Essa concepção está alinhada com a perspectiva da educação popular e da aprendizagem dialógica, as quais estão intrinsecamente ligadas ao pensamento crítico. A abordagem da aprendizagem dialógica desempenha um papel fundamental na compreensão da interação dialógica, uma vez que, juntamente com a metodologia comunicativa crítica, contribui para uma educação humanizadora que

capacita os indivíduos a desenvolverem uma consciência crítica da realidade (UNIVERSITAT DE BARCELONA, 2017).

A aprendizagem dialógica tem como base a educação comunicativa, que adota uma perspectiva dual, considerando a realidade como uma construção humana que adquire significado por meio das interações sociais. Nesse contexto, a aprendizagem ocorre por meio da interação igualitária entre estudantes, professores, familiares e outros envolvidos.

Esse processo reconhece todos os tipos de conhecimento de maneira equitativa, reconhecendo que todos eles contribuem para a aprendizagem do indivíduo. Um dos resultados desse enfoque é o estímulo ao respeito pelas diferenças, promovendo a valorização de perspectivas diversas e enriquecendo o processo educacional.

Esta perspectiva está relacionada ao contexto sócio-histórico da sociedade da informação, onde todos acumulam informações e devem, por meio do diálogo, compartilhar. O professor deve se preocupar além do que o estudante sabe, mas também suas vivências e as relações que estabelecem fora da sala de aula. (UNIVERSITAT DE BARCELONA, 2017)

Sendo assim;

A aprendizagem dialógica ocorre em diálogos igualitários, nas interações em que a inteligência cultural é reconhecida em todas as pessoas e orientada para a transformação dos níveis anteriores de conhecimento e do contexto sociocultural, visando o sucesso de todos. A aprendizagem dialógica ocorre em interações que aumentam a aprendizagem instrumental, favorecem a criação de sentido pessoal e social, são guiadas por princípios de solidariedade e em que a igualdade e a diferença são valores compatíveis e, mutuamente, enriquecedores (AUBERT et al. apud UNIVERSITAT DE BARCELONA, 2017, p. 9).

Estes elementos se mostram muito importantes para fundamentar a interação dialógica na extensão, reconhecendo a importância da troca de saberes entre os sujeitos, vindo a garantir o enriquecimento dos processos pedagógicos e a relação igualitária entre instituição de ensino, seus membros e sociedade.

Nesse contexto, apresenta-se a intervenção educativa, que faz com que a participação popular auxilie na transformação social e no crescimento pessoal e da comunidade, onde eles assumem posição de protagonistas na resolução de seus problemas (LOPES, 2020).

Cumprir destacar ainda que, nesta interação entre instituição de ensino e comunidade, não só a população se beneficia, como também o estudante, por poder participar desta troca de saberes, o que permite a formação de estudantes em profissionais críticos e participativos (PASSOS; LOHN, 2021).

Por outro lado, vale lembrar que, mesmo com todos os benefícios garantidos pela interação dialógica, nem todos os projetos de extensão conseguiram romper com os aspectos conservadores de extensão como ação assistencialista. Galhardo (2020) mostra que 40% dos textos encaminhados para a Revista Ciência em Extensão, que foram inspirados em projetos de extensão, são rejeitados por terem a percepção assistencialista em relação às práticas extensionistas.

Realizando a leitura das obras que abordam a extensão e interação dialógica, foi possível perceber que existe uma visão deturpada do que seria essa interação. Em alguns projetos e textos, entende-se por interação o simples fato de contar com a comunidade como personagem, mas não como protagonista. Nesse cenário, a comunidade não ajuda a identificar o problema, elaborar soluções ou avaliar os resultados gerados. Esse ponto mostra a importância de instruções objetivas que apresentem a comunidade acadêmica o que é e como fazer a interação dialógica.

Diante disso, como compreender a interação dialógica e torná-la mais clara aos atores que precisam exercê-la? É necessário perceber, como instituição de ensino, qual a função social que as ações extensionistas irão exercer, para quem e por quem será produzido, e com quem será profícuo para esse processo trocar experiências e conhecimentos. Obtendo a compreensão sobre esses pilares, poderemos entender o papel dos atores dentro dos projetos extensionistas e como eles dialogam em um espaço para além dos muros institucionais, em uma relação de teoria e prática onde o conhecimento científico mistura-se e engloba o conhecimento popular, seguindo a premissa de que nenhum conhecimento parte do zero.

2.3.2 Atribuições dos atores extensionistas no processo da interação dialógica

Historicamente, tanto as políticas públicas quanto os projetos de extensão têm como foco as populações mais vulneráveis, em uma intenção de atender os interesses econômicos e políticos; e não os interesses da comunidade. Os projetos

eram criados ignorando os interesses regionais e o conhecimento popular existente, desvalorizando a história dos sujeitos e sua participação enquanto ser social em construção (LOPES, 2020).

De outro lado, atualmente percebe-se a necessidade de considerar as peculiaridades de cada região, conhecer sua história, cultura, políticas, produtos e demandas, como forma de alcançar a transformação social defendida pelos documentos norteadores tão amplamente mencionados; o que acontece apenas quando ocorre a participação de todos os atores envolvidos na ação.

Transforma-se assim a “educação bancária” em uma “educação problematizadora” onde “ninguém educa ninguém, como tampouco, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 1987, p. 39).

Essa intervenção ocorre de forma educativa, atendendo o papel social das instituições de ensino superior, que veem na participação social um caminho não apenas para o crescimento institucional, mas também comunitário e territorial. Como consequência é possível observar maior envolvimento das pessoas que se percebem parte do processo, como protagonistas na resolução de seus problemas.

A ação de intervenção da universidade pública em comunidades ou territórios sempre terá efeitos ou impactos na população. Neste caso, como na educação, não há neutralidade. Ou a ação, trabalhando com o povo e a partir das suas demandas, será conscientizadora e libertadora, contribuindo, assim, para a ruptura com as estruturas dominantes de poder político e financeiro e fortalecendo a democracia e o valor da vida; ou auxiliará a conservar e legitimar o estado de dominação e de degradação ambiental e da dignidade dos sujeitos, em consequência da falta de compromisso e de consideração com a população empobrecida na realização de empreendimentos privados e na elaboração das políticas e da legislação (LOPES, 2020, p. 18).

Freire (1987) já explicava que a “palavra” não é privilégio de alguns, mas sim direito de todos; dessa forma, o diálogo é este encontro das palavras, refletidas, analisadas e mediatizadas pelo mundo, ou seja, pelo meio no qual está inserido e é a confiança que faz os sujeitos dialógicos.

Nos artigos sobre extensão foi possível observar que, em alguns projetos, o conhecimento da comunidade foi previamente analisado e ouvido; assim ela pode construir as regras e metodologias em parceria com o corpo acadêmico, levando em consideração a história cultural da comunidade. Já em outros projetos, apenas a

visão do docente e do estudante foram impostos na ação, deixando a comunidade como espectadora. Procuraremos, nessas conjunturas, analisar a percepção dos papéis dos atores no processo, principalmente dos projetos que levam em consideração a visão da comunidade, parte importante para completar o entendimento sobre a dialogicidade na extensão; “isso porque a extensão serve, também, para dar voz ativa e visibilidade aos sujeitos “ocultos” da sociedade. Visa, ainda, a legitimar o que fazemos na universidade, ou seja, dar utilidade ao nosso fazer”. (CORRÊA, 2019, p. 121).

Silva (2019, p. 68) afirma que “para que uma atividade de extensão seja efetivamente dialógica, é deveras relevante considerar o princípio da ecologia de saberes”, ou seja pautar os diversos conhecimentos e oportunizar o diálogo entre saberes científicos e saberes populares. A autora fala ainda que se torna:

necessário conhecer o contexto das ações e estabelecer diálogo com elas, para que os saberes sistematizados oriundos da prática, bem como o pensamento com base em alicerces teóricos, auxiliem a quem deseja aprender com as experiências prévias de outros (SILVA, 2019, p. 84).

No viés do discente, a autora apresenta que a participação em projetos de extensão promove o protagonismo dos educandos, colocando-os no centro de seu processo educacional, favorecendo a troca de experiências, debates e práticas. “Esses fatores vão construindo um conhecimento crítico individual de uma forma diferente da de cada colega a partir de uma experiência vivida coletivamente.” (SILVA, 2019, p. 88).

Essa participação “permite a reflexão sobre as conjunturas sociais, a relação com as teorias aprendidas em sala de aula e a construção de novos conhecimentos”. (PASSOS; LOHN, 2021, p. 1). Esse pensamento crítico possibilita ao estudante uma formação humanizadora com maior envolvimento das demandas societárias, numa perspectiva transformadora da sociedade.

Precisamos pensar que, como processo educativo, a extensão trará impactos na formação discente, desta forma precisamos pensá-la para além das áreas disciplinares; ou seja, quanto maior é a experiência em outras áreas de atuação, maior será seu aprendizado (LISBOA FILHO, 2022). Não é à toa que a extensão não é apenas dialógica, ela é também interdisciplinar e interprofissional. Ademais, a

extensão conta com oito áreas temáticas: 1. Comunicação 2. Cultura 3. Direitos humanos 4. Educação 5. Meio ambiente 6. Saúde 7. Tecnologia 8. Trabalho.

Monteiro et al. (2018) defendem uma prática protagonista do discente desde o início da concepção do projeto, construindo coletivamente as etapas do projeto com a comunidade. Afirma que durante essa etapa, os estudantes podem contribuir com ideias na construção do saber em um processo de unir teoria e prática; podem também auxiliar no desenvolvimento das atividades; auxiliar nas pesquisas e nas investigações e auxiliar a disseminar o conteúdo, além de promover a escuta qualificada da população atendida e suas demandas.

Nesse sentido, sempre que o estudante tem a oportunidade de integrar o conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa à atuação e ao diálogo com comunidades externas, estamos oportunizando a este estudante uma experiência emancipatória e uma vivência de indissociabilidade (CORRÊA, 2019, p.122).

Assim, nota-se como a realização dialógica em projetos de extensão “requer do discente o desenvolvimento da comunicação, ética, dialógica e coparticipativa com os usuários” (PEREIRA et al, 2022, p. 4).

Já aos docentes, Monteiro et al (2018) expressam que se torna necessário o papel de mediador do processo de conhecimento. Cabe ao docente proporcionar o compartilhamento de conceitos, estimulando a criatividade e o pensamento crítico na resolução das demandas apresentadas. “Dessa forma, o professor não representa mais o ator principal em sala de aula e, o eixo pedagógico clássico “estudante-professor” foi substituído pelo eixo “estudante-professor-comunidade”. (MONTEIRO et al., 2018, p. 8). Os autores deixam claro que a dialogicidade possibilita melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

Segundo Silva (2019, p. 91), para que seja possível essa mediação, o professor precisa “entender as condições estruturais do pensamento e da linguagem de seus alunos e da sociedade de forma dialética”. Silva (2019), assim como Monteiro et al (2018), entende que o diálogo é fundamental e se inicia no trabalho coletivo e conjunto, desde a procura de conteúdos, atividades, pesquisas e investigações. Para tanto, Silva (2019) levanta como estratégia temas geradores como meio de “alavancar” os debates e práticas no grupo, dividindo a ação cultural em quatro atividades:

diálogo, conscientização, atividade educativa e libertação. A ideia é que, através do diálogo, todos reflitam sobre o cotidiano e se quebre a cultura do silêncio entre o povo oprimido, levando o sujeito a ser capaz de se libertar por meio de sua própria expressão pessoal, refletindo sobre si próprio e suas relações com a realidade. Ao comparar ideias e pontos de vistas uns dos outros, visões de mundo são reformuladas e se tornam mais consistentes. (SILVA, 2019, p. 92)

Freire (1987) também reforça a importância do pensamento e da linguagem entre acadêmicos e sociedade, que necessita entender e conhecer as condições estruturais e como se constituem, para maior eficiência na comunicação de ambos.

Cabe frisar que precisamos ter em mente que a extensão universitária se torna importante na “formação de professores, pois possibilita formar professores críticos e reflexivos, éticos e socialmente comprometidos com a sua comunidade” (PEREIRA et al., 2022).

Souza (2022) também aborda essa importância na formação docente, expressando que vinculando a extensão e a formação docente, proporcionamos uma preocupação quanto à capacitação científica sob a lógica da prática de ensino e aprendizagem, e isso exigiria muito mais conhecimento do docente, pois “essa pluralidade de exigências é assumir a docência como ação complexa que requer saberes disciplinares, culturais, afetivos, éticos, metodológicos, psicológicos, sociológicos e políticos” (SOUZA et al., 2022, p. 3).

Silva (2019, p. 73) finaliza abordando em seus textos que a extensão, em todas as suas nuances, inicia com frequência através da ação dos professores que estão “dispostos a valorizar a integração de práticas criadoras de alternativas educacionais, possibilitando ao educando ser o próprio agente de sua emancipação.” Mas, acima de tudo, a autora também percebe as dificuldades ainda existentes no processo como a infraestrutura e o financiamento ainda insuficientes para a valorização da extensão dentro da instituição de ensino. Ainda coloca a importância de os documentos normativos serem mais efetivos frente a sua função social e de articulação com a sociedade.

Frente aos papéis de articulação realizados entre docentes, estudantes e técnicos administrativos, colocamos a comunidade dentro desse processo de reconhecimento da extensão enquanto política de ensino formativa.

A participação popular nas diferentes esferas do governo são fundamentais na tomada de decisões para a construção da cidadania e da democracia.

No campo político, a participação popular é de grande importância para o fortalecimento organizacional comunitário: lideranças, associações comunitárias, sindicatos dos trabalhadores rurais, união informal e solidária. Participar supõe um esforço para superar a condição de desigualdade social, do não reconhecimento e da exclusão de políticas públicas. É, pois, um processo de desenvolvimento social que contribui para o protagonismo das pessoas na condução dos rumos dos seus grupos sociais. (LOPES, 2020, p. 10)

Resumidamente, o conceito de participação utilizado pelos autores supracitados traz à tona os direitos e deveres da comunidade na participação social e na tomada de decisões, sendo encorajadas a mobilizarem recursos para manterem as organizações e lideranças, sendo multiplicadores do conhecimento compartilhado coletivamente (CARVALHO, 2020).

Corrêa (2019) reforça esse pensamento à medida que afirma que as ações extensionistas não devem impor ou prescrever algo “para” e sim compartilhar, dialogar e interagir “com”.

As ações devem considerar as informações pré-existentes na comunidade/região, valorizando os conhecimentos já existentes. Nesse processo a estratégia político-pedagógica realizada acontece mediante a articulação e o diálogo, proporcionando não apenas a escuta ativa, mas também uma análise crítica coletiva dentro da realidade vivida, onde todos os sujeitos tornam-se parte da história (BRITO et al., 2021).

Cabe ainda reforçar que a FORProex dispõe de orientações para construção do monitoramento e avaliação das ações extensionistas. Nessas orientações, respeitando cada instituição de ensino, a avaliação aborda os seguintes níveis: “Compromisso institucional”, “Impactos sociais das atividades” e “Processos, métodos e instrumentos de avaliação da extensão”; estando os “segmentos da sociedade envolvidos” como um dos indicadores para avaliação das ações extensionistas. Abaixo, apresenta-se o quadro que trará os indicadores de avaliação da extensão que devem ser utilizados pelas instituições de ensino.

Quadro 2 - Indicadores para avaliação das Atividades extensionistas

Níveis Inter-relacionados	Indicadores
Compromisso institucional	Grau de formalização da extensão na estrutura

	universitária.
	Definição clara das políticas institucionais, com explicitação de metas e prioridades.
	Conceituação e tipologia das atividades de extensão.
	Existência de sistemas de informação sobre as atividades desenvolvidas.
	Grau de participação da extensão no orçamento da universidade.
	Grau de valorização nas carreiras docente e técnico-administrativa.
	Existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão.
	Existência de programas institucionais de fomento às atividades de extensão.
	A interação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e a inserção das atividades de extensão nos programas departamentais.
Impactos sociais das atividades	Relevância social, econômica e política dos problemas abordados nas instituições.
	Segmentos sociais envolvidos.
	Interação com órgãos públicos e privados e segmentos organizados.
	Objetivos e resultados alcançados.
	Apropriação, utilização e reprodução, pelos parceiros, do conhecimento envolvido na atividade de extensão.
	Efeito da interação resultante da ação de extensão nas atividades acadêmicas.
Processos, métodos e instrumentos de avaliação das atividades de extensão	Número de projetos envolvidos.
	Público estimado.
	Número de eventos realizados.
	Público beneficiado.
	Tipos de cursos de extensão realizados.
	Número de certificados expedidos.
	Número de produtos elaborados –CD's, vídeos, filmes, etc.
	Prestação de serviço realizado.

	Número de municípios atendidos em ações extensionistas.
--	---

Fonte: adaptado de Moreira et al (2018, p. 5).

Lisboa Filho (2018) fornece uma boa visão sobre como promover a participação popular na medida que assevera que o contato com a comunidade não pode ser, primeiramente, através de gestores públicos, mas sim, com o público-alvo envolvido. trazendo assim um trabalho coeso, onde as populações locais não são apenas ouvidas, mas também consultadas. Uma das ferramentas utilizadas no texto são as audiências públicas. Para isso o autor prevê dois grandes momentos: o primeiro para explicar à população do que se trata a proposta; já o segundo, para elucidar como é a gestão e quem pode participar dela.

Aqui é possível perceber que nem sempre todos podem participar das fases que permeiam as etapas da ação, e que esse processo é feito com a ajuda de representantes populares, como mediadores das falas coletivas.

A participação não consiste mais na recepção passiva dos benefícios à sociedade, mas em uma intervenção educativa, onde todos os sujeitos participam das tomadas de decisão de todas as fases de um projeto.

A intervenção educativa, da universidade, para a participação social nas comunidades tem propiciado o crescimento pessoal, o desenvolvimento comunitário e territorial e a intensificação da democracia a partir da base (bottom up). Conseqüentemente, isso contribui para o desenvolvimento a partir do envolvimento das pessoas, como protagonistas na resolução dos seus problemas em todos os âmbitos, inclusive na busca de alternativas aos modelos econômicos expropriadores e das políticas públicas pensadas em espaços burocráticos que desconsideram as diferenças culturais, a ecologia e a participação dos sujeitos na sua formulação. (LOPES, 2020, p. 18)

Assim, Lisboa filho (2022) acredita que a construção de parcerias dentro e fora das instituições são o caminho para proporcionar a indissociabilidade e a interdisciplinaridade, garantindo assim a participação de diferentes áreas de atuação profissional.

A educação deve fomentar a compreensão das constantes transformações da sociedade, reconhecendo suas complexidades, culturas e cenários, conectando diferentes saberes e modos de pensar e se expressar, em um movimento contínuo e dialógico entre universidade e sociedade, entre teoria e prática e entre saber popular e científico (PEREIRA et al., 2022).

2.4. Considerações sobre a fundamentação teórica

Após apanhado histórico sobre a extensão e as influências internacionais que impulsionaram as políticas extensionistas em nosso país, observa-se que as conquistas da extensão travadas em diferentes cenários políticos foram frutos de muita luta, especialmente dos movimentos estudantis, que buscavam perpetuar o compromisso social das universidades de estarem mais próximas das demandas da sociedade.

Sempre se procurou na extensão meios para torná-la ferramenta útil à comunidade, tornando a academia mais próxima da sociedade sob um viés transformador, mas foi somente com a criação de espaços de discussão como CODAE e FORProex, que novos entendimentos sobre extensão foram levantados, renovando as discussões e documentos que concebiam a extensão como ação dialógica.

Autores como Paulo Freire defenderam essa nova perspectiva da extensão como política de ensino. No entanto, apesar de ter sido constitucionalizada em 1988 como indissociável do ensino e da pesquisa, na prática a extensão ficou aquém dos méritos atribuídos a essas duas áreas. Isso gerou debates nos fóruns da educação e da extensão, pois, embora tenha sido implementada de diferentes formas, sua inclusão nos currículos tem sido um desafio para a comunidade acadêmica, que enfrenta dificuldades metodológicas ou falta de clareza sobre como incorporá-la efetivamente.

Percebeu-se, portanto, a necessidade de conduzir pesquisas que abranjam os três protagonistas das ações extensionistas: docentes, discentes e a comunidade externa. Essa demanda tornou-se ainda mais evidente após a implementação da Resolução CNE/CES nº 7/2018, que estabelece a inclusão de, no mínimo, 10% de atividades de extensão na carga horária curricular total dos cursos de graduação. Nesse contexto, é fundamental compreender a extensão como uma prática educativa, explorando suas potencialidades e enfrentando os desafios associados à

sua implementação no campo da educação profissional e tecnológica. Além disso, é crucial reconhecer o papel de cada ator envolvido, considerando-os como sujeitos ativos no processo educativo.

Essa abordagem visa a estabelecer uma relação horizontal e colaborativa entre a instituição de ensino e a sociedade, facilitando a troca de saberes e experiências entre todos os envolvidos. Nesse contexto, a elaboração do projeto de extensão transforma-se em uma jornada conjunta, na qual as vozes de todos os participantes são não apenas ouvidas, mas também valorizadas. Essa participação ativa no planejamento e execução das ações contribui significativamente para a construção de soluções mais eficazes e sustentáveis, bem como promove uma aprendizagem mais crítica e reflexiva, vivenciadas e aplicadas em situações e ambientes reais.

Durante a pesquisa, tornou-se evidente a escassez de trabalhos relacionados à dialogicidade em projetos extensionistas, ressaltando a necessidade de estudos mais abrangentes e metodologias que fomentem a interação com a comunidade. Com base nessas observações, visamos promover uma discussão aberta sobre essas dimensões. O propósito deste estudo é fortalecer o planejamento e a execução de projetos de extensão, adotando uma abordagem dialógica na qual todos os envolvidos desempenhem um papel de protagonismo em todas as suas etapas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a metodologia adotada para alcançar os objetivos propostos. Como descrito por Fontelles et al. (2009), a pesquisa científica é a utilização de procedimentos objetivos para a realização de experimentos a fim de conquistar novos conhecimentos ou integrar os já existentes.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Esta pesquisa classifica-se como de natureza aplicada, e sua abordagem é do tipo qualitativa. Quanto a seu objetivo, a pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva. Os procedimentos adotados são: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

Segundo Fontelles et al. (2009), a pesquisa aplicada tem como objetivo produzir conhecimento para a resolução prática de problemas da vida cotidiana.

Neste caso, foi adotada a abordagem qualitativa, a qual busca estudar fenômenos sociais e culturais, utilizando de descrições, interpretações e comparações. Ela, diferente da pesquisa quantitativa, não se propõe a quantificar e coletar dados numéricos, se preocupando com dados chamados de objetivos (FONTELLES et al., 2009).

Na pesquisa Documental serão utilizados a documentação institucional do IFSC, como: normativas, resoluções, editais, manuais e tutoriais. Essa estratégia possibilita ao pesquisador dedicar-se a “uma ampla diversidade de questões históricas, comportamentais e de atitudes” (YIN, 2001, p.121). Sobre a pesquisa documental, considera-se importante utilizar documentos que valorizem as evidências oriundas de outras fontes, bem como compreender os objetivos dos textos e para quem foram escritos (YIN, 2001).

3.2 Etapas da Pesquisa

A pesquisa ocorreu em **três principais** etapas de coleta de dados: o primeiro momento consistiu em uma verificação ampla de trabalhos que abordassem o tema da pesquisa, gerando resultados que levaram a autora aos seguintes de banco de

dados: Google Acadêmico; Scielo e outras fontes de informação como revistas, entrevistas e materiais jornalísticos.

O segundo momento consistiu em realizar uma revisão mais sistematizada dos referenciais teóricos; para isso, foi utilizada a base de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES) nesse processo. Essa segunda revisão teve como objetivo a localização de trabalhos que abordassem as seguintes palavras-chaves: extensão e interação dialógica; extensão e o tripé extensionista; extensão e intervenção educativa; extensão e intervenção tutorial e extensão participativa. Esse tipo de sistematização “é um tipo de investigação científica que tem por objetivo reunir, avaliar criticamente e conduzir uma síntese dos resultados de múltiplos estudos primários” (CORDEIRO et al., 2007, p.429).

A terceira etapa concentrou-se na análise documental dos projetos de extensão submetidos e cadastrados no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (Sigaa) - módulo Extensão, incluindo seus relatórios. Essa análise consistiu na pesquisa de materiais que não passaram por tratamento analítico (RAUPP; BEUREN, 2006). Além disso, foram examinados documentos oficiais do IFSC, como normativas e guias, disponíveis no Portal do Servidor.

Abaixo, um quadro resumo da caracterização da pesquisa referente a seus objetivos:

Quadro 3 - Resumo da Caracterização da Pesquisa alinhada a seus objetivos

Objetivos específicos	Procedimentos metodológicos / etapas	Tipo de pesquisa
Compreender o que é a interação dialógica e como ela se desenvolve em atividades de extensão;	Leitura de bibliografias relacionadas a interação dialógica entre a extensão e a comunidade;	Pesquisa bibliográfica busca sistematizada de literatura;
Identificar o papel dos atores envolvidos no processo de concepção e planejamento dos projetos de extensão;	Leitura de bibliografias que se proponham a explicar o processo de planejamento dos projetos de extensão. Leitura das normativas institucionais do IFSC e legislações acerca da extensão;	Pesquisa bibliográfica e pesquisa documental;
Compreender a importância e função da comunidade nas atividades de extensão;	Leitura de bibliografias relacionadas à extensão e a participação popular;	Pesquisa Bibliográfica;

<p>Verificar como ocorre a criação e planejamento de atividades de extensão no IFSC, com ênfase na participação da comunidade externa nestes processos.</p>	<p>Análise de projetos de extensão submetidos em edital e cadastrados no sistema Sigaa-Extensão.</p> <p>Análise dos relatórios finais de extensão submetidos em edital e cadastrados no sistema Sigaa-Extensão.</p>	<p>pesquisa documental</p>
<p>Propor alternativas que orientem os coordenadores de extensão a potencializarem a interação dialógica no processo de concepção e planejamento das atividades extensionistas;</p>	<p>Pré-Elaboração do produto educacional - aplicação da pesquisa.</p> <p>Aplicação do produto educacional: Oficina pedagógica realizada de forma remota com os coordenadores de extensão e equipe Direx objetivando obter participação e feedback sobre o produto educacional pré-elaborado e finalização do mesmo.</p> <p>Defesa do produto educacional em banca avaliadora.</p>	<p>Pesquisa documental e bibliográfica;</p>

Fonte: Elaboração própria (2023).

Intenta-se propor uma oficina pedagógica que capacite os servidores da instituição e potencialize estratégias mais efetivas do que as vigentes junto à comunidade. Atividade esta, realizada por meio da revisão da literatura e das análises fundamentadas nos documentos institucionais.

3.2.1 Busca sistematizada de literatura

A revisão constituiu na pesquisa dos seguintes termos: extensão e interação dialógica; extensão e o tripé extensionista; extensão e intervenção educativa; extensão e intervenção tutorial e extensão participativa. Como recorte temporal, foram utilizadas publicações dos últimos cinco anos analisadas por pares e escritas em língua portuguesa.

Tal processo resultou nos seguintes dados (Quadro 4):

Quadro 4 - Resumo dos resultados da Busca sistemática de literatura

Termos	Referências encontradas	Trabalhos repetidos
--------	-------------------------	---------------------

Extensão e interação dialógica	57	3
Extensão e tripé extensionista	13	2
Extensão e intervenção educativa	16	4
Extensão e intervenção tutorial	0	0
Extensão e intervenção participativa	0	0

Fonte: Elaboração própria (2023).

Após realizar o levantamento das fontes usando as palavras-chave, uma planilha foi criada e organizada com as seguintes informações: título das obras; autores; ano de publicação e assunto abordado.

A primeira etapa envolveu uma leitura prévia e pormenorizada dos resumos dos artigos e trabalhos acadêmicos selecionados no portal CAPES. Essa análise preliminar nos permitiu fazer uma primeira seleção das obras que passariam por leitura mais aprofundada, como observado por Andrade (2006). Embora tenha sido a fase mais demorada da pesquisa, essa etapa possibilitou uma análise crítica e nos permitiu compreender as ideias de cada autor.

Inicialmente, foram selecionadas 86 obras pela busca sistematizada. No entanto, durante esse processo, identificamos 9 obras em repetição na plataforma da CAPES, o que levou à leitura dos resumos de 77 obras. Após a análise dos resumos, foram selecionadas 44 obras para uma leitura mais aprofundada e excluíram-se 33 trabalhos.

Essa etapa de seleção foi fundamental para traçar os primeiros caminhos em direção à leitura mais crítica e uma análise detalhada das obras. O Quadro 5 apresenta o resultado dos filtros da revisão sistematizada.

Quadro 5 - Síntese realizada através da busca sistematizada das obras

Termos	Resumos incorporados às leituras seletivas	Resumos descartados	Resumos não abriram	Resumos estrangeiros
--------	--	---------------------	---------------------	----------------------

Extensão e interação dialógica	30	21	02	01
Extensão e tripé extensionista	08	03	0	0
Extensão e intervenção educativa	06	07	0	0
Extensão e intervenção tutorial	0	0	0	0
Extensão e intervenção participativa	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria (2023).

Foram adotadas algumas estratégias para inclusão e exclusão dos artigos:

1. Aprofundamento do tema com base nas palavras-chave: Priorizamos artigos que se aprofundam no tema, levando em consideração a correspondência das palavras-chave.
2. Língua estrangeira: Optamos por incluir apenas artigos escritos na língua portuguesa, adicionando a língua estrangeira apenas quando essenciais para a pesquisa.
3. Disponibilidade do arquivo: Garantimos que os artigos selecionados estivessem disponíveis em formato PDF para facilitar a leitura e referência.

No total, 34 trabalhos foram excluídos, em sua maioria devido à falta de abordagem do tema ou a breve menção do assunto tratado, o que não permitiria uma análise crítica e reflexiva. No final das leituras e discussões, os autores estudados foram incorporados ao texto da pesquisa.

3.3 Contexto e participantes

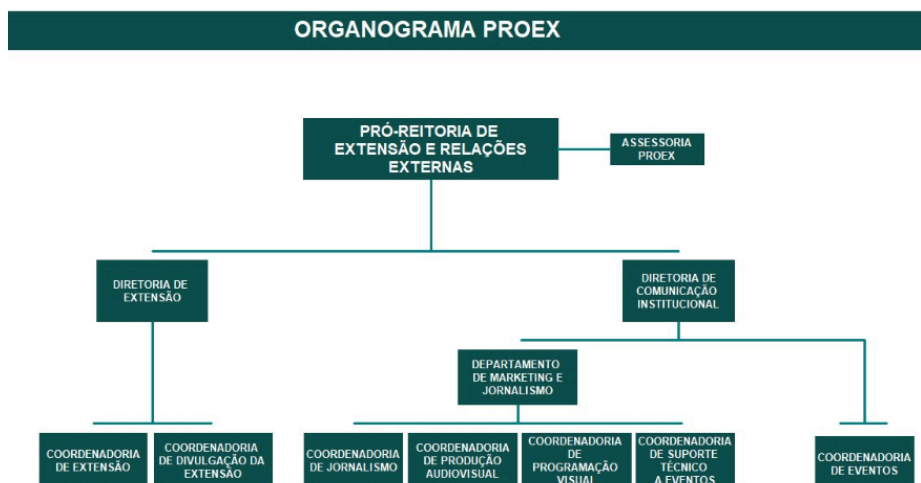
Como recorte, a pesquisa tem como foco a Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas (Proex) do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (IFSC), localizado na Reitoria, local no qual a pesquisadora está lotada atualmente.

A Proex tem como “atribuição planejar, desenvolver, controlar e avaliar as políticas de extensão, de integração e de intercâmbio da Instituição com o setor

produtivo e a sociedade em geral, além de coordenar os processos de divulgação e comunicação institucional e promover a articulação entre ensino, pesquisa e extensão” (IFSC, 2023, s/n).

Atualmente conta com a seguinte estrutura organizacional apresentada na Figura 1.

Figura 1 - Organograma Proex



Fonte: Proex, IFSC (2023).

Considerando os objetivos da pesquisa e o organograma apresentado, o trabalho da pesquisadora se dá em parceria com a Diretoria de Extensão (Direx), setor vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas.

A Direx desenvolve atividades de forma articulada, especialmente com o ensino e a pesquisa; ainda, promove e desenvolve atividades de extensão através de programas, projetos, cursos, produtos e eventos com o envolvimento de servidores, de discentes e da comunidade externa. A Direx está estruturada pelas orientações da Resolução Consup nº 54/2010 e pela Instrução Normativa nº 15/2023 e sua estrutura organizacional segue o organograma exposto acima.

A Direx atua na política e nas normativas que coordenam as atividades extensionistas nos demais câmpus do IFSC, gerenciando, coordenando e registrando os editais e eventos do IFSC de viés extensionista.

Atualmente o IFSC conta com 22 câmpus, no qual dispõe, em sua estrutura administrativa, de coordenadorias de extensão, por vezes vinculadas às coordenadorias de relações externas. “As coordenadorias de extensão dos câmpus

têm como principal papel funcional subsidiar o processo de consolidação da extensão, articulando ações dos(as) servidores(as), discentes e comunidade local com a Direx.” (IFSC, Manual, p. 3).

Dessa forma, percebe-se a Direx como articuladora das ações extensionistas dos campus, tendo como função:

Promover uma cultura organizacional de incentivo e disseminação das atividades de extensão (tecnológica ou social) de forma indissociável com o ensino e pesquisa;
Estruturar e implantar as políticas de extensão nos câmpus a partir das diretrizes definidas pela Proex e pelo CEPE;
Promover, acompanhar e gerenciar todas as atividades de extensão do IFSC.
Subsidiar a dimensão interdisciplinar e multidisciplinar para a realização das atividades de extensão;
Colaborar na formulação de contratos, convênios e parcerias que envolvam atividades de extensão a serem firmados pela Reitoria com representantes de entidades públicas ou privadas;
Incentivar a realização de atividades de extensão com financiamento de órgãos externos, internos e sem financiamento;
Promover, monitorar e desenvolver a política de acompanhamento de egressos. (IFSC, 2023, s/n)

A partir dessas diretrizes, nota-se o papel social institucional da Direx; e é isso que a torna foco desta pesquisa. O estudo pretende promover “o incentivo de atividades de extensão” através do gerenciamento de seus projetos, tendo como foco a interação dialógica nos processos de planejamento e concepção das ações extensionistas, o que potencializa as ações nos campus e sua efetivação na comunidade.

A Direx coordena as Políticas de Extensão e é orientada atualmente pela Resolução CONSUP nº 61 de 12 de dezembro de 2016 que regulamenta as atividades de extensão no IFSC e pela Resolução CONSUP nº 40 de 29 de agosto de 2016 que aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSC.

Para auxiliar na gestão e nos registros das ações extensionistas no IFSC, a Direx conta com auxílio de sistema operacional de gerenciamento chamado Sigaa-Extensão (mencionado anteriormente). Todas as ações extensionistas são cadastradas no Sigaa-Extensão, avaliadas e acompanhadas pela equipe técnica da Direx.

Grande parte dos recursos financeiros recebidos pela Proex são destinados ao auxílio e fomento dos projetos de extensão. As ações são gerenciadas pela Direx mediante publicação e divulgação de editais de extensão, com ou sem aporte financeiro. Os editais atendem às grandes áreas do conhecimento e são abertos à submissão de propostas a todos os campus e servidores com interesse em desenvolver ações de extensão junto à comunidade.

Cabe destacar ainda, que os editais publicados pela Direx são divulgados no site, na intranet (portal do servidor do IFSC) e demais meios de comunicação do IFSC, como forma de fomentar a política de extensão e as atividades extensionistas dentro da instituição de ensino.

Considerando que a pesquisadora está lotada na Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, atuando em colaboração com a Direx através do cargo de Assessora Proex, assumido no período de Gestão Administrativa 2021-2025; isso significa que a pesquisadora está inserida nas discussões e ações da extensão, podendo acompanhar o processo de trabalho da Direx; os fluxos processuais que remetem aos projetos de extensão e as submissões realizadas pelos câmpus.

Buscando atender aos objetivos da pesquisa e também compreender como são efetivadas as ações de extensão dentro no IFSC, estabelece-se como meta analisar os projetos de extensão submetidos ao edital publicado pela Direx e executados pelos campus. Para atingir tal objetivo, foram elaborados alguns critérios que delimitam o público alvo da pesquisa para proporcionar melhor coleta e análise de dados.

O primeiro passo foi definir a temporalidade da amostra de pesquisa, e para isso, a pesquisadora focou nas ações que se enquadram na temporalidade da atual gestão administrativa, abrangendo portanto os anos de 2021 a 2025, por proporcionarem um acesso mais amplo às ações de extensão.

É importante considerar que os anos de 2020 a 2021 foram períodos atípicos na Diretoria de Extensão, devido ao afastamento social provocado pela disseminação da Covid-19. Durante esse período, várias ações de extensão submetidas no sistema operacional foram paralisadas e retomadas somente com o retorno das atividades presenciais nos campus, em 2022. É crucial compreender que as ações extensionistas envolvem atividades para além dos muros acadêmicos, o que justifica a suspensão das atividades.

Tendo em vista o retorno das atividades presenciais nos campus; os projetos de extensão, até então suspensos, puderam ser reiniciados, e os grandes editais de fomento foram publicados, estabelecendo assim o primeiro critério de seleção da pesquisa. Esta investigação se propõe a analisar os projetos submetidos e executados no período de 2022 e 2023, considerado o período pós-pandêmico, que possibilitou o retorno das atividades presenciais nos campus. Abaixo, apresentam-se editais publicados pela extensão nos anos de 2022 e 2023 (Figuras 2 e 3).

Figura 2 - Editais publicados em 2022

EDITAIS PROEX 2022	
Edital PROEX Nº 29/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Jaraguá do Sul - Centro
Edital PROEX Nº 28/2022	- Registro Retroativo para Atividades Curricularizadas
Edital PROEX Nº 27/2022	- Fomento às Atividades de Extensão na Semana Nacional de Ciência e Tecnologia do IFSC - Câmpus Lages
Edital PROEX Nº 26/2022	- Chamada Pública para Editor(a) Chefe da Revista Caminho Aberto
Edital PROEX Nº 25/2022	- Seleção de Coordenadores/Bolsistas para Projetos Institucionais do IFSC Câmpus Criciúma
Edital PROEX Nº 24/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Xanxerê
Edital PROEX Nº 23/2022	- Chamada interna simplificada para seleção de porpostas para o Edital de Chamamento Público SETEC Nº 88/2022
Edital PROEX Nº 22/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Caçador
Edital PROEX Nº 21/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Lages
Edital PROEX Nº 20/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Garopaba
Edital PROEX Nº 19/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Itajai
Edital PROEX Nº 18/2022	- Chamada interna para artigos do 40º Seminário de Extensão Universitária da Região Sul
Edital PROEX Nº 17/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Jaraguá do Sul - RAU
Edital PROEX Nº 16/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus São Carlos
Edital PROEX Nº 15/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Urupema
Edital PROEX Nº 14/2022	- Didascálico
Edital PROEX Nº 13/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Criciúma
Edital PROEX Nº 12/2022	- Protagonismo Discente
Edital PROEX Nº 11/2022	- Chamada Pública Simplificada de Servidores Banco de Peritos Receita Federal
Edital PROEX Nº 10/2022	- Chamada Pública para Editor(a) Chefe e Editores(as) de Seção da Revista Caminho Aberto
Edital PROEX Nº 09/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Chapecó
Edital PROEX Nº 08/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Gaspar
Edital PROEX Nº 07/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Canoinhas
Edital PROEX Nº 06/2022	- Fomento às Atividades de Extensão do Laboratório IFMaker do IFSC Câmpus Florianópolis
Edital PROEX Nº 05/2022	- Programa Mulheres Sim
Edital PROEX Nº 04/2022	- Fluxo Contínuo - Eventos ou Produtos
Edital PROEX Nº 03/2022	- Fluxo Contínuo - Programas, Projetos ou Cursos
Edital PROEX Nº 02/2022	- Apoio a Projetos de Extensão
Edital PROEX Nº 01/2022	- Permanente de Arte e Cultura
EDITAIS EPE - Ensino, Pesquisa e Extensão	
Edital EPE nº 05/2022	- Câmpus Gaspar
Edital EPE nº 04/2022	- Câmpus Joinville
Edital EPE nº 03/2022	- Câmpus Florianópolis Continente
Edital EPE nº 02/2022	- Câmpus Araranguá
Edital EPE nº 01/2022	- Câmpus Florianópolis

Fonte: IFSC (2023).

Figura 3 - Editais Publicados em 2023

EDITAIS EPE - Ensino, Pesquisa e Extensão

[Edital EPE PROPP/PROEX nº 09/2023](#) - Fomento às atividades indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão do Câmpus Tubarão
[Edital 08/2023/PROPP/PROEX](#) - Seleção de Propostas para o Edital nº 08/2023 PROEVENTOS 2024 FAPESC – Eventos de Inovação - Fase I (Eventos entre 01 de janeiro a 30 de junho de 2024)
[Edital 07/2023/PROPP/PROEX](#) - Seleção de Propostas para o Edital nº 07/2023 PROEVENTOS 2024 FAPESC – FASE I (Eventos entre 01 de janeiro a 30 de junho de 2024)
[Edital EPE PROPP/PROEX nº 06/2023](#) - Fomento às atividades indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão do Câmpus Gaspar
[Edital EPE PROPP/PROEX nº 05/2023](#) - Fomento às atividades indissociáveis entre ensino, pesquisa e extensão do Câmpus Joinville
[CHAMADA INTERNA nº 04/2023/PROPP/PROEX](#)- Seleção de Propostas para Vagas Remanescentes para o Edital nº 23/2022 PROEVENTOS 2023 FAPESC – FASE II
[CHAMADA INTERNA nº 01/2023/PROPP/PROEX](#) - Seleção de Propostas para o Edital nº 23/2022 PROEVENTOS 2023 FAPESC – FASE II

EDITAL EPE - Ensino-Extensão

[Edital Nº 02/2023/PROEN/PROEX](#) - Seleção Simplificada de Bolsistas para Atuar no Bolsa-Formação Programa Mulheres Mil no IFSC
[Edital PROEN/PROEX/01/2023](#) - Chamada para Manifestação de Interesse dos Campus para Adesão ao Bolsa-Formação - Programa Mulheres Mil

EDITAIS PROEX 2023

[Edital PROEX Nº 28/2023](#) - Chamada Simplificada de Apoio ao Programa Mulheres Mil
[Edital PROEX Nº 26/2023](#) - Chamada Interna Simplificada para Manifestação de Interesse SEURS - 2023
[Edital PROEX Nº 23/2023](#) - Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Itajaí
[Edital PROEX Nº 21/2023](#) - Didascálico
[Edital PROEX Nº 20/2023](#) - Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Caçador
[Edital PROEX Nº 19/2023](#) - Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus São José
[Edital PROEX Nº 18/2023](#) - Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Canoinhas
[Edital PROEX Nº 17/2023](#) - Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Criciúma
[Edital PROEX Nº 16/2023](#) - Protagonismo Discente
[Edital PROEX Nº 15/2023](#) - Fomento às atividades de extensão do Câmpus Chapecó
[Edital PROEX Nº 14/2023](#) - Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Jaraguá do Sul - Centro
[Edital PROEX Nº 12/2023](#) - Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Gaspar
[Edital PROEX Nº 09/2023](#) - Chamada Interna Simplificada para Manifestação de Interesse em Participar do Projeto Rondon - Operação Horizonte - NER/UDESC - 2023
[Edital PROEX Nº 06/2023](#) - Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus São Carlos
[Edital PROEX Nº 05/2023](#) - Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Criciúma
[Edital PROEX Nº 04/2023](#) - Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus Gaspar
[Edital PROEX Nº 03/2023](#) - Fomento às Atividades de Extensão do Câmpus São Lourenço do Oeste
[Edital PROEX Nº 02/2023](#) - Apoio a Projetos de Extensão
[Edital PROEX Nº 01/2023](#) - Permanente de Arte e Cultura
[PROEX Fluxo Contínuo](#) - Programas, Projetos e Cursos de Extensão
[PROEX Fluxo Contínuo](#) - Eventos e produtos de Extensão
[PROEX Fluxo Contínuo](#) - Programas e Projetos de Extensão Curricularizados 2023

Fonte: IFSC (2023).

Conforme figura 2, em 2022 a Direx publicou 29 editais de extensão e 05 editais de Ensino, Pesquisa e Extensão (EPE), com e sem fomento, que contaram com diferentes áreas temáticas e objetivos. Já em 2023 foram publicados 28 editais de extensão; 5 editais de Ensino, Pesquisa e Extensão, 02 Chamadas Públicas e 02 editais de ensino e extensão conforme mostra a figura 3.

Dentro dos editais publicados: Em 2022, 14 editais foram publicados pelos câmpus (nº 29; nº 24; nº 22, nº 21; nº 20; nº 19; nº 17; nº 16; nº 15; nº 13; nº 09; nº 08; nº 07; nº 06); seis editais publicados para chamadas públicas e seleções (nº 10; nº 11; nº 18; nº 23; nº 25; nº 26); um edital de eventos (nº 27); um edital para

registros retroativos (nº 28) e, por fim, sete editais propostos pela Direx (nº 01; nº 02; nº 03; nº 04; nº 05; nº 12; nº 14), sendo cinco deles com fomento (nº 01; nº 02; nº 05; nº 12; nº 14).

Em 2023 foram lançados 28 editais, dos quais 12 foram publicados pelos campus (nº 23; nº 20, nº 19, nº18, nº 17, nº 15, nº 14, nº 12, nº 06, nº 05, nº 04, nº 03); três editais publicados para chamadas públicas e seleções (nº 28; nº 26; nº 09); três editais de fluxo contínuo e para eventos sem fomento (Programas, projetos e Cursos de extensão; Programas e Projetos de extensão curricularizados); seis editais Ensino-pesquisa-extensão, sendo dois deles direcionados a chamadas públicas (nº 09; nº 08; nº 07; nº 06; nº 05; nº 04 e nº 01); dois editais EPE ensino-extensão (nº 02; nº 01) e por fim, cinco editais propostos pela Direx com fomento (nº 01; nº 02; nº 16; nº 21; nº 28).

Considerando os dados supracitados, selecionou-se um edital para estudo, pois cada edital é diversificado e propõe objetivos bem delimitados. Ainda é importante frisar que cada edital possibilita a submissão de projetos nas mais diferentes áreas de atuação sem limitação de submissão pelos 22 campus do IFSC. Considerando o descrito; a segunda estratégia de recorte foi definir o edital pelos recursos financeiros. Optou-se por selecionar nesta primeira etapa apenas os grandes editais fomentados pela Direx, haja vista que editais fomentados recebem um maior número de submissões. A terceira estratégia de recorte utilizada foi definir o edital pelos seus objetivos; ou seja, buscar um edital que apresentasse maior afinidade com os objetivos propostos pela pesquisa e trouxesse um olhar diferenciado dos atores envolvidos.

Dessa forma, trouxemos no quadro seis o detalhamento dos editais fomentados pela Direx e os objetivos destes, bem como o número de projetos contemplados com recursos em cada um durante os anos de 2022 e 2023.

Quadro 6 - Editais Fomentados pela Proex/Reitoria e seus objetivos em 2022 e 2023

Nº Edital e ano	Nome	Objetivo dos editais	Projetos submetidos e aprovados com recursos 2022	Projetos Submetidos e aprovados com recursos 2023

Edital Proex nº 01/2022 e nº 01/2023	Permanente de Arte e Cultura	Apoiar financeiramente a realização de atividades de extensão do tipo “projeto”, da área temática de cultura e que correspondam a ações permanentes e já consolidadas no respectivo câmpus. As atividades propostas deverão, obrigatoriamente, atender a demandas culturais das comunidades do entorno do IFSC, contribuir com a formação técnica e cidadã dos(as) discentes extensionistas.	12	12
Edital Proex nº 02/2022 e nº 02/2023	Apoio a Projetos de Extensão	Apoiar financeiramente a realização de atividades de extensão do tipo “projeto”, as quais, atreladas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, visem atender a demandas específicas das comunidades do entorno do IFSC e contribuir com a formação técnica e cidadã dos(as) discentes extensionistas.	22	25 fomentados pelo edital Direx + 07 com fomento próprio do campus interessado
Edital Proex nº 05/2022	Programa a Mulheres Sim	Selecionar propostas de projetos, cursos e eventos de extensão para promoção da cidadania de pessoas do gênero feminino, maiores de 15 anos, em situação de vulnerabilidade social e preferencialmente sem escolaridade e pertencentes a grupos sociais vulneráveis específicos, por meio da educação profissional no ano de 2022.	44 propostas vinculadas ao edital 05\2022 + 8 propostas já contempladas no edital Proex 01/2020 que tiveram suas atividades suspensas pelo Covid-19 e retomaram às atividades em 2022	0
Edital Proex nº 12/2022 e nº 16/2023	Protagonismo Discente	Apoiar o protagonismo discente por meio da realização de atividades de extensão do tipo “projeto”, os quais, atrelados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, visam a atender a demandas específicas das comunidades do entorno do IFSC e contribuir com a formação técnica e cidadã dos(as) discentes extensionistas. 2.1 Protagonismo Discente – capacidade de um cidadão em processo formativo nos diversos níveis da educação profissional, científica e tecnológica observar sua realidade, identificar um problema externo ao IFSC, refletir soluções por meio dos conhecimentos curriculares e promover uma intervenção prática que contribua para o desenvolvimento humano, científico e tecnológico da comunidade	39	13 fomentados pelo edital Direx + 5 com fomento próprio do campus interessado.

		atendida		
Edital Proex n° 14/2022 e n° 21/2023	Didascálico	Apoiar financeiramente a realização de atividades de extensão do tipo “projeto”, da área temática de cultura, por meio de uma programação cultural institucional. O projeto deve conter o planejamento do evento cultural, que posteriormente será cadastrado em fluxo contínuo como evento de extensão.	10	11
Edital n° 28/2023	Chamada simplificada de apoio ao Programa Mulheres Mil	Apoiar financeiramente os projetos de extensão vinculados aos cursos oferecidos pelo Programa Mulheres Mil contemplados pelo Edital PROEN/Proex n° 01/2023 - Chamada para Manifestação de Interesse dos Campus para Adesão ao Bolsa Formação-Programa Mulheres Mil.	0	12

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2024).

Analisando os objetivos e o número de submissões de cada edital proposto pela Direx aos campus, percebe-se que o Edital n° 12/2022 e n° 16/2023 intitulado *Protagonismo Discente*, foi o edital com maior número de projetos vinculados (52 projetos submetidos entre os anos de 2022 e 2023) e que apresenta maior afinidade com o tema da nossa pesquisa, pois possibilita ao discente desenvolver estratégias para enfrentamento e superação de uma realidade da comunidade em torno de seu campus. Promove ainda o pensamento crítico e reflexivo por meio de conhecimentos curriculares e populares que visam a uma intervenção prática que promova a transformação societária. Dessa forma, o edital que será analisado será o edital *Protagonismo Discente* publicado pela Direx durante os anos de 2022 e 2023.

No ano de 2022, o edital *Protagonismo Discente* apresentou 46 submissões de projetos de extensão, nos quais 41 foram aprovados e 5 reprovados. Foram fomentados com recursos Proex/Direx 39 propostas, totalizando 84,78% das submissões.

Em 2023, foram submetidos 84 projetos de extensão ao edital *Protagonismo Discente*, nos quais 65 foram aprovados e 19 reprovados (alguns projetos foram reprovados em razão de não tramitarem no sistema dentro dos prazos de cadastro e autorizações - “tempo expirado”). Foram fomentados pela Proex/Direx 13 propostas, totalizando 15,47% das submissões.

Assim, das 130 atividades submetidas aos editais *Protagonismo Discente*, a amostra deste estudo analisa 52 projetos de extensão, totalizando um percentual de 40% das propostas submetidas nos editais.

Após coleta e análise de dados, o produto educacional foi pré-elaborado e contou com a participação dos gestores da Proex/IFSC (Pró-reitor e Diretor de Extensão), como forma de tornar a ação mais efetiva e colaborativa, visando a atender às reais necessidades encontradas na pesquisa e nos campus. Sendo assim, foram realizadas reuniões com cada representante da gestão Proex, com vista a colher feedbacks para potencializar e auxiliar na elaboração de produto educacional planejado.

A intenção inicial foi aplicar o produto educacional aos 22 coordenadores de extensão dos 22 campus do IFSC para não só capacitá-los, mas também fazê-los refletir sobre a importância da interação dialógica para efetividade dos projetos de extensão junto à comunidade externa. Todavia, apenas 11 dos profissionais convidados confirmaram e participaram da dinâmica. Para permitir o acesso dos coordenadores ausentes à discussão, foi realizada a gravação da oficina, para que assim pudessem assistir posteriormente.

Assim, tendo em vista aos objetivos estabelecidos, se constituem como foco da pesquisa:

- a) Os 52 projetos submetidos e aprovados com fomento pela Proex\Direx ao edital Protagonismo Discente durante os anos de 2022 e 2023.
- b) Os 52 relatórios finais entregues pelos coordenadores dos 52 projetos aprovados com fomento Proex\Direx;
- c) A Gestão Proex/Direx: o objetivo foi realizar conversas com a Diretora de Extensão e o Pró-reitor de Extensão para apresentar a ideia do produto educacional e obter feedbacks com foco em torná-lo mais efetivo.
- d) Os 11 coordenadores de extensão do IFSC: participantes da oficina e avaliadores do produto educacional.

Para tal, se fez necessário elaborar material de apoio, para que se estabeleça como suporte aos agentes envolvidos nas ações extensionistas, para fomentar atividades que efetivamente dialoguem com a comunidade/sociedade, conforme

preconizam as diretrizes da Política Nacional de Extensão; a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018 e os documentos normativos vigentes no IFSC.

Portanto, os critérios de inclusão e exclusão pertinentes à área de pesquisa são:

Critérios de inclusão:

Servidores ocupantes do cargo Coordenador de Extensão dos campus; a Diretora de Extensão da Proex; o Pró-reitor de Extensão;

Critérios de exclusão:

Servidores que não forem coordenadores de extensão nos campus e Servidor que não for Diretor e Pró-Reitor de Extensão da Proex.

3.4 Instrumento de coleta, geração e análise de dados

A coleta de dados se deu através de análise documental dos projetos submetidos ao edital Protagonismo Discente durante o período de 2022 e 2023. Com o objetivo de verificar como a interação dialógica estava presente nos documentos do projeto.

A consulta foi realizada no sistema operacional Sigaa Extensão e na intranet (portal do servidor). Durante a consulta na Intranet procurou-se pelos resultados dos editais nº 12/2022 e nº 16/2023, intitulado Protagonismo Discente. Após consulta aos resultados dos editais foi possível encontrar pelo título do projeto, todas as informações sobre cada atividade cadastrada no sistema Sigaa Extensão.

A partir das informações obtidas e das análises realizadas com base no referencial teórico coletado, foi possível elaborar material de auxílio aos campus do IFSC para potencializar a dialogicidade com a comunidade externa nos projetos de extensão.

Abaixo é possível verificar como ocorreu a coleta de dados para atender os objetivos do estudo.

Quadro 7 - Resumo da Coleta de Dados

Procedimento técnico	Instrumento
----------------------	-------------

Análise documental dos projetos selecionados	Checklist para avaliação seguindo o modelo utilizado no anexo A do edital <i>Protagonismo Discente</i> e os indicadores de avaliação da extensão.
Análise documental dos relatórios finais e anexos dos projetos selecionados	Análise sobre as metas projetadas e concluídas; Análise sobre os objetivos descritos e os resultados alcançados pelos projetos.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os dados obtidos foram analisados utilizando a metodologia Análise de Conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), que tem como objetivo analisar de forma objetiva as informações encontradas durante a pesquisa, construindo os conceitos e definindo o objeto de estudo. Para cumprir essa etapa, as análises seguiram as fases definidas por Bardin (2011), que incluem a "Pré-análise", a "Exploração do material" e o "Tratamento dos resultados", que trata de um conjunto de técnicas sistemáticas para descrever e compreender as informações coletadas.

A respeito dos aspectos éticos da pesquisa, os coordenadores de extensão e Diretor de Extensão assinaram termo de consentimento, afirmando que estão de acordo com a proposta desta pesquisa.

3.4.1 Aspectos éticos da pesquisa

A pesquisa que envolve os seres humanos possui diretrizes e regulamentações estabelecidas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), por meio da Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Dentre as regulamentações previstas estão os riscos e danos possíveis na implementação da ação. Dessa forma conceituamos os possíveis riscos inerentes à proposta da pesquisa, conforme disposto no item II.22 do referido documento. Os riscos podem envolver “possibilidade de danos à dimensão física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual do ser humano, em qualquer pesquisa e dela decorrente” (BRASIL, 2012, n.p).

Para diminuir os riscos inerentes ao processo da pesquisa utilizaremos as seguintes alternativas:

Quadro 8 - Resumo dos riscos e estratégias utilizadas na Pesquisa

Possível risco	Estratégias utilizadas para diminuição dos riscos
Constrangimento ou desconforto ao participar da oficina.	A participação dos profissionais é voluntária e só ocorrerá após a leitura e esclarecimentos do termo de consentimento. Além disso, os participantes podem interromper sua participação a qualquer momento, sem aviso prévio ou necessidade de justificativa, de acordo com a sua vontade.
Cansaço durante a oficina	A oficina será organizada através de roteiros, nos quais a proposta e o produto educacional da pesquisa serão explicados aos participantes para que não seja cansativo e nem demande mais tempo que o necessário
Quebra de anonimato.	Será sinalizado que a participação é voluntária, cabendo a cada profissional escolher quais contribuições irão fazer para a atividade.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A pesquisa pode atribuir benefícios aos seus participantes, já que se trata de profissionais que atuam diretamente na extensão, e a sua participação na pesquisa pode contribuir para melhores resultados, construindo um produto educacional mais utilitário que faça a diferença na interação dialógica realizada nas atividades extensionistas. A participação desses profissionais é de extrema importância para enriquecer o processo científico, aproximando pesquisador e comunidade em uma troca de saberes acadêmicos e populares.

Para realizar a coleta de dados, os instrumentos mencionados na seção acima foram submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-IFSC) e aprovados conforme parecer consubstanciado nº 6.661.491.

3.4.2- Coleta de dados: Análise Documental dos Projetos de extensão submetidos ao edital nº 12/2022 e nº 16/2023.

Para realizar a análise documental, foram extraídos do sistema operacional Sigaa-extensão (<https://Sigaa.ifsc.edu.br/Sigaa/public/home.jsf>) 52 projetos de extensão aprovados com fomento da Proex, submetidos ao edital nº 12/2022 e nº 16/2023 - Protagonismo Discente entre os anos de 2022 e 2023.

O acesso foi realizado pelo portal do servidor no Sistema Sigaa (<https://Sigaa.ifsc.edu.br/Sigaa/public/home.jsf>), uma vez que este canal permite acesso aos variados dados das atividades extensionistas, como: os projetos

submetidos na íntegra; aos relatórios finais das propostas, as avaliações dos pareceristas (bancas Ad hoc) que avaliam as propostas e atividades de extensão, entre outras informações, proporcionando uma visão mais abrangente das ações desenvolvidas.

A solicitação de acesso e autorização para coleta de dados ao sistema gerencial da extensão foi encaminhada à Diretoria de Extensão (Direx) e validado após o projeto de pesquisa ser aprovado por parecer consubstanciado do CEPESH-IFSC.

Cabe salientar, que as informações sobre as ações de extensão também podem ser obtidas pela página pública inicial do Sigaa-extensão, permitindo o acesso à comunidade. Por meio do sistema de busca, é possível consultar as ações de extensão, com ou sem fomento, realizadas pelos campus na comunidade. No entanto, essa consulta apenas oferece acesso à proposta inicial do projeto, não aos demais relatórios vinculados à ação.

Durante o processo de coleta de dados, ficou evidente que as informações disponíveis variam de acordo com o login utilizado, apresentando conteúdos distintos para diferentes públicos. Ao fazer login pelo portal do servidor, é possível acessar os projetos e outros relatórios por meio dos vários links disponíveis. Na figura 4, é possível observar como os filtros podem ser utilizados durante o sistema de busca pelo portal do servidor:

Figura 4 - “Buscar ações”: Pelo título de projeto

Entrada pelo login do servidor

The image shows two screenshots of the SIGAA system. The top screenshot is the login page, titled 'INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA SIGAA Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas'. It features a navigation menu with options like 'Docentes', 'Chefes, Coordenações e Diretores', and 'Departamentos'. A search bar is visible at the top right. A hand-drawn arrow points to the 'Entrar no Sistema' button. The bottom screenshot shows the 'Unidade DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO' interface with a search filter applied. A hand-drawn arrow points to the search results table.

Resultados após pesquisa pelo sistema de filtros

Ações de extensão LOCALIZADAS (3)				
Código	Título	Unidade	Situação	Dimensão Acadêmica
91293-2023	CRIBANDO PORTES: A Comunicação como instrumento de inserção do Egresso - IFSC no Trade Fair - Coordenadora:	COPOT-CTE	CONCLUIDA	EXTENSÃO
91300-2023	Crubando Portes com a Comunidade Interna e Externa do IFSC Coordenadora(CP)	CPPI-CTE	AGUARDANDO AVALIAÇÃO	EXTENSÃO
91322-2022	CRIBANDO PORTES COM A COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA DO IFSC Coordenadora:	CPPI/COPIA-CTE	RELATÓRIO FINAL DO PROJETO ENTREGUE (AGUARDANDO AVALIAÇÃO)	EXTENSÃO

Fonte: Adaptado de IFSC, Sigaa-extensão (2024).

Ao abrir os relatórios, é possível ter acesso a outras informações e documentos da ação, tais como fotos, documentos financeiros, consultas, materiais permanentes adquiridos, entre outros.

Quando o login é realizado pela comunidade, é possível filtrar as ações pelos critérios de busca. Cabe ainda frisar que o sistema de busca que está operacional sofreu customização em 2023¹. A figura abaixo ilustra um exemplo de busca das ações pela página pública inicial do Sigaa-extensão com acesso a comunidade.

Figura 5 - Página pública Sigaa-extensão

¹ Essa customização no sistema foi desenvolvida como parte que complementa o produto educacional deste trabalho e foi resultado das necessidades desta pesquisa

Acesso à comunidade pela barra extensão lateral



Barra de filtros

Resultados após pesquisa pelo sistema de filtros

BUSCA POR AÇÕES DE EXTENSÃO

Título da Ação
 Tipo de Atividade
 Câmpus:
 Área Principal:
 Coordenadores:
 Ano

AÇÕES DE EXTENSÃO LOCALIZADAS (10)				
Ano/Título	Coordenador	Câmpus	Área Principal	
2023 - Língua, Arte e Cultura Hispânicas	DIOGO MORENO PEREIRA CARVALHO	REI - REITORIA	Educação	
2023 - Hispanidade: territorialidades integradas.	DIOGO MORENO PEREIRA CARVALHO	REI - REITORIA	Educação	
2023 - Hablando aprendemos	DIOGO MORENO PEREIRA CARVALHO	REI - REITORIA	Educação	
2023 - Cine: ¿en casa o en línea?	DIOGO MORENO PEREIRA CARVALHO	REI - REITORIA	Educação	
2023 - Tecido Acrobático: A Magia do Circo no IFSC	DAYANE ALVES	REI - REITORIA	Cultura	
2023 - Fortalecimento da vitivinicultura e enoturismo em propriedades familiares na Serra Cabanense - parte 2	ROGERIO DE OLIVEIRA ANESE	REI - REITORIA	Tecnologia e Produção	
2023 - Língua, Cultura y Arte	DIOGO MORENO PEREIRA CARVALHO	REI - REITORIA	Educação	
2023 - RONDÓN - 2023 - Operação Horizonte	LEANDRO DAMIAO VIANA	REI - REITORIA	Educação	
2023 - Competição de Drones IFSC Câmpus Florianópolis - Edição 2023	LEANDRO DE HEDEIROS SEBASTIAO	REI - REITORIA	Tecnologia e Produção	
2023 - Fortalecimento da vitivinicultura e enoturismo em propriedades familiares na Serra Cabanense	ROGERIO DE OLIVEIRA ANESE	REI - REITORIA	Tecnologia e Produção	

Fonte: Adaptado de IFSC, Sigaa-extensão (2024).

Os resultados obtidos por esse tipo de busca geram relatório mais resumidos, contendo as seguintes informações: Resumo da ação, Público atingido; Membros da equipe; Lista de fotos; Relação entre a proposta pedagógica do curso e a proposta do projeto; Atividades realizadas e Resultados obtidos qualitativamente e quantitativamente.

Objetivando analisar a parte documental dos projetos submetidos no edital Protagonismo discente nos anos de 2022/2023 e verificar como a interação dialógica foi construída e tratada dentro das ações extensionistas, foram realizadas leituras pormenorizadas no corpo textual dos projetos, bem como nos relatórios finais entregues com meta a analisá-los à luz do referencial teórico coletado.

3.4.3 - Analisando os dados

Conforme proposto, foi utilizada a análise de conteúdo com base em Bardin (2011) de acordo com as fases de pré-análise; análise e interpretação.

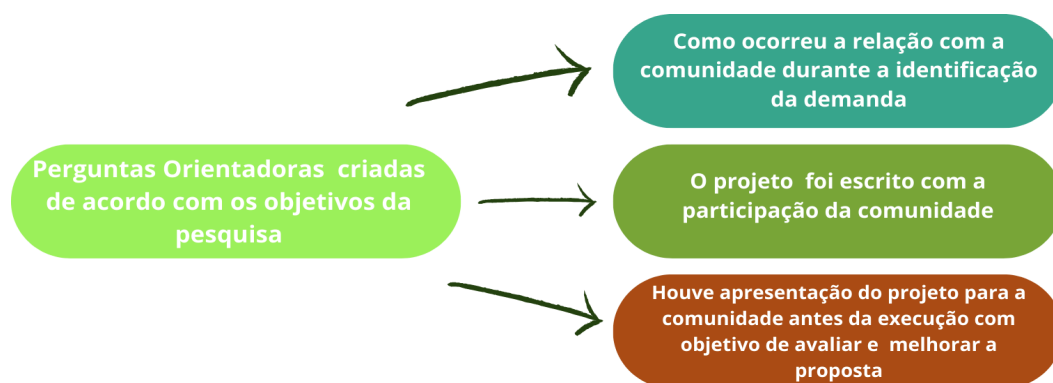
A primeira fase tratou de definir os materiais a serem analisados, coletando os seguintes registros:

A - Projetos de extensão submetidos e aprovados com fomento da Proex ao edital Protagonismo Discente durante os anos de 2022 e 2023;

B - Relatório final dos projetos de extensão submetidos e aprovados com fomento da Proex ao edital Protagonismo Discente durante os anos de 2022 e 2023.

Foram coletados um total de 52 projetos aprovados e fomentados pela Proex/Direx no edital nº 12/2022 e nº 16/2023 e seus relatórios finais (quando entregues). Para análise dos documentos foram estabelecidas 3 perguntas orientadoras relacionadas aos objetivos da pesquisa, conforme ilustra a figura 6 abaixo.

Figura 6 - Perguntas orientadoras para análise documental



Fonte: Elaboração própria (2024).

Conforme Cardoso et al (2021, p. 08) esse processo de “codificação corresponde a uma transformação dos dados brutos do texto, por processos de decomposição, classificação, agrupamento e enumeração, que permitem atingir uma representação do conteúdo”.

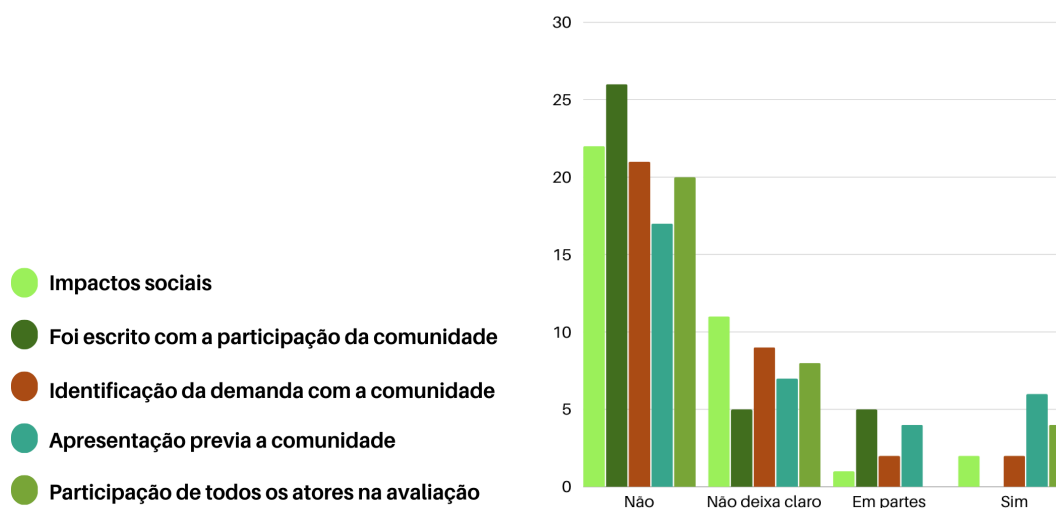
Considerando o estabelecimento da interação dialógica em todas as etapas de um projeto de extensão e analisando o grau de envolvimento da comunidade durante a realização da proposta, foi possível constatar que, dos 52 projetos analisados:

- 69,23% não apresentaram interação dialógica durante todas as etapas do projeto;
- 23,07% apresentaram interação dialógica durante as etapas do projeto de extensão;
- 5,76% apresentaram uma interação dialógica frágil ao longo das atividades;
- Em 1,92% dos casos, a execução da atividade extensionista não foi possível.

Assim, antes de realizar a análise desses dados e do que as porcentagem apontam, é possível partir do pressuposto trazido por Thiollent (2018), de que as ações extensionistas devem ser orientadas a partir de uma construção coletiva do conhecimento para maior chance de êxito.

Em 36 projetos de extensão (69,23%), essa interação dialógica com a comunidade não aconteceu ou foi estimulada apenas em algumas etapas das atividades. Durante a análise foi possível verificar que majoritariamente a comunidade participava apenas na fase de execução das atividades, como participantes passivos da ação. O gráfico 1, abaixo, mostra algumas dimensões analisadas.

Gráfico 1 - Dimensões analisadas nos 36 (69,23%) projetos nos quais não foi possível observar a interação dialógica em todas as etapas de escrita do projeto



Fonte: Elaboração própria (2024).

É possível verificar que a falta de interação dialógica teve uma relação direta e significativa com os percentuais de impacto junto à comunidade. Os critérios que tiveram como resposta “não” e “não deixa claro” somam quase 91,66% dos 36

projetos analisados. Se considerarmos os 52 projetos avaliados, essa proporção representa 63,46% das atividades. Esses números são preocupantes e sinalizam para um alerta na instituição.

Lopes (2020) argumenta que esse tipo de relação com a comunidade assume um papel tutorial, no qual a comunidade é introduzida previamente sem participar da formulação e resolução dos problemas.

Nessa forma de agir, é o agente externo que elabora os diagnósticos, identifica os problemas, escolhe os meios para solucioná-los, estabelece as estratégias de ação e avalia as ações executadas. Restando aos habitantes, nessa forma de intervenção, executar as ações “prescritas” (LOPES, 2020, p. 488)

Corrêa (2019) e Galhardo (2020) defendem que a extensão universitária não deve mais ser vista como simplesmente levar conhecimento à comunidade de maneira unilateral (“faça o que digo”), mas sim como um trabalho conjunto em busca de novos saberes. Nesse contexto, a interação dialógica se torna o princípio deste pilar acadêmico e diretriz fundamental para o sucesso das atividades extensionistas.

Quando pensamos em projetos de extensão, é importante considerar os ideais descritos por Silva (2019), que define a extensão como uma ação contínua que favorece a reflexão, a “emancipação e autonomia comunitárias, além de construir processos pedagógicos que promovem a articulação social e política dos coletivos” (SILVA, 2019, p. 47). O interesse da comunidade pela continuidade das atividades de extensão junto à instituição de ensino está diretamente relacionado ao nível dos impactos sociais alcançados pela ação.

Durante a análise dos 36 projetos, fica claro que as ações muitas vezes são esporádicas e não promovem um trabalho crítico e articulado com a comunidade. Silva (2019) descreve esse tipo de extensão como assistencialista e não dialógica, pois visa apenas a resolver problemas imediatos, com a instituição fornecendo unilateralmente todas as respostas.

Nesse aspecto, Thiollent (2018) aborda a construção social do conhecimento e destaca a necessidade de interação e cooperação entre os diversos atores, além do uso de metodologias que ampliem a participação da sociedade. O autor argumenta que o conhecimento necessário para a extensão é co-construído e deve

promover reflexão na ação ao longo das diferentes fases das atividades, seja no diagnóstico, nas ações formativas, informativas ou mobilizadoras.

Dentro desse contexto, foi possível observar que dos 36 projetos, apenas 16,66% foram de alguma forma apresentados previamente à comunidade. Isso significa que a grande maioria desses projetos (71,44%) foram criados pelos proponentes sem consulta direta junto ao público-alvo da ação, ou seja, sem reconhecer a fundo suas reais demandas na perspectiva de quem vive os problemas no cotidiano. Este fato pode levar a propostas descoladas das reais necessidades desses públicos, dentre outros aspectos. Cabe frisar que 24,44% desse percentual não apresentou informações importantes para essa análise na escrita do projeto, tornando difícil o processo de mensuração.

Esse olhar verticalizado da academia torna seu fazer estático e vai de encontro à função social das instituições de ensino superior. As atividades extensionistas precisam envolver:

- 1) situações educativas onde os envolvidos adquirem, mutuamente, o papel de sujeitos cognoscentes e mediatizados: co-participantes;
- 2) situações que requerem uma ação transformadora sobre a realidade. Isso implica abandonar a concepção de transmissão vertical e unilateral do conhecimento, no habitual serviço assistencial da universidade, levando em conta agora que extensão é, também, a mão inversa (CALDERÓN, 2003 apud CORRÊA, 2019, p. 122).

Considerando as afirmações anteriores e os dados percentuais coletados na pesquisa, esse primeiro contato com a comunidade torna-se fundamental. É nesse momento que se estabelece uma primeira reflexão sobre as demandas e se possibilita uma mobilização conjunta entre a instituição de ensino e as pessoas que se pretende atingir.

Esse contato inicial não apenas permite identificar as necessidades reais da comunidade, mas também promove uma relação mais colaborativa e participativa, onde tanto a academia quanto a comunidade podem trabalhar juntas na definição de objetivos e na busca por soluções mais efetivas e sustentáveis.

Para Thiollent (2018, p. 7) “bons projetos de extensão são aqueles que geram ganhos de conhecimento e de experiência para todos os participantes”, em um processo contínuo de ação e reflexão, visando uma emancipação dos sujeitos.

Esse percentual torna-se ainda mais preocupante quando constatamos que, dos 36 projetos, aproximadamente 58% não realizaram levantamento de demandas junto à comunidade. Dentro desse percentual, 19,43% dos casos, não fica claro como esse levantamento de demanda foi conduzido, impossibilitando sua mensuração.

Conforme Demo, 1986 apud Lopes, 2005 (p. 67), a “desarticulação na vida da comunidade leva a um aumento da “não participação” ou a uma participação cooptada, visando a interesses próprios e imediatistas”. Isso significa que a falta de participação pode acarretar em um esvaziamento do interesse da comunidade na atividade, enfraquecendo a ação e os espaços de participação, o que pode levar a uma prática assistencialista contrária aos princípios da Política Nacional de Extensão.

Passos e Lohn (2022), assim como Lisboa Filho (2022), destacam a importância da participação da comunidade nos processos de tomada de decisão nas atividades extensionistas. Eles ressaltam que a extensão não deve se limitar à transferência de conhecimentos, mas sim fomentar a participação ativa da comunidade no processo de aprendizagem e no desenvolvimento das ações.

Essas reflexões destacam a necessidade de uma abordagem mais participativa e dialógica nas atividades de extensão, buscando sempre envolver efetivamente a comunidade desde o levantamento das demandas até a implementação e avaliação dos projetos.

Observamos que dos 52 projetos analisados, 3 (5,76%) deles apresentaram baixa interação dialógica. Muitas dessas percepções se devem à carência de informações sobre as formas e estratégias de participação da comunidade nos projetos. O que transparece é uma atuação tímida e limitada da comunidade nas atividades extensionistas, na qual não participam das tomadas de decisão de forma ativa.

Foi possível constatar ainda que um projeto não foi realizado por falta de interesse da comunidade, totalizando 1,92% dos 52 projetos analisados. Dentro dessa perspectiva, identificamos que apesar de bem detalhado, não foram observadas no planejamento metodologias participativas o que pode ter contribuído para a não efetividade da ação, como a falta de: levantamento de demanda na comunidade; apresentação prévia, mobilização da ação, reuniões de alinhamento;

estudo de grau de relevância para a comunidade; definição de público alvo; entre outros pontos.

Mas como potencializar essa interação junto a comunidade externa? A Política de Extensão Universitária (2012) menciona a necessidade de aplicação de metodologias e práticas que estimulem a participação de todos os atores em sua produção e difusão. Sem essa interação dialógica corre-se o risco de a instituição de ensino ficar descolada dos problemas reais da sociedade, inviabilizando a transformação social.

Torna-se importante, portanto, fomentar ações que promovam a participação da comunidade por meio das boas práticas desenvolvidas. A efetividade e o impacto dessas ações estão diretamente relacionados ao grau de interação dialógica estabelecido com a comunidade, visando compreender o que fazer, por que fazê-lo e para quem a ação é direcionada.

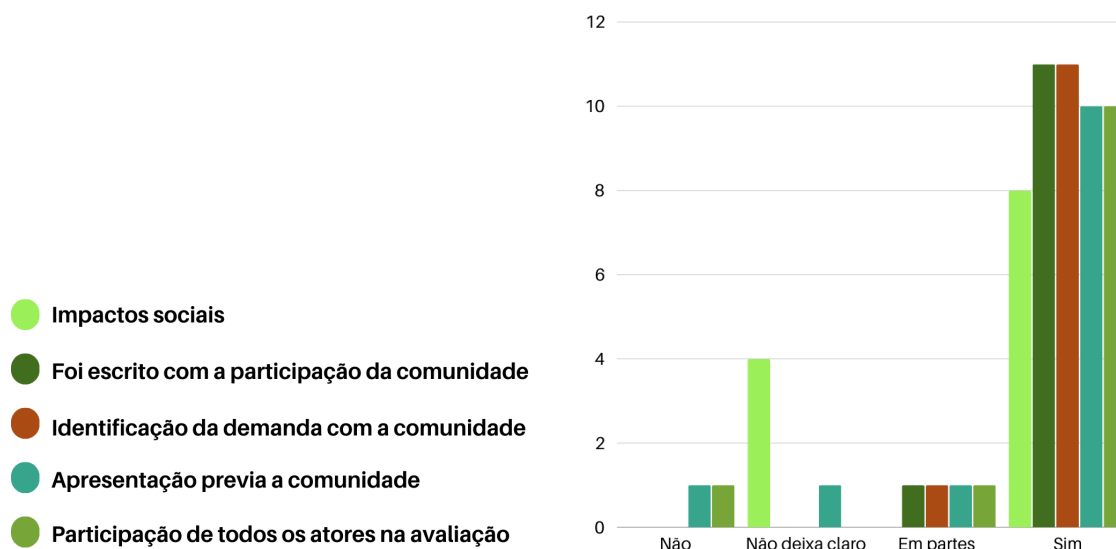
O que seriam essas boas práticas? Segundo o Ministério do Governo Espanhol seria uma “iniciativa, uma política ou um modelo de ação bem sucedido que melhora os processos” (Ministério da Educação, Cultura e Esporte e o Conselho Estadual de Escolas. Governo da Espanha apud PROFUTURO, 2022, s/n). Apesar de o tema se dirigir à educação e à aprendizagem, cabe aqui uma reflexão junto à extensão e o quanto os atributos discutidos no texto podem também referenciar a política expansionista enquanto processo de formação educacional. É possível destacar alguns elementos característicos das boas práticas para embasar a reflexão:

Significado: Geram contágio, desejo, vontade de aprender. **Justiça:** as boas práticas trazem consigo uma ideia de justiça social, um compromisso com a construção social da cidadania. **Inovação:** boas práticas também são propostas inovadoras, que abordam uma tarefa, um aspecto ou uma dimensão educacional. **Reflexividade:** As boas práticas não são receitas que simplesmente se seguem e se aplicam. Devem gerar um processo de reflexão constante sobre a prática e promover o pensamento crítico daqueles que a realizam. **Sustentável:** são práticas que podem ser institucionalizadas, recriadas, apropriadas e idealmente ampliadas por outras organizações. **Relato:** este é um elemento que segue o anterior e, segundo Rivas, define a essência da boa prática. (PROFUTURO, 2022, s/n)

Com essa reflexão realizada, agora abordamos os 12 projetos (23,07%) que apresentaram ou permitiram identificar a interação dialógica durante as etapas das atividades de extensão. Durante a análise desses projetos, foi possível perceber que

as atividades *geram maior impacto social por meio de uma participação comunitária mais intensa nas ações executadas*. O gráfico 2, abaixo, mostra as dimensões analisadas na leitura dos projetos de extensão:

Gráfico 2 - Dimensões analisadas nos 12 (23,07%) projetos nos quais foi possível observar a interação dialógica nas etapas de escrita do projeto



Fonte: Elaboração própria (2024).

Dos 12 projetos analisados que apresentam interação dialógica, 66,66% impactaram positivamente a comunidade e proporcionaram suporte para a continuidade das ações. É importante destacar que em 33,33% desses projetos, não ficou claro qual foi o impacto na comunidade, o que pode ser atribuído à falta de informações disponíveis nos projetos e nos relatórios finais entregues.

Essa hipótese a respeito da ausência de informações disponíveis nos 33,33% projetos é defendida com base nos demais critérios analisados: 91,66% dos projetos contaram com a participação da comunidade na escrita e no levantamento de demanda, e 83,33% apresentaram de forma prévia e participativa a ação à comunidade. Além disso, 83,33% das ações envolveram a comunidade na avaliação do projeto, utilizando diferentes formas de avaliação que englobam os três atores extensionistas (professor, estudante e sociedade). O que demonstra que houve uma preocupação em inserir a comunidade, mesmo que não tenham sido apresentados de forma objetiva seus impactos sociais.

Esses dados destacam a importância da transparência e da participação ativa da comunidade ao longo de todo o processo de desenvolvimento e avaliação dos projetos de extensão. A inclusão e o engajamento da comunidade são fundamentais para garantir a relevância, efetividade e continuidade das iniciativas extensionistas. É notável então, que, quanto mais estimulada for a participação da comunidade externa, maior será a ação de reflexão, conscientização e emancipação dos sujeitos participantes.

As metodologias participativas envolvem a utilização de várias práticas que potencializam a interação dialógica em projetos de extensão. Com as análises realizadas, foi possível identificar boas práticas utilizadas nas atividades dos 12 projetos que observamos interação dialógica com a comunidade, conforme o quadro 9, abaixo.

Quadro 9 - Práticas participativas levantadas nos 12 projetos onde ocorreu interação dialógica nas etapas do projeto de extensão

ETAPA DE CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO	ETAPA DE EXECUÇÃO	ETAPA DE AVALIAÇÃO
<p>Envolvimento da comunidade na identificação de demandas e na definição dos objetivos do projeto. Pode ser feito mediante:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleias participativas: apresentação da proposta e levantamento de interesse (Envolver as instituições parceiras); • Reuniões diversas: instituições parceiras públicas ou privadas; comunidade atendida, etc para alinhamento das ações (mobilização e engajamento). • Grupo de estudos: Para delinear 	<p>Implementação Colaborativa: Execução do projeto com a participação ativa da comunidade, compartilhando responsabilidades e recursos</p> <p>As ações participativas com envolvimento de membros da comunidade em todas as etapas do projeto estimulam a colaboração e a co-criação e podem ser ofertadas por meio de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oficinas e capacitações participativas: Os conteúdos devem ser pautados em reuniões anteriores e construídos coletivamente. • Agendamento de encontros para diagnóstico e personalização das 	<p>Coleta de dados diversificada: utilização de uma variedade de métodos de coleta de dados que sejam acessíveis para os membros da comunidade. Isso pode incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Questionário • Formulário online • Entrevistas • Rodas de conversa • Observação participante e análise de documento. <hr/> <p>Avaliação de acompanhamento: a cada atividade realizar uma análise sobre a efetividade que podem utilizar uma ou mais opções levantadas acima;</p>

ETAPA DE CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO	ETAPA DE EXECUÇÃO	ETAPA DE AVALIAÇÃO
<p>objetivos e metas. (envolvimento de todos). É possível organizar grupos de estudo entre equipes.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões formativas: Ações direcionadas com apoio de parceiros locais visando sensibilizar e capacitar os agentes para sua continuidade. • Entrevistas: com pessoas da comunidade externa ligada a temáticas do projeto e que podem contribuir com a ação. • Grupos focais: grupo com instituições ou pessoas ligadas a temática que podem auxiliar na ação. • Visita in loco: conhecer o espaço, a estrutura e como é organizado. <hr/> <p>Levantamento da rede de apoio: construir parcerias sólidas com instituições locais, organizações não governamentais e outros atores.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa online • Visita in loco • contato telefônico <p>Estabelecimento de primeiro contato com o representante da comunidade externa a ser atendida para apresentação da equipe e da proposta.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Contato telefônico • E-mail • Visita in loco 	<p>ações com diferentes públicos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de estratégias para fomentar a participação de diferentes segmentos: editais, regulamentos próprios, etc. <p>Objetivo: sensibilizar a comunidade e proporcionar continuidade.</p> <hr/> <p>Capacitação da equipe: fortalecer a liderança e participação ativa nas atividades do projeto. Isso pode envolver:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oficinas • Rodas de conversa • Reuniões formativas <hr/> <p>Monitoramento Contínuo: diálogo constante para avaliar o progresso do projeto, seus desafios e ajustes necessários.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reuniões quinzenais com o coletivo com pautas e metas a serem cumpridas e divisão de tarefas; • Elaboração coletiva de materiais e documentos do projeto • Formação de grupos em redes sociais para acompanhamento da ação e identificação de novas estratégias • Documentos online compartilhados: registro de todas as ações e fotos desenvolvidos. <p>A reavaliação das metas e objetivos junto a toda equipe e comunidade externa e o compartilhamento de todas as</p>	<hr/> <p>Análise Reflexiva: reflexão sobre os resultados na avaliação, envolvendo as partes interessadas. Essa análise pode ser feita mediante:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Assembleia: para devolutiva e avaliação da comunidade • Avaliação por métricas alcançadas • Reuniões quinzenais com o coletivo para análise dos resultados • Rodas de conversa com o coletivo no início e final da ação • Questionários e formulários em cada etapa e cada ação; • Avaliações lúdicas • Alimentação das redes sociais e acessos; • Avaliação dos materiais produzidos por todos os atores participantes. <p>O objetivo é obter impressões e sugestões e integrá-los na tomada de decisão no direcionamento futuro do projeto</p>

ETAPA DE CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO	ETAPA DE EXECUÇÃO	ETAPA DE AVALIAÇÃO
<p>(presencial)</p> <p>A estratégia pode ser utilizada para conhecer os espaços, as equipes e as estruturas disponíveis. Nesse momento poderá ser realizada a primeira escuta sobre as demandas e projetos existentes no local.</p>	<p>informações/modificações podem ser realizadas com:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Documentos compartilhados armazenados em nuvem (Google Drive, por exemplo) ● Trocas de e-mails 	
<p>Após uma primeira conversa com um representante local, é possível o agendamento de apresentação inicial da proposta com demais pessoas envolvidas diretamente na ação e possíveis parceiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Definição de espaço apropriado (a decisão precisa ser coletiva entre as partes). Essa conversa pode ser promovida através de: <ul style="list-style-type: none"> ● Assembleias ● Rodas de conversa ● Reuniões 	<p>Flexibilidade e Adaptação: Estar aberto a ajustar as estratégias e atividades do projeto com base no feedback recebido da comunidade e nas mudanças nas condições locais.</p>	
<p>A organização e elaboração de material para apresentação precisa ser de fácil compreensão</p> <ul style="list-style-type: none"> ● Promoção de espaços de escuta ativa e participativa: Incentiva a participação de todos, valorizando suas contribuições e experiências. <p>Quando as decisões são tomadas em parceria, o engajamento na comunidade é maior.</p> <hr/>		

ETAPA DE CONCEPÇÃO E PLANEJAMENTO	ETAPA DE EXECUÇÃO	ETAPA DE AVALIAÇÃO
<p>O agendamento de outras reuniões é uma ferramenta para delimitar as atividades e definir o papel de cada grupo na ação.</p> <p>As reuniões podem ser:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Online ou presencial; com toda a equipe ou com segmentos específicos. • Roda de Conversa com diferentes públicos e segmentos. 		

Fonte: elaboração própria (2024).

Nota-se que os projetos de extensão descritos no quadro 9 não se limitaram ao levantamento de demandas junto à comunidade, mas também procuraram estabelecer parcerias com organizações e instituições dentro dos territórios onde foram executados. Essa prática fortalece a ação e o coletivo, já que resgata as peculiaridades de cada região, sua história, cultura, políticas, produtos, a partir de seus interesses e anseios. É necessário trilhar caminhos participativos existentes ou a serem reinventados de forma permanente (LOPES, 2020).

A intervenção educativa, da universidade, para a participação social nas comunidades tem propiciado o crescimento pessoal, o desenvolvimento comunitário e territorial e a intensificação da democracia a partir da base (bottom up). Consequentemente, isso contribui para o desenvolvimento a partir do envolvimento das pessoas, como protagonistas na resolução dos seus problemas em todos os âmbitos, inclusive na busca de alternativas aos modelos econômicos expropriadores e das políticas públicas pensadas em espaços burocráticos que desconsideram as diferenças culturais, a ecologia e a participação dos sujeitos na sua formulação (LOPES, 2020, p. 18).

Galhardo (2020) trata a comunicação como a melhor saída para aproximar as instituições das comunidades em uma vertente do “fazer com”, aproximando esta população nas tomadas de decisão em uma via de mão dupla.

As diferentes práticas mencionadas destacam a possibilidade de desenvolver atividades mais emancipatórias e reflexivas, alinhadas com os ideais de Paulo Freire sobre a educação dialógica. A educação dialógica promove a responsabilização social e política, sendo caracterizada por uma abordagem horizontal, integradora e interativa (SILVA, 2019).

É importante ressaltar aqui a relevância das parcerias intersetoriais no levantamento, planejamento e acompanhamento dos projetos, visando a ações mais coletivas e contínuas. Essas parcerias permitem uma maior apropriação do diálogo e das demandas da comunidade, o que resulta em um impacto mais significativo e duradouro. Essa colaboração multidisciplinar e interinstitucional enriquece o processo de desenvolvimento dos projetos de extensão, garantindo uma abordagem mais holística e inclusiva (MAIA; ARAUJO, 2014).

Assim, ao promover a educação dialógica e fortalecer as parcerias intersetoriais, os projetos de extensão se tornam mais efetivos e alinhados com os extensão universitária transformadora e comprometida com o desenvolvimento social.

Um dos recursos amplamente utilizados nas atividades de extensão para potencializar a troca de conhecimentos é o registro e compartilhamento em pastas on-line, acessíveis a todos os envolvidos. Por meio dessa ferramenta, é possível compartilhar documentos com diferentes públicos e parceiros, ampliando sua participação na fase de planejamento e tornando-a mais democrática e alinhada com a realidade da comunidade. Reuniões e encontros são frequentemente realizados para alinhar as ações e receber feedbacks, visando à melhoria e adaptação da proposta às necessidades do coletivo.

Nesses processos, as instituições locais desempenham um papel crucial como grandes aliadas, incluindo escolas, unidades de saúde, centros comunitários, organizações não governamentais (ONGs), entre outras. As parcerias com essas entidades facilitam a mediação com o restante da população, colaboram na elaboração de materiais didáticos mais eficazes e incentivam a mobilização na comunidade.

Essas práticas demonstram o compromisso das atividades de extensão em promover uma abordagem participativa e inclusiva, articulando diferentes atores e

instituições em um esforço colaborativo para o desenvolvimento e a implementação de projetos significativos e sustentáveis.

A resolução CONSUP n° 61/2016 do IFSC em seu artigo 4° prevê que os objetivos da extensão são:

- I) constituir-se enquanto espaço possível à troca de saberes, conhecimentos e experiências;
- II) promover interação dialógica entre a sociedade, os servidores e os discentes;
- III) integrar o ensino e a pesquisa às demandas da sociedade;
- IV) construir soluções atreladas às demandas da sociedade;
- V) colaborar com a formação integral do cidadão para além da prática acadêmica, desenvolvendo principalmente consciência social, artística, cultural, ambiental e política;
- VI) auxiliar no desenvolvimento regional sustentável em todas as suas dimensões;
- VII) articular políticas que oportunizem o acesso à educação estabelecendo mecanismos de inclusão;
- VIII) promover a autorreflexão institucional possibilitando revisão das práticas formativas. (IFSC, Resolução CONSUP n° 61, 2016)

Para promover uma extensão mais eficaz e participativa, é fundamental criar espaços de diálogo que favoreçam as trocas de conhecimento e desenvolver estratégias que incentivem a participação dos diversos atores envolvidos. A Política Nacional de Extensão ressalta a importância das formas de participação da comunidade externa em processos decisórios relacionados às atividades extensionistas específicas (FORProex, 2012, p. 42).

Após uma leitura cuidadosa dos projetos e referenciais teóricos expressos na pesquisa, identificou-se a falta de estudos que orientem a comunidade interna do IFSC na promoção da dialogicidade no processo de elaboração e planejamento dos projetos de extensão em seus campus. A partir dessa constatação, propõe-se estabelecer, por meio dos projetos submetidos e das boas práticas desenvolvidas, possibilidades de ações que contribuam para a interação dialógica em atividades de extensão.

4 PRODUTO EDUCACIONAL

O produto educacional principal elaborado como resultado dessa pesquisa trata-se de oficina pedagógica que tem como meta debater sobre práticas dialógicas que potencializam a participação comunitária no desenvolvimento dos projetos de extensão no IFSC.

A oficina pedagógica faz parte da tipologia “Curso/Oficina de Formação Profissional” e está de acordo com a Portaria nº 60, de 20 de março de 2019.

Art. 15 - O Trabalho de Conclusão de Curso constitui-se em um produto educacional que possua aplicabilidade imediata, considerando a tipologia definida pela Área de Ensino. O produto educacional deverá ser acompanhado de um relatório da pesquisa que contemple o processo de desenvolvimento e avaliação da aplicação do produto, podendo ser construído em forma de dissertação ou artigo, de acordo com decisão da Comissão Acadêmica Local (BRASIL, 2019, n.p).

O produto educacional complementar se enquadra na tipologia Software/Aplicativo e trata-se de customização no sistema operacional Sigaa extensão, buscando facilitar o sistema de busca dos projetos e demais ações de extensão e agilizar o acompanhamento das atividades desenvolvidas tanto pelo público interno como externo ao IFSC

O desenvolvimento desse recurso contemplou 3 etapas: coleta e análise de dados, por meio dos projetos de extensão extraídos no sistema Sigaa-Extensão; Elaboração do produto educacional e, por fim, a aplicação e avaliação do produto educacional.

Na seção posterior, é apresentada a caracterização do produto educacional desta pesquisa.

4.1 Caracterização do produto educacional

Considerando o referencial teórico coletado e os resultados obtidos na pesquisa, foram desenvolvidos dois produtos educacionais que se complementam:

O primeiro consiste em uma oficina pedagógica cujo tema central são as práticas dialógicas e poderá ser apresentada em ambientações; semanas pedagógicas ou em outro evento pertinente à área. A oficina pedagógica tem como

objetivo auxiliar os gestores e comunidade interna do IFSC a potencializarem a interação dialógica junto à comunidade externa em todas as etapas que envolvem os projetos de extensão.

Essa vertente dialógica, defendida nos diversos documentos normativos da extensão, permite aos atores envolvidos maior reflexão e conscientização sobre a realidade vivida e compartilhada, favorecendo a emancipação dos sujeitos e os tornando protagonistas da sua história e do seu processo de ensino-aprendizagem.

Adicionalmente, foi realizada uma customização no sistema de busca do Sigaa-Extensão. Esse produto educacional facilita o processo de acompanhamento das ações extensionistas pelos atores envolvidos.

No quadro a seguir é apresentado o plano de desenvolvimento dos produtos educacionais:

Quadro 10 - Plano de desenvolvimento do produto educacional

DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO EDUCACIONAL	
1.Tipologia do Produto Educacional: Software/Aplicativo	Objetivo
Etapa 1° - Verificar no sistema Sigaa-Extensão como localizar os projetos de extensão	Facilitar a consulta pela comunidade das diferentes ações realizadas pelo IFSC no território e suas mediações, através dos filtros por área temática, campus ou outro interesse da comunidade.
Etapa 2° - Definir novos filtros de seleção em endereço de busca já existente no Sigaa-Extensão para localização dos projetos	
Etapa 3° - Encaminhar proposta para o Comitê de Governança do TI de customização na base de pesquisa da página de extensão do IFSC.	Facilitar a localização e acompanhamento das ações de extensão a comunidade interna do IFSC e, como consequência,
Etapa 4° - Testar e homologar as alterações junto a Direx e ao Comitê de Governança do TI	Promover estratégias e ações que fortaleçam a dialogicidade nos projetos de extensão pelos campus.
2.Tipologia do Produto Educacional: Curso/Oficina de Formação Profissional	Objetivo
Etapa 1° - Revisão da literatura para o aporte teórico da Oficina	A oficina tem como objetivo abordar o tema interação dialógica e como realizá-la junto a comunidade. Por meio dos diferentes textos e documentos analisados, pretende-se trazer, à luz do conhecimento, esclarecimentos sobre a interação dialógica e como ela se desenvolve nos projetos, criando de forma coletiva critérios e metodologias práticas para que os envolvidos potencializem a participação comunitária nos projetos institucionais.
Etapa 2° - Coleta e análise dos dados obtidos pelas leituras dos projetos de extensão.	
Etapa 3° - Seleção de textos e imagens que será apresentado na Oficina	
Etapa 4° - Elaboração da estrutura da oficina	

Etapa 5° - Aplicação da oficina aos coordenadores de extensão dos campus do IFSC.	
Etapa 6° - Avaliação da oficina no mesmo dia de sua aplicação aos coordenadores de extensão.	
Etapa 7° - Retomada e revisão final após avaliação da oficina	
Etapa 8° - Formatação final para a banca.	

Fonte: elaboração própria (2024).

Os produtos educacionais estão alinhados à linha de pesquisa "Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na Educação Profissional e Tecnológica", bem como ao macroprojeto 6 vinculado a este trabalho. Eles possibilitam criar estratégias para capacitar e formar os sujeitos envolvidos por meio do desenvolvimento de oficinas orientativas e aplicativos mais sistêmicos que proporcionam maior conhecimento sobre o tema e sobre práticas dialógicas mais efetivas no processo de planejamento de projetos de extensão.

4.2 Elaboração

4.2.1 - Tipologia do produto educacional: Software/Aplicativo

O resultado da pesquisa busca evidenciar os caminhos e desafios a serem percorridos para fomentação e participação comunitária nos projetos de extensão de forma ativa, bem como propor estratégias que evidenciem a direção para resolução dessa questão, promovendo o conhecimento e participação do público externo ao IFSC e integrando a comunidade interna ao objetivo da instituição que é "Promover a inclusão e formar cidadãos, por meio da educação profissional, científica e tecnológica, gerando, difundindo e aplicando conhecimento e inovação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e cultural" (IFSC, 2022).

Para atingir esses objetivos principais, uma das ações realizadas foi a averiguação das redes administrativas do IFSC; em especial, como ocorre o acesso da comunidade à localização das ações desenvolvidas pela instituição na região em

que está inserida. Assim, identificou-se que o principal meio de pesquisa para encontrar as ações de extensão oferecidas à comunidade é através do site <https://Sigaa.ifsc.edu.br/Sigaa/public/home.jsf>, acessando o ícone "Extensão" na barra lateral esquerda da tela, conforme ilustrado na figura abaixo:

Figura 7 - Sistema operacional Sigaa-Extensão



Fonte: Adaptado de IFSC, Sigaa-extensão (2023).

Após essa primeira consulta, foi possível identificar diversas dificuldades na localização dos projetos desenvolvidos nos campus, resultando em um entendimento limitado por parte da comunidade sobre as ferramentas de busca e sobre cada ação registrada no sistema. Isso acaba desestimulando a comunidade a procurar por essas atividades. A Figura abaixo ilustra como o sistema de busca e filtros está organizado no Sigaa-Extensão para a comunidade:

Figura 8 - Sistema de busca Sigaa-Extensão



INSTITUTO FEDERAL DE SANTA CATARINA
 SIGAA
 Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
 Florianópolis, 18 de Outubro de 2022
 Acessível para Deficientes visuais
 ENTRAR NO SISTEMA
 CONSULTE AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS PELO IFSC

BUSCA POR AÇÕES DE EXTENSÃO

Título da Ação

Tipo de Atividade -- SELECIONE UM TIPO DE AÇÃO --

Unidade Responsável: -- SELECIONE UM DEPARTAMENTO --

Coordenador:

Ano

ALMOXARIFADO - CONTINENTE (11.01.67.01)
 ASSESSORIA DA COORDENADORIA PEDAGÓGICA - CAMPUS CANOINHAS (11.01.22.02.06.01)
 ASSESSORIA DA DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - ARU (11.01.13.02.08)
 ASSESSORIA DA DIRETORIA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - CCO (11.01.11.07.11)
 ASSESSORIA DA DIRETORIA GERAL (CAMPUS FLORIANÓPOLIS) (11.01.07.01)
 ASSESSORIA DA DIRETORIA-GERAL - CCO (11.01.11.01)
 ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL - FLN (11.01.07.05)
 ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL - CRI (11.01.20.01)
 ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL - CTE (11.01.12.01)
 ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL - GAS (11.01.18.01)
 ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL - IT (11.01.16.01)
 ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL - RAU (11.01.26.01)
 ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL - SLO (11.00.68.01)
 ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL - SMO (11.01.17.01)
 ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL - URP (11.01.28.01)
 ASSESSORIA DA DIREÇÃO GERAL - XXE (11.01.19.05)
 ASSESSORIA DA PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (11.01.02.04)
 ASSESSORIA DA PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E RELAÇÕES EXTERNAS (11.01.05.03)
 ASSESSORIA DE ARTES - FLN (11.01.07.02.01.09)

SIGAA | DTIC - Diretoria de Tecnologia de Informação

Fonte: Adaptado de IFSC, Sigaa-Extensão (2023).

O sistema Sigaa-extensão apresenta uma série de desafios relacionados aos filtros que não direcionam adequadamente a comunidade externa ou interna aos projetos de um único campus. É possível observar na figura acima que as atividades extensionistas estão vinculadas/cadastradas aos setores dos campus, o que dificulta sua localização. Para localizar as ações, dentro desse critério de busca, é necessário saber onde os projetos foram cadastrados, se tornando um trabalho manual e moroso.

Para compreender melhor o sistema e as necessidades da comunidade interna, foram realizadas duas conversas com os gestores de processo:

1. A primeira conversa envolveu um servidor da Diretoria de Extensão.
2. A segunda conversa envolveu um Coordenador de Relações Externas de um campus.

Durante essas conversas, ambos expressaram dificuldades em localizar as ações de extensão no sistema, indicando que o sistema atual não facilita a geração de relatórios e o acompanhamento dos projetos dentro dos campus. Essas

dificuldades enfrentadas pela comunidade interna do IFSC refletem as possíveis frustrações que o público externo pode enfrentar ao acessar o sistema.

Com o objetivo de criar um sistema mais interativo e acessível para a comunidade, foram projetados novos filtros para a localização de projetos. Esses filtros têm como finalidade:

- Facilitar a utilização do sistema;
- Promover o conhecimento da comunidade externa sobre as atividades de extensão desenvolvidas pelo campus em seu entorno;
- Aumentar o engajamento da comunidade no sistema Sigaa-Extensão;
- Potencializar o acompanhamento das ações por diferentes públicos de forma mais fácil e eficiente.

Essas melhorias visam tornar o sistema Sigaa-extensão mais amigável e útil tanto para a comunidade interna quanto para a externa, facilitando o acesso e a compreensão das atividades de extensão realizadas pelo IFSC em seus campus.

Após esse primeiro diagnóstico, realizou-se uma consulta nos demais sistemas operacionais do IFSC com o objetivo de entender o funcionamento dos sistemas de localização de processos administrativos. Para isso, foi utilizado o Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC), que proporciona acesso a vários sistemas operacionais do IFSC, incluindo memorandos, processos, protocolos, etc.

Durante essa nova consulta, nota-se que o IFSC já utiliza filtros mais eficientes em outras áreas, como demonstra a Figura 9, abaixo:

Figura 9 - Modo Memorandos: Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos - SIPAC



Fonte: IFSC, SIPAC (2023).

Na imagem anterior, é possível observar que o sistema de cadastramento de memorandos vincula, primeiramente, o campus a ser destinado o documento e após permite a escolha do setor de destino. Com base nessa observação, a primeira ideia para customizar o sistema Sigaa-EXTENSÃO foi centralizar o sistema de busca dos projetos de extensão aos campus, excluindo os diversos setores e áreas vinculados a este filtro.

O trabalho realizado no processo de seleção dos filtros foi respaldado pelo referencial teórico coletado e pelas conversas realizadas com a Diretoria de Extensão, visando à criação de filtros mais eficientes.

Foram adicionados os seguintes filtros, além dos já existentes:

1. Campus Vinculado à Ação: Refere-se ao campus de origem da proposta de extensão.
2. Área Principal: Atribuído às 8 dimensões de atuação da extensão, que são:
 - Comunicação
 - Cultura
 - Direitos Humanos e Justiça
 - Educação
 - Meio Ambiente
 - Saúde

- Tecnologia e Produção
- Trabalho

Esses novos filtros foram pensados para facilitar a busca e o acesso às informações sobre os projetos de extensão, permitindo uma navegação mais intuitiva e direcionada dentro do sistema Sigaa-Extensão. Ao focar no campus como ponto central e ao categorizar os projetos de acordo com suas áreas de atuação principal, espera-se promover uma melhor organização e visibilidade das atividades de extensão desenvolvidas pelo IFSC

Após planejamento do sistema operacional ideal para localização dos projetos de extensão, o segundo passo foi encaminhar o projeto à Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), setor responsável em operacionalizar todos os sistemas gerenciais da instituição IFSC.

Uma primeira conversa com a DTIC foi realizada em meados de janeiro de 2023, tendo como objetivo entender como ocorrem as customizações, grau de dificuldade e fluxos envolvidos. No IFSC, a Comissão de Priorização do Departamento de Sistemas da Informação (DSI), que inclui representantes das pró-reitorias, é responsável por gerenciar todas as solicitações de customização e alteração no Sistema Integrado de Gestão (SIG) do IFSC.

A proposta de customização foi encaminhada para análise do Comitê de Priorização em janeiro e foram realizadas novas reuniões com a DTIC, de forma presencial e online, para alinhamento das atividades. Todos os testes foram realizados em parceria com a Diretora de Extensão, conforme mostra a figura 10, abaixo:

Figura 10 - Novo sistema de filtros Sigaa-Extensão após customização

BUSCA POR AÇÕES DE EXTENSÃO

Título da Ação:

Tipo de Atividade: -- SELECIONE UM TIPO DE AÇÃO --

Câmpus: -- SELECIONE UM CÂMPUS --

Area Principal: -- SELECIONE UMA AREA --

Coordenador:

Ano:

-- SELECIONE UMA AREA --

- Comunicação
- Cultura
- Direitos Humanos e Justiça
- Educação
- Educação Alimentar e Nutricional
- Meio Ambiente
- Saúde
- Tecnologia e Produção
- Trabalho

Fonte: IFSC, Sigaa-Extensão (2024).

Após a customização na base de filtros foi necessária uma pequena mudança nas barras de resultados oferecidos. Abaixo está a imagem do sistema antigo de resultados filtrados pelo Sigaa-Extensão:

Figura 11 - Sistema de Resultado do Sigaa-Extensão antes da customização

proposta prod x Meu Drive - G x Google Meet x proposta para x SIGAA - Sistem x SIGRH - Sistem x Política-Nacion x +

sigaa.ifsc.edu.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf

Florianópolis, 19 de Janeiro de 2023

SIGAA
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Acessível para Deficientes visuais **ENTRAR NO SISTEMA**

CONSULTE AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS PELO IFSC

BUSCA POR AÇÕES DE EXTENSÃO

Título da Ação:

Tipo de Atividade: -- SELECIONE UM TIPO DE AÇÃO --

Unidade Responsável: -- SELECIONE UM DEPARTAMENTO --

Coordenador:

Ano: 2021

[Buscar] [Cancelar]

AÇÕES DE EXTENSÃO LOCALIZADAS (498)

Ano/Título	Tipo	Departamento
2021 - Produção de corpos de prova para homologação de resinas	PRODUTO	CCEMCT-FLN
2021 - Dispositivos e gabaritos para montagem	PRODUTO	CCEMCT-FLN
2021 - Copo para alimentos pastosos	PRODUTO	CCEMCT-FLN
2021 - Modelo de apresentação de drone em escala real - Global Drones	PRODUTO	CCSTDP-FLN
2021 - Publicação de banco de imagens criadas com programa 3D para ilustrar material didático de física	PRODUTO	CACG-JLE
2021 - Espaço online educativo para crianças da educação infantil.	PRODUTO	DFORPE-CERFEAD
2021 - Protótipo para Anel dosimétrico tecnologia OSL	PRODUTO	DASS-FLN
2021 - Suporte de cabos do aparelho de raios X móvel pra exames em leito	PRODUTO	DASS-FLN
2021 - Caderno de Resumos da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2021 do Câmpus Florianópolis	PRODUTO	DIRPPIE-FLN
2021 - Canal no Youtube "O Saber de Administrar"	PRODUTO	DFORPE-CERFEAD
2021 - Modelo de Apresentação de Drone em escala 1:2 para a empresa Global Drones	PRODUTO	CCSTDP-FLN

26°C Nublado 10:03
POR PTB2 19/01/2023

Fonte: IFSC, Sigaa-Extensão (2023).

Os subtítulos do sistema de resultados precisavam estar condizentes com a nova base de dados dos projetos de extensão. Portanto, foi importante estabelecer a seguinte ordem nos resultados: Ano — Título — Coordenador — Campus — Área Principal, conforme figura abaixo.

Figura 12 - Sistema de Resultados Sigaa-Extensão após customização.

AÇÕES DE EXTENSÃO LOCALIZADAS (21)			
Ano/Título	Coordenador	Câmpus	Área Principal
2023 -		FLN - FLORIANÓPOLIS	Cultura
2023 -		FLN - FLORIANÓPOLIS	Cultura

Fonte: Adaptado de IFSC, Sigaa-Extensão (2024).

Essa organização proporciona uma busca e apresentação de resultados mais interativa e limpa, permitindo aos usuários identificar facilmente as informações essenciais sobre cada projeto de extensão, como o ano de realização, o título, o coordenador responsável, o campus de origem e a área principal de atuação.

O processo de customização junto à DTIC e à Direx iniciou em janeiro de 2023 e terminou em outubro de 2023. Foram realizadas muitas conversas e reuniões entre os servidores envolvidos.

Em fevereiro de 2023, a DTIC se comprometeu a entregar a modificação para homologação da Direx, o que foi realizado na primeira quinzena de março de 2023. Devido às agendas, as correções e testes foram realizados no início de outubro. O projeto foi aprovado e implementado no mesmo mês pelas partes integrantes da proposta (DTIC/Direx/mestranda) e gerou notícia no Link IFSC em junho de 2024, acessível no endereço eletrônico <https://linkdigital.ifsc.edu.br/2024/06/11/dissertacao-de-mestrado-resulta-em-a-plicativo-para-a-diretoria-de-extensao/>.

4.2.2 - Curso/Oficina de formação profissional: Dialogando com a comunidade no desenvolvimento das atividades de extensão.

Nesta seção será detalhado como foi construído o produto educacional oficina, intitulado “Dialogando com a comunidade no desenvolvimento das atividades

de extensão”. Essa oficina faz parte das reflexões e análises obtidas durante o estudo intitulado “A interação dialógica no desenvolvimento de projetos de extensão do Instituto Federal de Santa Catarina”, que aborda como tema central a diretriz Interação Dialógica e como ela é promovida junto à comunidade dentro dos projetos de extensão do IFSC. O objetivo da oficina é apresentar como elemento didático-pedagógico as ações e boas práticas realizadas durante o planejamento, execução e avaliação de projetos de extensão fomentados pelo IFSC em 2022 e 2023. Utilizando uma metodologia participativa, busca conscientizar os servidores sobre o tema e promover melhorias no engajamento das diferentes vozes da comunidade durante as etapas de construção dos projetos de extensão.

A proposta pretende de maneira colaborativa, explorar novas possibilidades de intervenção para potencializar a participação da comunidade durante as etapas que envolvem tomar decisões, envolvendo-as em seu planejamento.

A oficina pedagógica possibilita a “troca de experiências entre os mentores e os participantes, ampliando assim, a capacidade sócio-cognitiva, o interacionismo e a liberdade de aprender de todos que estão envolvidos” (MONTEIRO et al, 2019, p. 1).

Esse instrumento de apoio tem como meta superar as dificuldades dos servidores em construir projetos que provocam não só a comunicação entre todos os envolvidos, mas desenvolvam uma participação colaborativa e continuada pelos agentes nos territórios, rompendo definitivamente com um política estabelecida para alguém e construindo com alguém, tornando as soluções mais eficientes e duradouras.

As oficinas pedagógicas devem ser percebidas como espaços de formação e reflexão que oportunizam a troca de saberes, através da construção coletiva de determinadas experiências, que buscam proporcionar vivências de ensino-aprendizagem em que todos os seus participantes interagem na busca do saber para viver e aprender (SILVA e FERRAZ, 2012, p. 6).

Silva e Ferraz (2012, p. 3) dentro desse escopo, ainda informa que o desenvolvimento de uma oficina deve envolver uma “tríplice orientação: o que fazer, para que fazer e como fazer” num processo dialógico onde todos podem contribuir no processo de construção do conhecimento.

A elaboração dessa oficina envolveu quatro etapas: a primeira refere-se à coleta de dados e seu tratamento. Nessa etapa, 52 projetos de extensão foram extraídos e analisados sob a luz do referencial teórico e apresentaram resultados preocupantes. Os resultados constituíram o corpo da oficina pedagógica, com objetivo de trazer reflexão sobre o tema proposto.

A segunda etapa antecede a elaboração dos temas e metodologias para construção da oficina pedagógica e refere-se à revisão de literatura. Nesse momento procurou-se identificar os conceitos mais atualizados sobre a temática, sua contextualização e suas aplicações junto à comunidade externa. Com o objetivo de construir uma oficina mais objetiva e dinâmica em que os participantes compreendessem os significados e aprendessem como aplicá-lo na prática.

A partir dessa identificação textual dos dados e resultados obtidos na pesquisa; iniciou-se a terceira etapa: a elaboração da apresentação usada para nortear a oficina, utilizando a ferramenta o-nline Canva. O Canva é uma ferramenta de edição de imagens e designs que permite a criação de diferentes formas de documentos e trabalhos de forma fácil e rápida (Wikipédia, 2024).

Figura 13 - Capa da oficina



Fonte: Elaboração própria (2024).

Durante a etapa de elaboração foram escolhidas as artes e figuras que harmonizassem com o corpo textual. Procurou-se utilizar, resumidamente, apenas as citações e falas mais objetivas, evitando um texto denso e cansativo, deixando as

demais informações nas anotações do apresentador, recurso disponível na ferramenta de edição. Objetivando guiar as práticas durante a oficina, um roteiro foi elaborado para controle do tempo e das atividades a serem desenvolvidas.

Para elaboração do roteiro utilizou-se um modelo, estruturado-o em três colunas: Tópico, Descrição e Duração.

A coluna Tópico informa o número de slides que contém cada atividade/informação que serão realizadas na oficina. Após seleção do conteúdo e montagem da estrutura da oficina, totalizaram-se 34 slides.

A descrição relata as atividades e informações que foram repassadas aos participantes durante cada tópico da oficina. E a duração informa o tempo necessário para cada atividade descrita dentro dos tópicos do trabalho.

Além disso, foram disponibilizados os links de acesso para cada atividade e os momentos de interação dentro do roteiro; com o objetivo de guiar o apresentador durante a oficina e controlar o tempo para a conclusão e êxito da atividade.

O roteiro disponibilizado segue conforme tabela abaixo.

Figura 14 - Foto do roteiro da oficina
Roteiro - Dialogando com a comunidade no desenvolvimento das
atividades de extensão.
30/07/2024 - 10h às 11h30

Tópico	Descrição	Duração
Slide 0	Sala virtual: https://conferenciaweb.rnp.br/sala/douglasjuliani Data: 30/07/2024 Hora: 10h às 11h30	1 min
Slide 1	Apresentação da palestrante	1 min
Slide 2 ao 4	Apresentação da oficina e seus objetivos Explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	5 min
Slide 5 ao 9	Apresentação do 1º momento: fundamentação teórica: O que é interação dialógica e o papel da comunidade neste processo.	15 min
Slide 10 ao 21	Apresentação do 2º momento: Dados da pesquisa	15 min
Slide 22 ao 23	Apresentação do 3º momento: Contando experiências. Pergunta central para reflexão dos coordenadores dos campus. Tempo para o registro no drive das respostas de cada coordenador.	5 min
Slide 24	Socializando as respostas	30 min
Slide 25 ao 31	Apresentação do 4º momento: Produto educacional complementar - Customização do sistema	10 min
Slide 32	Apresentação do 5º momento: Avaliação	5 min
Slide 33 ao 34	Conclusão do trabalho e referências	1 min

Fonte: Elaboração própria (2024).

A oficina foi aplicada em uma reunião entre os coordenadores de extensão e a Diretoria de Extensão-Direx. Cabe salientar que as reuniões com a Direx não possuem uma periodicidade fixa, em decorrência das diversas ferramentas de atendimento disponíveis: WhatsApp, grupo no e-mail e Gtalks, entre outras ferramentas. Dessa forma, a Diretoria de Extensão agenda reuniões com os coordenadores de extensão nos campus de forma remota quando há pauta ou demandas que precisam de avaliação e análise dos integrantes.

O público alvo para aplicação da oficina foi escolhido em virtude das atribuições dos coordenadores de extensão, que são responsáveis por:

I - Conceber, produzir e executar formações, em conjunto com a diretoria de extensão, coordenadores de extensão e demais interessados para a qualificação das atividades de extensão no IFSC; II - Ofertar atividades formativas para servidores(as), discentes e que possam ser compartilhadas a rede federal de educação profissional e tecnológica; III - Assessorar em nível estratégico nos processos de gestão de extensão como foco no estímulo ao trabalho em rede e a divulgação, compartilhamento e gestão do conhecimento da extensão; IV - Apoiar em nível estratégico e gerencial aspectos relacionados à tecnologia da informação e comunicação (TIC) para a consolidação do Sigaa módulo extensão e outras demandas referentes às TICs na extensão; V - Compôr a comissão central do SEPEI; VI - Organizar a participação do IFSC nos eventos nacionais de extensão, especialmente SEURS e CBEU. (IFSC, Instrução Normativa n° 15/2023, p. 48, **grifo nosso**)

No entanto, essa oficina poderá ser aplicada em várias ocasiões em que se pretenda a capacitação e formação de servidores e estudantes.

A quarta etapa envolve a aplicação e avaliação da oficina. A aplicação e avaliação tem por objetivo melhorar o processo de reflexão e conhecimento sobre a temática. O resultado desta etapa, será avaliado ao término do curso de mestrado em banca examinadora.

Para a elaboração da oficina procurou-se utilizar metodologias participativas e técnicas que provocam a participação e o compartilhamento colaborativo, em um processo reflexivo sobre o que é a interação dialógica na extensão e como aplicá-la de maneira efetiva junto à comunidade.

As metodologias participativas buscam “envolver ativamente todos os participantes em um processo de tomada de decisão e resolução de problemas” de forma colaborativa. (DEZ, 2024, s/n).

A interação dialógica desempenha um papel fundamental no desenvolvimento de projetos extensionistas dentro do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC). Essa oficina propõe explorar práticas participativas que possam aprimorar essa compreensão, promovendo colaboração eficaz e engajamento comunitário. Ao promover uma abordagem mais dialógica na concepção de projetos, podemos melhorar sua relevância, impacto e sustentabilidade.

A metodologia aplicada na oficina é baseada na aprendizagem por projetos, que busca promover a interação entre os participantes, estimulando a troca de experiências, reflexões conjuntas e a construção coletiva do conhecimento. Essa metodologia inclui atividades como: discussões guiadas e ações práticas, objetivando reforçar os conhecimentos abordados e identificar práticas e ações que dialoguem e valorizem as diferentes vozes existentes dentro de uma ação na comunidade externa.

A técnica utilizada para aplicação da oficina será de *Brainwriting*. A técnica envolve fornecer material aos participantes para que eles ofereçam de forma guiada novas estratégias ou soluções que potencializam uma demanda específica por escrito (Wikipédia, 2021). Para viabilizar essa prática de forma remota e deixar registrada a reflexão e análise realizada pelos participantes, utilizamos o compartilhamento de documentos no Google Drive para acesso dos participantes.

Para a utilização dessa técnica foram necessários os seguintes elementos principais:

- Preparação do material: No Google Drive foi disponibilizada uma pasta com documentos nomeados para cada participante. Dentro de cada documento foi transcrita uma pergunta para iniciar o processo de reflexão e escrita, com o objetivo de compartilhá-la no grande grupo.
- Instruções de atividade: Durante a elaboração da oficina, houve a preocupação de deixar os objetivos da ação claros aos participantes.
- Preparação da dinâmica: Após os participantes finalizarem a escrita do documento, foi iniciada a socialização dos resultados, com foco em iniciar um momento de debate e construção de novos saberes sobre o tema. Os participantes foram incentivados a pensar em novas práticas para melhor engajar a comunidade na ação e promover a continuidade dela no território.

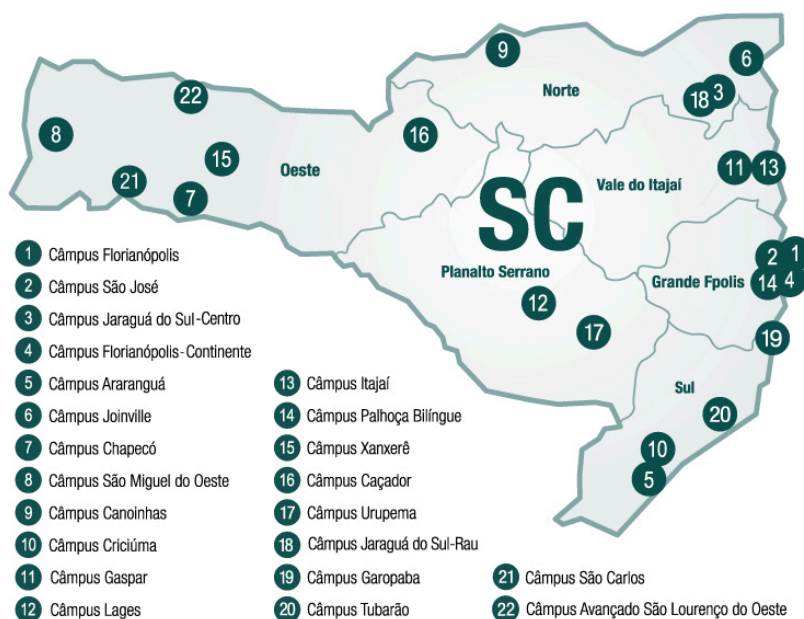
Após a discussão foi promovida a coleta de dados e o compartilhamento das ideias. Também foi debatido e refletido sobre como as práticas dialógicas podem influenciar positivamente uma ação tornando-a mais emancipatória e impactante a todos os sujeitos envolvidos, tornando-os protagonistas e pertencentes a esta realidade.

Arroyo e Rocha (2010), Santos (2012) e Barbosa (2012) discorrem sobre a necessidade do aprofundamento de diferentes abordagens, métodos de implantação e análise da extensão, com o envolvimento e engajamento dos atores do processo, visto que são os mais aptos a perceberem as transformações efetivas no contexto social.

4.3 Aplicação

A oficina pedagógica foi realizada de forma remota junto aos servidores do IFSC que estão na função de coordenadores de extensão. A proposta de realizar a oficina de forma remota buscou possibilitar a ampla participação dos coordenadores de extensão na atividade. O IFSC abrange 22 campus localizados em regiões distantes, o que, se feito de maneira presencial, implicaria em viagens, pagamento de diárias e hospedagens na cidade onde a pesquisadora atua atualmente. A figura abaixo mostra onde os campi do IFSC estão localizados:

Figura 15 - Regiões onde o IFSC está localizado em Santa Catarina



Fonte: IFSC, Campus (2024).

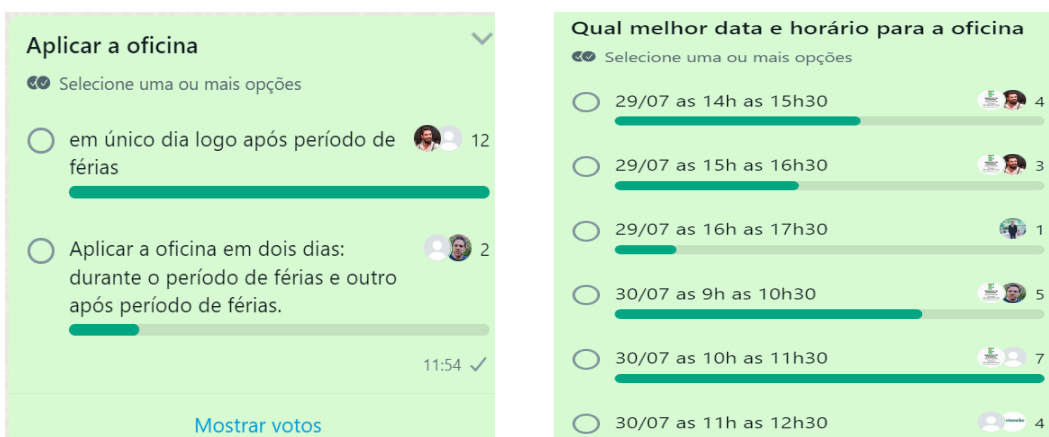
Em colaboração com a Diretoria de Extensão, foi apresentada a proposta de realização da oficina, como último ponto de pauta, durante a primeira reunião remota dos coordenadores de extensão dos campus, ocorrida em 10/07 das 08h30 às 10h.

No decorrer da apresentação da proposta e devido ao período de férias docentes que se iniciaria em 15 de julho, os coordenadores sugeriram a realização de uma enquete no grupo de WhatsApp. O objetivo era permitir que todos dessem sugestões de datas e horários adequados para garantir uma ampla participação. A primeira enquete foi disponibilizada no dia 10/07/2024 e abordava a possibilidade de realizar a oficina em um único dia ou em dois dias diferentes, dando aos coordenadores a flexibilidade de escolher o período mais conveniente para a participação.

No resultado da primeira enquete, 14 coordenadores participaram da votação e 12 escolheram em aplicar a oficina em um único dia, totalizando 85,71% dos votantes.

Após esta primeira enquete, foram disponibilizadas opções de datas e horários para aplicação da oficina, conforme figura abaixo.

Figura 16 - enquete realizada no grupo de WhatsApp



Fonte: Elaboração própria (2024).

O resultado da segunda enquete contou com a participação de 11 coordenadores de extensão. Foram oferecidas 6 opções diferentes para a realização da oficina, conforme ilustrado na figura. A opção com o maior número de votos recebeu 7 dos 24 votos totais registrados.

A oficina pedagógica foi aplicada no dia 30 de julho de 2024 às 10h junto aos servidores na função da Coordenação de Extensão nos 22 campus, a Diretoria de Extensão e Pró-reitor de Extensão e Relações Externas na da sala de conferência <https://conferenciaweb.rnp.br/sala/douglasjuliani>. Participaram da oficina 11 coordenadores de extensão, um total de 54,54% dos 22 Coordenadores na função; um representante da gestão da Direx e o Pró-reitor de Extensão e Relações Externas, totalizando 14 participantes, além do professor orientador e da palestrante da oficina.

A oficina seguiu o roteiro elaborado e durou 1h58 minutos, passando 28 minutos do tempo programado inicialmente.

No primeiro momento, foram abordadas as principais ideias dos autores sobre o tema com o objetivo de iniciar um primeiro entendimento sobre o assunto.

O segundo momento teve como objetivo apresentar os resultados estatísticos coletados durante as fases da pesquisa. Referenciar esses resultados permitiu não apenas mostrar o quantitativo de projetos avaliados e categorizados, mas também detalhar as técnicas e estratégias utilizadas nas ações extensionistas e o impacto dessas ações no território. Esse momento encerra o conteúdo teórico da oficina e dá início ao terceiro momento, que abre espaço para o debate sobre as ações

realizadas pelos coordenadores de extensão nos 22 campi. Essa etapa promove troca de experiências, possibilita a discussão de ideias inovadoras e das dificuldades encontradas, gerando um ambiente de aprendizado significativo.

Nesse momento, alguns coordenadores compartilharam suas ideias com o grupo, trocando experiências e desafios. Embora nem todos os participantes tenham aberto seus microfones (35,71%), todos participaram da atividade escrita, registrando suas ideias em um documento compartilhado no Google Drive durante o momento prático da oficina. A intenção foi permitir a sistematização das informações antes de compartilhá-las com o grande grupo. Foram 30 minutos planejados para este momento, potencializando os debates e o levantamento de ideias e experiências únicas.

A oficina é considerada ferramenta para formação e construção colaborativa, oportunizando a escuta e o debate sobre os mais variados assuntos (SILVA e FERRAZ, 2012), ou seja, constitui espaço de troca de experiências e reflexões, oportunizando a construção de um novo conhecimento.

Objetivando alcançar os objetivos elencados pela oficina e pela pesquisa e, potencializar a interação Dialógica em todas as etapas de planejamento e elaboração dos projetos de extensão, coletamos junto aos participantes da oficina, principalmente aos coordenadores de extensão, informações enriquecedoras durante o terceiro momento da oficina, intitulado “compartilhando experiências”. Para possibilitar essa troca, uma pergunta foi elaborada para que os coordenadores pudessem sistematizar suas ideias, conforme figura abaixo:

Figura 17 - Documento para preenchimento dos coordenadores de extensão

DINÂMICA DA OFICINA
 “Dialogando com a comunidade no desenvolvimento das atividades de extensão”

A presente dinâmica visa coletar dados sobre a percepção dos participantes sobre alternativas mais dialógicas planejadas durante a elaboração, execução e avaliação dos projetos de extensão submetidos nos editais de fomento e sem fomento do IFSC.

1. Quais estratégias poderiam ser exploradas para potencializar a interação dialógica com a comunidade nos projetos de extensão desenvolvidos no seu campus

Fonte: Elaboração própria (2024).

Durante a execução da oficina os 11 coordenadores de extensão responderam a pergunta proposta para o debate, totalizando 100% dos participantes, já que a equipe de gestão estava apenas acompanhando a execução da oficina, participando apenas na avaliação final da mesma.

Algumas falas nos fazem refletir sobre as mudanças que precisamos promover junto aos campi e servidores, principalmente quando informam suas dificuldades:

acredito que um dos problemas seja o vício de escrita, herdado da escrita científica da pesquisa (participante 4);
falta incentivo dentro da instituição a exemplo de valores de bolsas e financiamentos nos editais. Estimular as submissões de ações de extensão (participante 4);
às vezes as atividades ou as práticas executadas numa ação de extensão não conseguem ser bem detalhadas ou relatadas nos relatórios finais ou mesmo na submissão de projetos (participante 4);
a curricularização da extensão ainda é um desafio para nossos cursos, percebo que as áreas possuem dificuldades em vincular ao currículo, até porque os alunos trabalham o dia todo e estudam a noite, restando pouco tempo para a extensão (participante 6).

Com esses relatos, fica evidente que precisamos aprofundar nossa reflexão sobre a concepção da extensão e como ela influencia a forma como planejamos e implementamos nossas práticas junto à comunidade. Precisamos direcionar os olhares não só às práticas, mas também a como executá-las, capacitando nossos servidores. Corrêa (2019) relata que para incorporar a extensão em nossas práticas precisamos não somente do diálogo, mas também romper com paradigmas e vícios formativos, muitas vezes herdados por uma tradição que estratifica o saber.

A necessidade de capacitação fica evidente nas falas de cinco coordenadores de extensão, que abordam a necessidade de diferentes recursos que tenham como objetivo a formação dos servidores sobre o tema:

Palestras e oficinas (dentro da instituição) tendo como convidados a comunidade das escolas e população local (Participante 7);
Realização de capacitações dos docentes e técnicos sobre a extensão (Participante 9);
Fomentar e promover a conscientização sobre a importância da interação dialógica nas ações de extensão, ...para tanto sugere-se a realização (o campus) de capacitações, roda de conversa, conversa informal, etc (Participante 3);

capacitação dos docentes e técnicos no tema interação dialógica (Participante 2).

Seja por oficina, rodas de conversa, reuniões formativas, proporcionadas pela gestão do IFSC ou através de parceiros, a capacitação dos servidores vem ganhando destaque nas falas e torna-se crucial para o avanço da extensão nas perspectivas da dialogicidade.

Ainda assim, a oficina proporcionou o compartilhamento de ideias e pensamentos sobre as práticas dialógicas voltadas a impactar e engajar a comunidade externa, trazendo algumas estratégias de ação:

interação com os familiares dos alunos (muitos dos projetos podem alcançar estes, bem como a comunidade que os cerca) (participante 8);
 busca ativa de demandas nas comunidades vizinhas (muitas não sabem bem o papel da instituição) ou *busca ativa por ações de interesse da comunidades (participante 8);
 envolvimento dos servidores e discentes do ifsc em eventos que já são realizados no município/região, para a interação da instituição com a comunidade, levando uma maior visibilidade, o que possibilita uma maior interação dialógica; ou *realização de eventos também se tornam importantes para a comunidade (participante 8);
 compartilhamento das ações de extensão realizadas no campus após a execução, tanto entre os colegas e estudantes do campus quanto na comunidade externa, seria uma forma interessante de potencializar a interação dialógica com a comunidade (participante 10);
 a divulgação do que se faz deve ser fortalecida para que cada vez mais pessoas tenham conhecimento sobre as ações que envolvem a comunidade (participante 10);
 Parcerias com os municípios em outros projetos, abre espaço para novos projetos mais dialógicos (participante 11);
 ao final, criar um canal contínuo com os participantes, para que se entenda como a ação gerou impacto na comunidade e como a ação ainda pode contribuir para novas demandas (participante 5);
 editais com duração maior tem tido uma boa receptividade dos colegas (participante 1).

Essas experiências refletem o exercício profissional e a vontade de refletir coletivamente por práticas mais efetivas e que conversem com o território em seu entorno e para além dele (PASSOS e LOHN, 2021).

As demais falas reforçam o tema debatido durante a oficina e as práticas encontradas durante a pesquisa realizada.

A construção de projetos que envolvam a comunidade, trazendo-a para dentro do campus acabam por criar relações e vínculos que mais tarde geram novas oportunidades (participante 11);
 Conversa prévia com o público alvo das ações para apresentação dos objetivos e resultados esperados, permitindo ajustes conforme as necessidades apresentadas pela comunidade (participante 5);

Apresentar os objetivos atingidos durante a ação e os resultados alcançados ao final da execução da proposta (participante 5);
 Envolver a comunidade externa desde o início da execução do projeto (falta essa etapa inicial na elaboração da proposta) (participante 2);
 Apresentar a proposta a comunidade externa e abrir espaço para brainstorm e busca por novas ideias (buscando adequar melhor o projeto a necessidade da comunidade) (participante 2);
 Buscar rede de apoio que vão poder dar suporte após uma eventual saída do campus (acredito que faltam parcerias) (participante 2);
 Ampliar as formas de participação da comunidade externa durante a execução da proposta, para torná-los realmente agentes executores do projeto e não somente alvo do projeto (acredito que este é um ponto fundamental, mudar um pouco dessa visão) (participante 2).

Pode-se então observar que existe uma certa dificuldade de planejar ações que encorajem a participação da comunidade. Esse fato foi identificado durante a realização da oficina, onde o participante “X” (informação verbal) diz que por vezes os projetos “são pensados pelo professor e não junto a comunidade, em uma tentativa de auxiliar, pois é muito difícil fazer esta relação com a comunidade”. Outro participante explicou que “falta colocar a comunidade como agente da atividade. Por vezes parece que a comunidade faz parte de uma amostra para um resultado”.

Encerrando a oficina, algumas falas enaltecem a importância do diálogo e da reflexão sobre nossas práticas para construirmos um conhecimento novo de forma coletiva e colaborativa:

Entender a necessidade deste diálogo com a comunidade para então sair do campus e compartilhar as experiências com a comunidade (participante 1);
 A extensão é recente e sua chegada com a curricularização nos cursos vem crescendo e tornando-a cada vez mais presente e importante (participante 4);
 Avalio como fundamental essa aproximação com a comunidade, conhecer o entorno, saber suas demandas e desenvolver as ações, principalmente para construção coletiva em sociedade (participante 6);
 Nas avaliações dos projetos, os resultados mais interessantes se deram com a participação da comunidade (participante 11).

Acerca desse tema, Corrêa (2019) já afirmava que o desconhecimento faz com que a prática extensionista seja vista como ato de caridade e a comunidade vista como objeto que recebe a ação de forma passiva; dessa forma, é necessário o constante diálogo e debates, pois a extensão requer de seus atores o desenvolvimento da comunicação ética, da dialogicidade e da coparticipação (PEREIRA et al, 2022).

4.4 Avaliação e Validação

Tendo em mente que o produto educacional elaborado nesta dissertação é proposto como uma ferramenta replicável e qualificadora de projetos e ações de extensão; um passo primordial consiste na avaliação da técnica utilizada, sem a qual não seria possível o aprimoramento.

A avaliação foi estruturada na forma de questionário eletrônico no Google Forms – com perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas – aplicado aos participantes da pesquisa após a finalização da oficina.

As questões foram concebidas mediante a análise dos conteúdos ministrados na oficina pedagógica com base nos autores basilares apresentados no referencial teórico.

Assim, foi possível de forma objetiva medir a eficácia do processo de ensino-aprendizagem e obter feedback detalhado para futuras melhorias.

Foram levados em conta sobretudo os conhecimentos e os parâmetros estabelecidos por Leite (2018), especialista em produtos educacionais produzidos em mestrados profissionais atinentes à área de ensino. Para a autora, é necessário verificar a contribuição do produto educacional para a prática cotidiana das instituições educacionais e, para isso, sugere-se a organização de um guia de perguntas embasadas em cinco componentes: atração, compreensão, envolvimento, aceitação e mudança da ação (LEITE, 2018).

Considerando os diferentes âmbitos do produto educacional; o questionário foi organizado em duas subseções. A primeira voltada ao conteúdo e ao layout da oficina, bem como à organização de seu conteúdo. Já a segunda, concentrou-se na eficácia e efetividade da implementação da customização realizada no sistema Sigaa-Extensão, como recurso para qualificar o acompanhamento dos projetos de extensão nos campi do IFSC e na comunidade externa.

A primeira subseção foi dividida em 11 perguntas com uma abordagem combinada, utilizando cinco perguntas de múltipla escolha com duas opções de justificativa e quatro perguntas abertas; com o objetivo de proporcionar uma avaliação mais abrangente e, ao mesmo tempo, aprofundada. Já na segunda subseção foram realizadas quatro perguntas, uma das quais com espaço para justificativa e uma pergunta aberta, totalizando 15 perguntas avaliativas.

Para a estruturação das perguntas afirmativas de múltipla escolha, foram criadas perguntas baseadas na escala de concordância de cinco pontos apresentada por Likert: “concordo totalmente”, “concordo”, “não estou decidido”, “discordo”, e, “discordo totalmente”.

A escala de verificação de Likert incide em “assumir um construto e desenvolver um conjunto de afirmativas pertinentes à sua definição, para as quais os entrevistados enunciarão seu grau de concordância” (BERMUDES et al, 2016, p. 9).

Autores brasileiros como Anastasiou e Alves (2009) argumentam que as perguntas de múltipla escolha são eficazes para avaliar a compreensão e a retenção de conhecimento dos participantes, destacando que esse tipo de pergunta permite cobrir uma ampla gama de conteúdos de maneira sistemática e eficiente em termos de tempo e recurso. Por outro lado, as perguntas abertas oferecem uma oportunidade para que os participantes expressem suas opiniões, reflexões e compreensões de maneira mais detalhada. Essas perguntas permitem que os participantes forneçam respostas mais elaboradas e complexas, revelando insights que podem não ser capturados por perguntas de múltipla escolha (DEMO, 2003).

A combinação de perguntas de múltipla escolha e perguntas abertas em um questionário de avaliação oferece diversos benefícios. Segundo Fernandes (2013), uma avaliação eficaz deve incluir múltiplas formas de coleta de dados para proporcionar um feedback abrangente e detalhado.

Para o guia de perguntas, foram seguidos os princípios de Leite (2018); assim, o questionário teve as seguintes orientações:

- duas perguntas que remetem ao componente atração: 1,13.
- duas perguntas que remetem ao componente compreensão: 2,12.
- três perguntas que remetem ao componente envolvimento: 3, 6, 7.
- três perguntas que remetem ao componente aceitação: 5, 8, 11.
- cinco perguntas que remetem ao componente mudança de ação: 4, 9,10, 14, 15.

Durante a apresentação da oficina, dez pessoas responderam a avaliação, totalizando 71,42% dos participantes. Em relação ao aspecto atração (1 e 13), que avalia se o material chama a atenção e favorece a compreensão dos participantes

sobre o tema e atende as necessidades quanto a sua funcionalidade, a ampla maioria concorda totalmente.

Lembrando que se tratam de dois produtos diferentes; primeiramente temos que, no que se refere ao conteúdo ministrado na oficina, todos apontaram que concordaram totalmente que a oficina favoreceu a compreensão sobre a temática. Na mesma linha, mas já sobre a customização, também houve ampla concordância – 80% “concordam totalmente” que ela atendeu as necessidades da comunidade interna e externa e 20% (dois participantes) “concordam” com essa afirmativa; acrescentando:

Facilita a busca por parte da coordenação, que antes era manual, e dá acesso a comunidade (avaliador 1);
Esta ferramenta agilizará muito o trabalho dos coordenadores (avaliador 2);
Antes o controle dos projetos do campus eram feitos através de planilhas, onde cada edital era consultado para verificar os projetos em execução no campus. A ferramenta facilitou, e muito, o acesso a essa informação (avaliador 8).

Acerca da efetividade da ferramenta, apresentaram-se inquietações, como por exemplo para um dos participantes que trouxe a seguinte contribuição: “O layout ainda é engessado no formato do Sigaa, uma consulta com uma tela mais amigável iria atrair mais a comunidade”. Cabe frisar que o layout consistiu em uma tentativa de melhorar a padronização dos filtros já existentes e conceber quais programações poderão ser realizadas com o novo “portal do servidor”, que está sendo implantado na instituição e ampliará o leque de possibilidades para além do formato engessado, citado pelo participante. O segundo aspecto avaliado se refere à “compreensão” e está descrito em duas perguntas (2 e 12) do questionário. Nessas perguntas, o objetivo é identificar se os “conteúdos do material são entendidos pelo grupo destinatário” (LEITE, 2018, p. 5). Todos os avaliadores responderam “concordo” ou “concordo totalmente”. Isso significa que a totalidade dos participantes compreenderam o conteúdo ministrado e viram sentido nas modificações realizadas no sistema, julgando serem adequadas e intuitivas.

As perguntas referentes ao componente “envolvimento” (perguntas 3, 6 e 7) tem como foco verificar se o material elaborado favoreceu o entendimento de “pertencimento” aos participantes – aqui, as respostas fornecidas apontaram para uma maior oscilação de opiniões (fundamentais para a melhoria).

Na questão 3, a respeito das práticas dialógicas e sua compreensão e

identificação, em que pese todos apresentarem concordância, houve 40% dos participantes que “concordaram totalmente”; enquanto 60% “concordaram”. Trata-se de uma diferença sutil, mas significativa para denotar a necessidade de melhoria na narrativa e apresentação das práticas dialógicas encontradas nos projetos e a dinâmica de percepção dos participantes durante a oficina. Tal percepção foi acolhida e, embasada nela, se pensou uma adequação no sentido de haver direcionamento específico a cada campus. O que, muito provavelmente será suficiente, tendo em vista que apesar da pequena oscilação, é notável que todos conseguiram compreender a dinâmica e as atividades apresentadas.

Na questão 6 e 7, a maioria dos participantes responderam que concordavam totalmente com a afirmação. Visando a obter uma margem qualitativa de respostas sobre o processo reflexivo proporcionado pela oficina, extraímos algumas falas realizadas pelos participantes:

Sim! A partir dos questionamentos direcionados surgiram compartilhamentos bem interessantes sobre as dificuldades e melhorias neste processo (avaliador 2);
A interação na oficina foi ótima, muitas contribuições!!! (avaliador 4);
Poderia ter mais tempo (avaliador 6);
Ao refletir sobre as práticas realizadas no campus, acabamos refletindo sobre quais caminhos podemos seguir e quais estratégias serão abordadas. (avaliador 8).

A oficina proporcionou espaço para a reflexão dos participantes e a maioria dos participantes se sentiu encorajado a compartilhar suas experiências; sinal disso é que, a esse respeito, 90% dos participantes concordam – com uma ligeira diferença entre “concordo totalmente” (50%) e “concordo” (40%). Apenas 10% não soube responder a essa afirmativa.

O aspecto que remete ao componente aceitação (perguntas 5, 8, 11) objetiva verificar se os “conteúdos e linguagem foram aceitos pelo público” (LEITE, 2018, p. 6). As questões direcionadas a esse componente foram estruturadas para serem perguntas abertas, com o objetivo de coletar as impressões dos participantes sobre o tema. Grande parte dos palestrantes consideraram importante o tema da oficina, conforme observado nas falas abaixo:

É essencial para o desenvolvimento da extensão (avaliador 1);
Uma contribuição muito importante para a extensão. Abordagem excelente no trabalho.

Esse tema é fundamental para qualificar as ações da extensão (avaliador 3);
 Fundamental, visto que os melhores resultados dos projetos são aqueles promovidos a partir dessa interação dialógica (avaliador 6);
 Fundamental. Para que possamos mudar um pouco essa cultura que trazemos muito da nossa formação e possamos realmente caminhar junto deixando esta de ser objeto nas ações (avaliador 7).
 Um projeto de extensão cujo tema é baseado em demanda da comunidade externa tende a garantir a participação dos membros externos e a ter um impacto maior na vida dos envolvidos (avaliador 8);
 Muito relevante, principalmente para mim, que estou iniciando na coordenação de extensão agora (avaliador 9);
 É o principal tema que precisa ser trabalhado para que a Extensão efetivamente aconteça (avaliador 10).

Os comentários denotam que os participantes enxergam a temática fundamental para o debate da extensão enquanto política formativa e agente transformador da sociedade. Na mesma linha, quando perguntados sobre o que mais apreciaram e, por outro lado, quais seriam os pontos a melhorar, informaram:

Gostei de ver, principalmente, a análise dos projetos desenvolvidos no IFSC (avaliação 1);
 Gostei da clareza como foi exposta a temática (avaliador 2);
 O formato foi excelente, estava a pouco comentando sobre o formato da apresentação e o envolvimento dos ouvintes. Parabéns (avaliador 3);
 Apenas espero que a oficina possa ser replicada nos campus (avaliador 4);
 Gostei da participação dos colegas, na dinâmica e a possibilidade de melhoria do trabalho em cada câmpus (avaliador 6);
 Gostei do momento de discussão, e troca de experiências e opiniões (avaliador 7);
 Foi dinâmica, com uma boa gestão do tempo e boa interação entre os participantes (avaliador 8);
 Foi ótima, bem clara e explicativa (avaliador 10).

A título de sugestões, alguns participantes fizeram contribuições na avaliação, manifestando que para as próximas oficinas poderíamos: “convidar coordenadores de projetos, discentes etc” ou mesmo “propor mais dinâmicas, intercalando com as falas”. Acerca do layout, um participante ponderou: “Cuidado com slides com muito texto, o ideal é usar figuras, esquemas e etc”. De maneira geral todos aprovaram a estrutura da oficina.

Finalizando a análise da avaliação, mencionamos o aspecto mudança de ação, que recebeu o maior número de perguntas na avaliação (4, 9, 10, 14, 15). O objetivo com o componente é confirmar se o “material estimula uma mudança de olhar e atitude” (LEITE, 2018, p. 6), e foi organizado com perguntas abertas e também de múltipla escolha. As respostas dos participantes concentraram-se em “concorda totalmente” e “concorda”, refletindo a efetividade da aplicação da oficina e

da demonstração da customização do sistema de gerenciamento Sigaa-Extensão. Sobre a pergunta 4, que trata da compreensão dos temas e se estes auxiliarão na prática dialógica extensionista, um participante falou que tem “docentes que têm medo dos ‘compromissos’ vinculados a projetos de extensão e a comunidade externa. Com esse entendimento da importância da participação da comunidade, pode ajudar a vencer esse medo” (participante “x”, avaliação escrita, 2024).

É nítido que o desconhecimento sobre o tema se torna uma das principais causas do desencorajamento de submissões de ações extensionistas.

Considerando a relevância do assunto, perguntamos em quais ocasiões considera ser efetiva a aplicação da oficina. Os participantes consideraram a semana pedagógica no início do semestre mais apropriada no atendimento da demanda, mas outros exemplos foram sugeridos, tais como:

No nosso câmpus temos previsto momentos de formação. Nós temos um GT que organiza esses momentos, poderia ser em um espaço desses.
Eventos da Extensão (avaliador 6);
Caso os editais sejam publicados no final de cada ano, entendo que a oficina possa ser realizada pelo menos um mês antes do lançamento, pois assim os coordenadores de projetos podem refletir sobre a possibilidade de ter construir os projetos tendo a comunidade externa participando de forma ativa (avaliador 8);
Sábados letivos, IFSCidadania, entre outros eventos que envolvem extensão e pesquisa (avaliador 9);
A qualquer tempo, a depender da disponibilidade de cada câmpus. (avaliador 10).

A respeito da avaliação da customização do sistema dentro desse componente, todos concordam que a nova customização irá auxiliar no monitoramento e acompanhamento das atividades – mais especificamente, 80% “concordam totalmente”, enquanto 20% “concordam” com a afirmação. Para refletir sobre as contribuições do novo sistema, solicitamos sugestões para seu processo de melhoria; nas quais obtivemos as seguintes falas:

Disponibilização do acesso e lugar facilitado para a comunidade, como foi citado na reunião (avaliador 1);
Apresentar um ícone com o resumo do projeto e o status(Pendências) (avaliador 2);
Trazer para a página do IFSC com imagens das ações de extensão (avaliador 4);
Em muitas situações o Sigaa-extensão exige muitas informações dos servidores que desejam cadastrar ações de extensão e, na maioria das vezes, é um processo muito burocrático. Entendo que melhorias no Sigaa

que tornem a inserção das ações mais simples faria com que os colegas utilizassem mais a ferramenta (avaliador 8);
Customizar esses mesmo filtros no acesso dos servidores (avaliador 10);
A seleção por câmpus, para o público interno, se fosse possível gerar um arquivo com todos os dados do resultado da pesquisa, delimitado, seria ótimo (avaliador 6).

Nota-se o conhecimento dos participantes sobre as dificuldades do sistema de gerenciamento Sigaa- Extensão e, apesar das sugestões realizadas, todos consideraram satisfatórias as mudanças realizadas, apontando como ponto forte a seleção por campus, já que essa seleção era efetuada manualmente no sistema, o que tornava esse acompanhamento mais difícil.

De modo geral, os participantes/avaliadores consideraram a oficina efetiva, podendo contribuir para a capacitação e o entendimento dos servidores sobre o tema “interação dialógica e sua efetividade nas ações de extensão junto à comunidade”.

A partir das respostas concluímos que a aplicação do produto educacional foi positiva, já que recebeu apenas respostas que demonstraram aprovação — variando entre “concorda” ou “concorda totalmente” —, não sendo apontadas questões de grande contundência a serem corrigidas de imediato, mas sim sugestões pontuais qualificadoras.

A demonstrada efetividade da oficina ampara este produto educacional, que será portanto encartado e publicado de forma independente na plataforma EduCapes.

5 CONCLUSÕES

A pesquisa realizada sobre a interação dialógica na extensão revela sua importância crucial para o processo de transformação societária e emancipação dos sujeitos envolvidos. Contudo, o percurso até essa conclusão não consistiu em uma tarefa simples, considerando toda a trajetória histórica da extensão até ser reconhecida como uma política formativa na educação. Foram necessários muitos movimentos estudantis, debates e mobilizações para garantir sua implementação de forma indissociável à pesquisa e ao ensino.

Mesmo com a implementação da Política Nacional de Extensão Universitária, em 2012, e o estabelecimento das cinco diretrizes da extensão, ainda existem barreiras que dificultam sua efetiva adequação, pois não há manuais prontos que sirvam de guia. Uma dessas diretrizes é a interação dialógica com a comunidade, considerada fundamental na estruturação das ações extensionistas. Contudo, mesmo essa diretriz enfrenta dificuldades para ser implementada durante as atividades. Mas por que isso ocorre? Como as boas práticas desenvolvidas nos projetos de extensão contribuem para essa dialogicidade com a comunidade? Essas foram algumas das perguntas que esta pesquisa buscou responder.

O estudo discorreu sobre o que é a interação dialógica e qual a função da comunidade externa nas atividades de extensão, além de verificar como a criação e o planejamento dessas atividades são realizados pelo IFSC em conjunto com a comunidade.

Para chegar ao resultado final, foram realizados levantamentos bibliográficos e a análise de documentos oficiais, que permitiram conceituar a interação dialógica na perspectiva extensionista e o papel da comunidade nas políticas de efetivação de direitos. Esses temas são fundamentais para compreender a dimensão que as atividades extensionistas podem alcançar, especialmente quando essa relação é reforçada e fomentada.

O foco das discussões foi trazer a comunidade como sujeito ativo no reconhecimento e na solução de suas próprias demandas, em vez de mantê-la como um agente passivo da ação. Nessa concepção, a comunidade participa ativamente em todas as etapas de decisão, desde o planejamento até a execução e avaliação das ações. Ao se sentir parte responsável por esses processos, a comunidade

contribui para garantir a continuidade das iniciativas em seu território, tornando-as efetivamente transformadoras (SILVA, 2019).

Durante as análises, informações preocupantes trouxeram à tona a necessidade de promover ações que alimentem os debates sobre como a instituição deseja ser reconhecida pela comunidade ao seu redor e como pretende potencializar essa relação.

Para isso, foram analisados 52 projetos fomentados durante os anos de 2022 e 2023 pelo edital "Protagonismo Discente". Os resultados mostraram que 69,23% dos projetos não apresentaram interação dialógica em todas as etapas, 23,07% demonstraram interação dialógica em todas as etapas, e 5,76% apresentaram uma interação dialógica frágil. Os 1,92% restantes referem-se a projetos que não puderam ser executados.

A revisão bibliográfica realizada para fundamentar este estudo, juntamente com os resultados obtidos, gerou duas hipóteses sobre o que pode motivar a ausência de interação dialógica em uma parcela tão significativa dos projetos analisados, aproximadamente 70%.

Primeiramente, é possível que a concepção atual de extensão, que enfatiza a interação dialógica e a troca de saberes de forma não hierárquica e em sintonia com a realidade local, ainda não esteja disseminada em toda a comunidade acadêmica. A falta de uma orientação clara e objetiva sobre como devem ocorrer essas atividades extensionistas pode contribuir para essa situação, dificultando a conformidade com as diretrizes e objetivos estabelecidos nas legislações vigentes e na Política Nacional de Extensão.

Considerar a comunidade como parte integrante da ação e torná-la protagonista das atividades é uma demanda urgente e necessária para a efetividade dessas iniciativas.

A segunda hipótese refere-se ao IFSC, onde foi identificada uma ausência de orientação e estudos dedicados a capacitar a comunidade interna para realizar atividades de extensão. A promoção de práticas que incentivem a dialogicidade entre os agentes envolvidos na extensão é fundamental para alcançar uma extensão emancipadora, pedagógica e com impactos sociais positivos.

Engajar a comunidade de forma significativa não é uma tarefa simples. Embora muitas práticas realizadas já remetam a planejamentos acessíveis e que

dialogam com a população, ainda há uma necessidade de capacitação para aprimorar esse processo. O desenvolvimento de debates e a disponibilização de ferramentas orientativas são essenciais para que os proponentes possam estabelecer um contato mais profundo e reflexivo sobre sua prática extensionista, alinhando-se à visão de extensão que a instituição deseja construir.

Embora o tema seja recente, a promoção de discussões é essencial para que possamos avançar na concretização desses objetivos. A oficina pedagógica proposta na pesquisa ilustra bem essa necessidade, ao proporcionar um espaço de diálogo e debate entre os coordenadores de extensão, que têm o papel de fomentar e incentivar as políticas extensionistas em seus campus. O fortalecimento do diálogo e a inclusão da comunidade como sujeito ativo são passos indispensáveis para a construção de uma extensão verdadeiramente transformadora e emancipatória.

A customização das ferramentas utilizadas para gerenciar e monitorar as ações extensionistas, tanto pela comunidade interna quanto externa, é outro aspecto relevante destacado pela pesquisa. Essa abordagem permitiu uma análise crítica das áreas temáticas que precisam ser estimuladas, ao mesmo tempo em que ofereceu à comunidade uma ferramenta para conhecer as ações já desenvolvidas em seu território, trazendo maior visibilidade às atividades da instituição.

Portanto, considera-se esta pesquisa uma fonte de contribuições significativas para a área de gestão da extensão, ao delinear práticas estratégicas que podem ser debatidas e adaptadas nos diferentes campi do IFSC, além de possibilitar o início de uma discussão em rede sobre a importância da temática. A elaboração do produto educacional voltado à formação de servidores e gestores que atuam na área extensionista promove e alimenta um debate contínuo, favorecendo a qualificação das ações e incentivando a submissão de projetos que dialogam efetivamente com a comunidade.

Conforme destacado na avaliação da oficina, essa formação tem o potencial de ser aplicada em diferentes campus, especialmente em momentos de formação pedagógica disponibilizada pela instituição.

Com base no exposto, é possível afirmar que os objetivos desta pesquisa foram alcançados, resultando na potencialização de estratégias de formação e capacitação para a promoção de ações verdadeiramente dialógicas e efetivas no contexto da extensão do IFSC que podem ser exploradas em toda Rede Federal de

Educação Profissional e Tecnológica, assim como nas universidades.

6. REFERÊNCIAS

ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo Roberto. **Conceitos fundamentais da EP**. Livro-texto Disciplina de Bases Conceituais para a Educação Profissional e Tecnológica. Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Santa Catarina, 2021a. Disponível em: <<https://moodle3.ifsc.edu.br/mod/book/view.php?id=561413>>. Acesso em jun.2022.

ALLAIN, Olivier; WOLLINGER, Paulo Roberto. **História da Educação Profissional no Brasil**. Livro-texto virtual. Material didático da disciplina de Bases Conceituais para a Educação Profissional e Tecnológica. Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Santa Catarina, 2021b. Disponível em: <<https://moodle3.ifsc.edu.br/mod/book/view.php?id=561450>>. Acesso em Jun.2022.

ALMEIDA, Luciane Pinho de. A extensão universitária no Brasil: processos de aprendizagem a partir da experiência e do sentido. *Diversités REcherches et Terrains*, local, n.7, p. 56-67, dez. 2015. Disponível em: <<https://www.unilim.fr/dire/692>>. Acesso em: jan.2024

ALVES, A. R.; FERREIRA, D. S. F. Elaboração, aplicação e avaliação do produto educacional: manual de organização e técnicas de estudo. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 15, n. 12, p. 17701–17711, 2023. DOI: 10.55905/cuadv15n12-139. Disponível em: <<https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/2038>>. Acesso em: 2 jul. 2024.

ANASTASIOU, Léa das Graças Camargo; ALVES, Leonir Pessate (org.). **Processos de ensinagem na universidade**: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. 5. ed. Joinville: Univille, 2009. 144 p.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

ARAÚJO, Edilene Rodrigues ; SILVEIRA JUCÁ, Sandro César; SILVA, Solonildo Almeida da. Extensão na Educação Profissional: caracterização das ações de um Instituto Federal de Educação. **Research, Society and Development**, Itajubá/MG, v.8, n.10, 19 p., 2019. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=560662201017>>._Acesso em: set. 2023.

ARRUDA-BARBOSA, Loeste de et. al. Extensão como ferramenta de aproximação da universidade com o ensino médio. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 49, n. 174, p. 316-327, out./dez. 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/198053146465>>. Acesso em: 18 set. 2023.

BERMUDES, Wanderson Lyrio; SANTANA, Bruna Tomaz; BRAGA, José Hamilton Oliveira; SOUZA, Paulo Henrique. Tipos de escalas utilizadas em pesquisas e suas aplicações. **Revista Vértices**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 7–20, 2016. DOI: 10.19180/1809-2667.18n216-01. Disponível em:

<<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.v18n216-01>> Acesso em: 2 jul. 2024.

BORTOLANZA, Juarez. Trajetória do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade. In: XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 2017, Mar del Plata/ Argentina. **Anais [...]**. Mar del Plata/ Argentina, 2017, 16p. Disponível em: <<https://acesse.dev/5fjfb>>. Acesso em: 18 set. 2023.

_____. Conselho Nacional de Educação. Portaria nº 60, de 20 de março de 2019. Dispõe sobre o mestrado e doutorado profissionais, no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 26, 2019. Disponível em <https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/68157853/do1-2019-03-22-portaria-n-60-de-20-de-marco-de-2019-68157790>. acesso em 15 out.2023

_____. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos. Brasília: 2012. Disponível em:< <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> >. Acesso em: 20 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 jun. 2022.

_____. Decreto nº 5.540 de 28 de novembro 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. 1968.

_____. Decreto nº 19.851, de 11 de Abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Coleção das leis do Brasil**: Ministério da Educação. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htmimpressao.htm>. acesso em: 15 out. 2023.

_____. **Documento Orientador de APCN**. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/ensino1.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2023.

_____. Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dez. p. 11429, 1961.

_____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Estabelece as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dez. p. 6377, 1971.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 248, dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2022.

_____. Ministério da Educação. Instituto Federal do Espírito Santo. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional. **Regulamento Geral**. Brasília: MEC, 2022. Disponível em: <<https://profepet.ifes.edu.br/regulamentoprofepet/16478-regulamento2023>>. Acesso em 02 jul 2024.

_____. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/201, que aprova o Plano Nacional da Educação - PNE 2014 - 2024 e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, p.49-50, 2018. Disponível em: <https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRITO, Roberta Cajaseiras de *et al.* A extensão universitária aliada à educação em saúde no trânsito como estratégia de ensino superior e de reabilitação para cumpridores de penas alternativas: um relato de experiência. **Revista Docência do Ensino Superior**, Belo Horizonte, v. 11, p. 1–21, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rdes/article/view/24639>>. Acesso em: 3 abr. 2023.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. ANÁLISE DE CONTEÚDO: UMA METODOLOGIA DE PESQUISA QUALITATIVA. In: Cadernos da Fucamp, v.20, n.43, p.98-111/2021. Disponível em: <<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347>>. Acesso em: 19 mar. 2024.

CARVALHO, Roberto Cajaseiras de. “A formação de grupos de professores de diferentes áreas para o desenvolvimento de projetos com interação dialógica será o futuro da extensão”. Entrevista com o Prof. Dr. Eduardo Galhardo (UNESP/Assis). **Caminho Aberto**: revista de extensão do IFSC, [S. l.], n. 12, p. 12–15, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ifsc.edu.br/index.php/caminhoaberto/article/view/2829>>. Acesso em: 3 abr. 2023.

COELHO, Beatriz. Entrevista: Técnica de Coleta de Dados em Pesquisa Qualitativa. **Blog Metzner**. S.l., 30 out. 2020. Disponível

em:<<https://blog.metzger.com/entrevista-pesquisa-qualitativa/>>. Acesso em: 29 mar. 2022.

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF). Conif celebra 13 anos de criação. 2022. Disponível em <<https://portal.conif.org.br/comunicacao/gerais/conif-celebra-13-anos-de-criacao>>. Acesso em: set. 2023.

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF). Extensão Tecnológica - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica/ Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. --Cuiabá (MT): CONIF/IFMT, 2013. disponível em <<https://www.ifpb.edu.br/Proexc/sobre/politica/conif-2013-extensao-tecnologica-rede-federal.pdf/view>> . acesso em: ago. 2023.

CORDEIRO, Alexander Magno *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgias**, [s.l.], v. 34, n. 6, p. 428-431, dez. 2007. Disponível em;< <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-69912007000600012>.> Acesso em: ago. 2023.

CORRÊA, Thiago Henrique Barnabé. Diálogo e alteridade: a extensão na transversalidade do ensino superior. **Revista Triângulo**, Uberaba - MG, v. 12, n. 1, p. 119–126, 2019. Disponível em: <<https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/3560>>. Acesso em: 8 mar. 2023.

CORREIA, Larissa Costa. Pesquisa bibliográfica ou revisão de literatura: traçando limites e ampliando compreensões. In: XIX EAIC: ENCONTRO ANUAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 2010, Guarapuava/PR. **Anais [...]**. Guarapuava/PR: Unicentro, 2010, p. 1-4, Disponível em: <<https://anais.unicentro.br/xixeaic/pdf/1262.pdf>>. Acesso em: 09 out. 2023.

DEMO, Pedro. Educar pela pesquisa. 6ª ed. Campinas/SP: **Autores Associados**, 2003

DEZ, Aula Nota (org.). **O que é Metodologia Participativa**. 2024. Disponível em: <https://aulanotadez.com.br/glossario/o-que-e-metodologia-participativa/#:~:text=A%20metodologia%20participativa%20%C3%A9%20uma,decis%C3%A3o%20ou%20resolu%C3%A7%C3%A3o%20de%20problemas>. Acesso em: 29 ago. 2024.

FERNANDES, Domingos. Avaliação em Educação: uma discussão de algumas questões críticas e desafios a enfrentar nos próximos anos. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 78, p. 11-34, jan. 2013.

FERREIRA, Suelen Lopes et al. Reflexões sobre ensino, pesquisa e extensão universitária. In: III CONEDU-CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2016. **Anais [...]**. Realize Editora: CONEDU, 2016. p. 1-8. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/22144>> . Acesso em: 24 ago. 2023.

FOLIGNO, Adriane Zangiacomo et al. Integração entre Ensino e Extensão: fundamentos teóricos para uma abordagem na Educação Profissional e Tecnológica. In: SIMPÓSIO DOS PROGRAMAS DE MESTRADO PROFISSIONAL UNIDADE DE PÓS GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E PESQUISA, n.16., 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Cps, 2021. p. 1-12. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/356541545_Integracao_entre_Ensino_e_Extensao_fundamentos_teoricos_para_uma_abordagem_na_Educacao_Profissional_e_Tecnologica>. Acesso em: 15 fev. 2023.

FONTELLES, Mauro José *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, Brasil, v. 3, n. 0, p. 0-8, 23 set. 2009.

FOREXT. **Carta de Porto Alegre- XVI Encontro Nacional Extensão e Ação comunitária**, XI Assembleia Nacional do ForExt. Porto Alegre:2009.

FORProex. **Política nacional de extensão universitária**. Manaus: Imprensa universitária, 2012. E-book (68p.) P&B. disponível em: <<https://Proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: mar. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. disponível em <<https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1970-pedagogia-do-oprimido.pdf/vi>> acesso em mar 2023

FRUTUOSO, Tomé de Pádua. **O processo de curricularização da extensão nos cursos de graduação do Instituto Federal de Santa Catarina - IFSC**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC, 2015. 165 p.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. **Instituto Paulo Freire**, São Paulo, v. 15, p. 1-18, 2017. Disponível em: <https://paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. acesso em: 15 out. 2023.

GONÇALVES, N. G.; VIEIRA, C. S.; ANTUNES, P. S. (2014) Extensão na Universidade Federal do Paraná: Constituição Histórica. **Extensão em Foco** (Curitiba), 1, 3-49.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 2ª Edição – São Paulo, **Cortez**, 1999. Disponível em <<https://wandersoncmagalhaes.files.wordpress.com/2013/07/livro-o-servico-social-na-contemporaneidade-marilda-iamamoto.pdf>>. Acesso em Ago 2023

IFSC. Instituto Federal de Santa Catarina (Santa Catarina). Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos-CEPSH. 2023. Disponível em:<<https://www.ifsc.edu.br/ceps>>. Acesso em: 11 out. 2023.

_____. Instituto Federal de Santa Catarina (Santa Catarina). Diretoria de Extensão. 2022. Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&task=category§ionid=45&id=189&Itemid=31>. Acesso em: abr. 2023

_____. Instituto Federal de Santa Catarina (Santa Catarina). Editais da Diretoria de Extensão. 2023. Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2803&Itemid=972>. Acesso em: abr. 2023

_____. Instituto Federal de Santa Catarina (Santa Catarina). Missão, visão e valores. 2022. Disponível em: <<https://www.ifsc.edu.br/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 12 maio 2023.

_____. Instrução Normativa nº15 de 09 de agosto de 2023. Dispõe sobre a estrutura organizacional da Reitoria do IFSC. Disponível em: <https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/Instru%C3%A7%C3%A3o%20Normativa/2023/15_2023%20-%20Estrutura%20Organizacional%20da%20reitoria_%20Revoga%20N%2002_2023.pdf>. Acesso em: abr. 2023.

_____. Manual de Gestão da Diretoria de Extensão do IFSC. Disponível em: <[https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/2022_Direx_Manual_de_Gestao\(1\).pdf](https://intranet.ifsc.edu.br/images/file/2022_Direx_Manual_de_Gestao(1).pdf)>. Acesso em: abr. 2023

_____. Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2020-2024). Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1XiW-lox93MuAimDCT2BcZTfrGfG0nC1T/view>>. acesso jul. 2023.

_____. Resolução CONSUP nº23 de agosto de 2018. Aprova, ad referendum, o Plano Estratégico de Permanência e Êxito dos Estudantes do IFSC, 2018. Disponível em: <https://sig.ifsc.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf>. acesso em: Jul. 2023

_____. Resolução CONSUP Nº 40, de 29 de agosto de 2016. Aprova as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação do IFSC e dá outras providências. 2016. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao40_2016_curriculariza%C3%A7ao_extens%C3%A3o.pdf>. Acesso em: Jun. 2023.

_____. Resolução CONSUP nº54 de 05 de Novembro de 2010. Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina . Disponível em: <https://sig.ifsc.edu.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf>. Acesso em: ago. 2023.

_____. Resolução CONSUP Nº 61, de 12 de dezembro de 2016. Regulamenta as Atividades de Extensão no IFSC. 2016. Disponível em: <http://cs.ifsc.edu.br/portal/files/consup_resolucao61_2016_extensao.pdf>. Acesso em: Jun. 2023.

JIMENEZ, Michele de Oliveira et al. A extensão e a universidade brasileira: do estatuto das universidades até a curricularização da extensão. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 33, n. 66, p. Disponível em: <<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/15304>>. Acesso em: 18 set. 2023

JULIANI, Douglas Paulesky. **FRAMEWORK DA CULTURA ORGANIZACIONAL NAS UNIVERSIDADES PARA A INOVAÇÃO SOCIAL**. 2015. 213 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

KROLOW, Aderlei Correa Milech ; CASTELEINS, Vera Lucia . Contraturno: um espaço de desafios para a educação do futuro. **PUCPR**, 2009. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/13595659-Contraturno-um-espaco-de-desafio-para-a-educacao-do-futuro.html>>. acesso em: 04 maio 2022.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Produtos Educacionais em Mestrados Profissionais na Área de Ensino: uma proposta de avaliação coletiva de materiais educativos. In: Congresso Interamericano de Investigação Qualitativa, Fortaleza. **Anais** 1, p. 330–339, 2018. Disponível em: <https://moodle.ead.ifsc.edu.br/pluginfile.php/225609/mod_forum/intro/1656-Texto%20Artigo-6472-1-10-20180621%20%281%29.pdf>. Acesso em: 02 de jul. 2024

LINS, Liliane *et al.* Extensão universitária e inclusão social de estudantes do ensino médio público. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s.l.], v. 12, n. 3, p. 679-694, set. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-7746-sip00003>>. Acesso em: 05 maio 2023.

LISBOA FILHO, Flavi Ferreira. **Extensão universitária [recurso eletrônico] : gestão, comunicação e desenvolvimento regional**. Santa Maria, RS : FACOS-UFSM, 2022.

LOPES, Edvania Portilho; COSTA, Wanderleya Nara Gonçalves. Contribuições da extensão universitária à formação docente. In: XII ENEM - (EDUCAÇÃO MATEMÁTICA NA CONTEMPORANEIDADE: DESAFIOS E POSSIBILIDADES), 2016, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Enem, 13 a 16 de Julho de 2016. 10 p. Disponível em: <https://www.sbem.com.br/enem2016/anais/pdf/5574_2591_ID.pdf>, Acesso em: ago 2023.

LOPES, Frederico Antonio Mineiro. Intervenção, pesquisa e interação dialógica entre os conhecimentos popular e acadêmico. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 476-496, jun. 2020. Disponível em; <<https://doi.org/10.36920/esa-v28n2-10>>. Acesso em: 05 maio 2023.

MAIA, Jemima Matias; ARAUJO, Tatiana Cristina dos S. de. **Abordagem Holística para a Educação: um olhar sobre a integralidade**. 2014. 26 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em:

<<https://www.ufpe.br/documents/39399/2405255/MAIA%3B+ARAUJO+-+2015.2.pdf/65c5a78f-d9be-4511-9f8d-be3e4b5fb50c>>. Acesso em: ago 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2012/11/pesquisa-social.pdf>>. acesso em: abril 2023.

Ministério da Educação, Cultura e Esporte e o Conselho Estadual de Escolas. Governo da Espanha. (n.d.). Sobre o conceito de boas práticas.

MONTEIRO, Espedito Saraiva; SCAFF, Elisângela Alves da Silva. Educação integral ou contraturno escolar? : concepções sobre o programa mais educação no município de Dourados-MS. **Revista Científica TRAMA**, vol.14, n.33, p. 118-129, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.48075/rt.v14i33.19302>> . Acesso em mar 2023.

MONTEIRO, Heloiza Ribeiro de Sena *et al.* A importância das oficinas pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem. **Epistemologia e Práxis Educativa - Epeduc**, [S.L.], v. 2, n. 2, p. 0-1, 4 jun. 2019. Universidade Federal do Piauí. <http://dx.doi.org/10.26694/epeduc.v2i2.8915>.

MOREIRA, Katia Denise *et al.* Cenário dos projetos de extensão em Secretariado Executivo na Universidade Federal de Santa Catarina. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, Florianópolis/SC, v. 15, n. 28, p. 2-18, 23 abr. 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5007/1807-0221.2018v15n28p2>>. Acesso em: ago 2023.

MONTEIRO, Mariana Sato de Souza de Bustamante; SILVA, Antônio Ferreira Monbrini da; SOUZA, Theo Luiz Ferraz de; OLIVEIRA, Adriana Passos. Da planta ao fitocosmético: uma experiência teórico-prática com alunos de escolas públicas. **Em Extensão**, Uberlândia, MG, v. 17, n. 1, p. 78–92, 2018. DOI: 10.14393/REE-v17n12018-art03. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/REE-v17n12018-art03>>. Acesso em: 6 mar. 2023.

MOURA, Adriana ferro. LIMA, Maria Glória. A Reinvenção da Roda: Roda de Conversa: Um instrumento metodológico possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". *Temporalis*, n. 3, Brasília: **ABEPSS**, p. 41-49, 2001.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008, p.91-139. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/25897/Livro%20EPSJV%20008194.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em ago. 2023.

OLIVEIRA, Fernanda.; GOULART, Patricia Martins. Fases e faces da extensão universitária: rotas e concepções. **Rev. Ciência em extensão**, São Paulo, v.11, n.3,

p.8-27, 2015. Disponível em:

<https://ojs.unesp.br/index.php/revista_Proex/article/view/1225>. Acesso em: 23 out. 2018.

OLIVEIRA, João Paulo de; LEAL DA COSTA, Conceição. Extensão na Educação Profissional e Tecnológica e práticas educativas com comunidade(s): desafios e possibilidades. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2017. **Anais [...]**. Realize Eventos Científicos & Editora: CONEDU, 2017. p.12. Disponível em: <<https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/25351/1/Oliveira%20%26%20Leal%20da%20Costa%20%282017%29%20EXTENSA%cc%83O%20NA%20EDUCAC%cc%a7A%cc%83O%20PROFISSIONAL%20E%20TECNOLO%cc%81GICA%20E%20PRA%cc%81TICAS%20EDUCATIVAS%20COM%20COMUNIDADE%28S%29.pdf>>. Acesso em ago. 2023.

PASSOS, Ana Paula Pereira dos; LOHN, Vanderléia Martins. A percepção dos estudantes e professores sobre a extensão comunitária: um estudo de uma universidade comunitária. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 1-24, jul. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/REE-v20n22021-59829>>. Acesso em ago.2023.

PEREIRA, Emanuely Vieira et al. Pensamento complexo e formação em enfermagem: possibilidades da extensão universitária. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, [S. l.], v. 96, n. 39, 2022. p.8. Disponível em: <<http://www.revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/1444>>. Acesso em: 29 mar. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]** : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Universidade Feevale, 2013. Disponível em:<<https://acesse.dev/4FyT1>>. Acesso em: out. 2023.

PROFUTURO (Brasil) (org.). **Boas práticas educacionais: o que são e como contá-las. o que são e como contá-las.** 2022. Disponível em: <https://profuturo.education/pt-br/observatorio/solucoes-inovadoras/boas-praticas-educacionais-o-que-sao-e-como-conta-las/#:~:text=O%20que%20%3%A9%20uma%20boa%20pr%3%A1tica%3F,os%20resultados%20educacionais%20dos%20alunos>. . Acesso em: 15 dez. 2022.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In. BEUREN, Ilse Maria. (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008, p.76-97. Disponível em: <https://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf>. Acesso em ago.2023.

ROVATI, Camila D´Ottaviano João (org.). Para Além da Sala de Aula. **Extensão Universitária e Planejamento Urbano e Regional.** 1. ed. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017. Disponível

em: <http://anpur.org.br/public/publicacoes/livros/para_alem_da_sala_de_aula.pdf> .
acesso em set.2023.

SANTOS, Alfredo Balduino. **A curricularização da Extensão Universitária a partir do Plano Nacional de Educação no Brasil: dificuldades e possibilidades**. Tese (Doutorado) - em Ciências da Educação Especialidade de Desenvolvimento Curricular - Instituto de Educação Universidade do Minho/Portugal. 2020. 245 p.

SIKORSKI, Daniela; CUNHA, Maria Cristina Araújo de Brito. **Conceituando a questão social**: unidade 3. Brasil: Unicesumar, 2023. 32 p.

SILVA, Andre Luiz Barbosa da; FERRAZ, Bruna Tarcília. Oficinas Pedagógicas e práticas de formação: avaliando o papel do formador e a construção do conhecimento. In: COLOQUIO INTERNACIONAL: EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 6., 2012, São Cristovão. **Formação de Professores Memória e Narrativas**. Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2012. p. 1-12.

SILVA. Anita Cione Tavares Ferreira da. **"Por uma extensão universitária transformadora: Caminhos para uma abordagem crítica e dialógica na mediação da ação teatral"**. 2019. 355 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação, Salvador, 2019.

SOUZA, Thiago Antunes et. al. Divulgação científica e formação de professores: possibilidades extensionistas na pandemia de Covid-19. **Prometeica - Revista de Filosofia y Ciencias**, [S. l.], n. 24, p. 157–168, 2022. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/prometeica/article/view/12959/9543>>. Acesso em: 31 mar. 2023.

THIOLLENT, M. Construção do conhecimento e metodologia da extensão. **Revista Cronos**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/15654>>. Acesso em: 16 abr. 2024.

UNIVERSITAT DE BARCELONA. **A aprendizagem dialógica na sociedade da informação**: módulo 2, 2017. Barcelona: Crea, 2017. 17 p. Citação no texto ou no final do parágrafo Universitat de Barcelona (2017) ou (UNIVERSITAT DE BARCELONA, 2017). Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EPIPSE/modulos_included/modulo_2_-_a_aprendizagem_dialogica_na_sociedade_da_informacao.pdf>. Acesso em: 09 out. 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Catálogo de teses da Universidade de São Paulo**, 1992. São Paulo, 1993. 467 p. Citação no texto ou no final do parágrafo: Universidade de São Paulo (1993) ou (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1993)

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA-UNESP. **Tipos de Revisão de Literatura**, 2015. Campus Botucatu, São Paulo, 2015. 9 p. Citação no texto ou no final do parágrafo UNESP (2015) OU (UNESP, 2015). <<https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>>. Acesso em jul 2023.

VIEIRA, Yasmin Vicente; MATIAS, Fernanda do Nascimento; DOMINGUES, Soraya Corrêa. Participação e continuidade das crianças em Projeto de Extensão de Ginástica. **Revista de Extensão da Ufmg**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, p. 235-252, jul. 2021. Disponível em:

<<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/26371>> . Acesso em set.2023.

WIKIPÉDIA. **Brainwriting**. 2021. Disponível em:

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Brainwriting>. Acesso em: 29 ago. 2024.

WIKIPÉDIA (org.). **Canva**. 2024. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Canva>. Acesso em: 29 ago. 2024.

YIN, Roberto K. **Estudos de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – ROTEIRO DA OFICINA - “Dialogando com a comunidade no desenvolvimento das atividades de extensão”.

A oficina foi aplicada em 30/07/2024 - 10h às 11h30.

Tópico	Descrição	Duração
Slide 0	Sala virtual: https://conferenciaweb.rnp.br/sala/douglasjuliani Data: 30/07/2024 Hora: 10h às 11h30	1 min
Slide 1	Apresentação da palestrante	2 min
Slide 2 ao 4	Apresentação da oficina e seus objetivos Explicação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Link do Termo: https://docs.google.com/forms/d/1oqFVJbW4Ra6ikifXBxV_GX6T9POSqq4X0ABzUeH5D4/edit	5 min
Slide 5 ao 9	Apresentação do 1º momento: fundamentação teórica: O que é interação dialógica e o papel da comunidade neste processo.	16 min
Slide 10 ao 21	Apresentação do 2º momento: Dados da pesquisa	15 min
Slide 22 ao 23	Apresentação do 3º momento: Contando experiências. Pergunta central para reflexão dos coordenadores dos campus. Tempo para o registro no drive das respostas de cada coordenador. Link da pasta para resposta: https://drive.google.com/drive/folders/1CaqHNeQUiBzzErB8vZrcgkloo8IrvYuv?usp=sharing	5 min
Slide 24	Socializando as respostas	30 min
Slide 25 ao 31	Apresentação do 4º momento: Produto educacional complementar - Customização do sistema https://Sigaa.ifsc.edu.br/Sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf?aba=p-extensao	10 min
Slide 32	Apresentação do 5º momento: Avaliação Link da avaliação: https://docs.google.com/forms/d/1VoxrmqjksodihT8Z3BGNbFQfyKx10AFPYKFUtnFN95o/edit	5 min
Slide 33 ao 34	Conclusão do trabalho e referências	1 min

APÊNDICE B - SLIDES DA OFICINA



OFICINA:
**DIALOGANDO COM A
COMUNIDADE NO
DESENVOLVIMENTO DAS
ATIVIDADES DE
EXTENSÃO**

MESTRANDA GRASIELA LUCIA DE PINHO

Programa de pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (PROFEPT)

Produto educacional proposto a partir da Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - Mestrado Profissional em Rede -PROFEPT/IFSC como requisito para a obtenção do título de Mestre em Educação Profissional e Tecnológica

OBJETIVO DA OFICINA

Explorar o conceito de interação dialógica e sua importância na concepção de projetos extensionistas, bem como estimular a identificação de práticas mais dialógicas nos projetos de extensão;

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdo-KVCCEjJj15wtLluYLaKq1710qqPmoz7HimfAD-Fn7KgHw/viewform?usp=sf_link



PRIMEIRO MOMENTO



**INTERAÇÃO DIALÓGICA NO
CONTEXTO DA EXTENSÃO.**



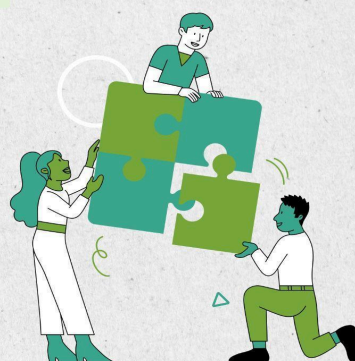
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

a extensão é "Processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional" (CONIF, 2013, p. 16)



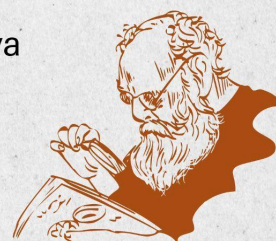
INTERAÇÃO DIALÓGICA NA EXTENSÃO

- Mas como estabelecer está relação intrínseca com a sociedade?
- Como torna-la parte da ação?



O QUE É INTERAÇÃO DIALÓGICA NA EXTENSÃO

É defendido pelos diferentes autores que a comunidade esteja presente nas **tomadas de decisão e no planejamento**, se retirando do local apenas de "cliente" ou "público-alvo", possuindo participação realmente ativa



O PAPEL DA COMUNIDADE NOS PROJETOS DE EXTENSÃO

É necessário perceber, enquanto Instituição de Ensino, qual a função social que as ações extensionistas irão exercer, respondendo três perguntas bases: **para quem** e **por quem** será produzido, **com quem** será positivo para este processo trocar experiências e conhecimentos



SEGUNDO MOMENTO: DADOS DA PESQUISA



DADOS DA DISSERTAÇÃO



Socialização de experiencias extensionistas

- Edital Protagonismo Discente
- 52 Projetos fomentados pela Direx/Proex em 2022 e 2023

Perguntas Orientadoras criadas de acordo com os objetivos da pesquisa

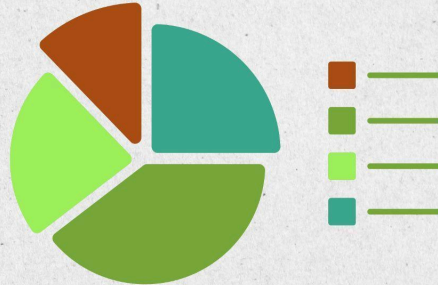
Como ocorreu a relação com a comunidade durante a identificação da demanda

O projeto foi escrito com a participação da comunidade

Houve apresentação do projeto para a comunidade antes da execução com objetivo de avaliar e melhorar a proposta

DADOS DA PESQUISA

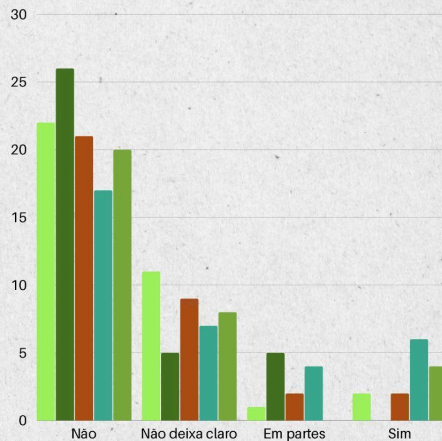
- 69,23% não apresentaram interação dialógica durante todas as etapas do projeto;
- 23,07% apresentaram interação dialógica durante as etapas do projeto de extensão;
- 5,76% apresentaram uma interação dialógica frágil ao longo das atividades;
- 1,92% dos casos, a execução da atividade extensionista não foi possível.



DADOS DA PESQUISA

- Dos 52 projetos, 36 não foram identificados interação dialógica durante todas as etapas.

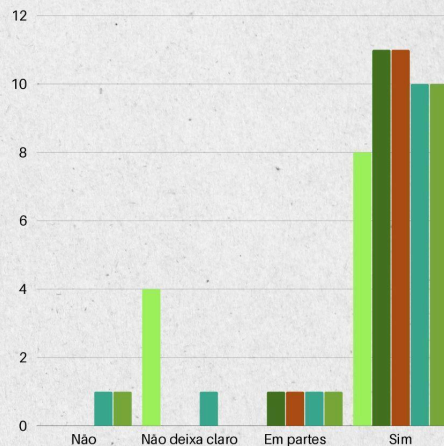
- Impactos sociais
- Foi escrito com a participação da comunidade
- Identificação da demanda com a comunidade
- Apresentação previa a comunidade
- Participação de todos os atores na avaliação



DADOS DA PESQUISA

- Dos 52 projetos, 12 foram identificados interação dialógica.

- Impactos sociais
- Foi escrito com a participação da comunidade
- Identificação da demanda com a comunidade
- Apresentação previa a comunidade
- Participação de todos os atores na avaliação



Diagnóstico e Identificação de Demandas

1- Envolver a comunidade na identificação de demandas e na definição dos objetivos do projeto. Pode ser feito através de:

Assembleias com a comunidade

Reuniões com a comunidade

Reuniões formativas

Entrevistas com pessoas da comunidade

Grupos focais

Diagnóstico e Identificação de Demandas

2- Levantamento da rede de apoio da comunidade:

Pesquisa online

Visita in loco

Contato telefônico

3- Estabelecer o primeiro contato com representante da comunidade externa a ser atendida para apresentação da equipe e da proposta

Contato telefônico

E-mail

Visita in loco

Diagnóstico e Identificação de Demandas

4- Após a primeira conversa com os representantes locais, agende uma apresentação inicial da proposta com as demais pessoas envolvidas .

Definição de espaço apropriado

Roda de conversa

Reuniões ou assembleias

5- Organização e Elaboração de material para apresentação que seja de fácil compreensão

Promova espaços de escuta ativa e participativa: Incentive a participação de todos

Quando as decisões são tomadas em parceria, o engajamento na comunidade é maior.

6- Agende outras reuniões para delimitar as atividades e definir o papel de cada na ação.

Desenvolvimento das ações

A etapa de execução de um projeto de extensão é onde as atividades planejadas são colocadas em prática. Abordar essa etapa de forma dialógica é essencial para garantir que as ações realizadas estejam alinhadas com as necessidades e expectativas da comunidade. Aqui estão algumas práticas encontradas nos projetos analisados.

1- Implementação Colaborativa: Execução do projeto com a participação ativa da comunidade, compartilhando responsabilidades e recursos

2- Planeje ações participativas, que envolvam os membros da comunidade em todas as etapas do projeto. Atividades que estimulem a colaboração e a co-criação.

Desenvolver estratégias para fomentar a participação de diferentes segmentos

Oficinas e capacitações participativas

Agendamento de encontros para diagnóstico

Desenvolvimento das ações

3- Capacitação de toda equipe: objetivo é fortalecer a liderança e participação ativa nas atividades do projeto. Isso pode envolver:

Oficina

Roda de conversa

Reuniões formativas

4- Monitoramento Contínuo: identificar desafios e ajustar estratégias conforme necessário.

5- Flexibilidade e Adaptação: Estar aberto a ajustar as estratégias e atividades do projeto com base no feedback recebido da comunidade e nas mudanças nas condições locais.

6- Reavaliar as metas e objetivos junto toda equipe e comunidade externa compartilhe todas as modificações. As práticas mais utilizadas foram:

Documentos compartilhados

E-mails

Avaliação: Registro e Disseminação de Resultados

*Abordar essa etapa de forma dialógica envolve o engajamento ativo de todas as partes interessadas no processo, garantindo que as vozes da comunidade sejam ouvidas e consideradas. Aqui estão algumas práticas realizadas pelos projetos analisados

1- Coleta de Dados Diversificada: Utilizar uma variedade de métodos de coleta de dados que sejam acessíveis e inclusivos para os membros da comunidade. Isso pode incluir :

Questionário

Formulário Online

Entrevistas

Roda de conversa

Observações

Avaliação: Registro e Disseminação de Resultados

2- Avaliação de acompanhamento: a cada atividade realizar uma análise sobre a efetividade que podem utilizar uma ou mais opções levantadas acima;

3- Análise Reflexiva: Promover processo de análise reflexiva dos resultados na avaliação, envolvendo as partes interessadas. Essa análise pode ser feita através:

- Assembleia: para devolutiva e avaliação da comunidade
- Avaliação por métricas alcançadas
- Reuniões quinzenais com o coletivo para análise dos resultados
- Roda de conversa com o coletivo no início e final da ação
- Questionários e formulários em cada etapa e cada ação;
- Avaliações lúdicas
- Alimentação das redes sociais e acessos;
- Avaliação dos materiais produzidos por todos os atores participantes.

TERCEIRO MOMENTO



Compartilhando experiências

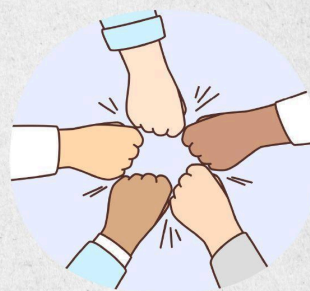


Considerando a experiência de vocês e o que o campus já faz para promover a dialogicidade junto a comunidade nos projetos de extensão

Quais estratégias poderiam ser exploradas para potencializar a interação dialógica com a comunidade nos projetos de extensão desenvolvidos no seu campus?

LINK:

<https://drive.google.com/drive/folders/1CaqHNeQUiBzzErB8vZrcgkloo8IrvYuv?usp=sharing>



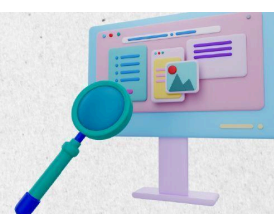
10 Minutos para a tarefa!

SOCIALIZANDO OS ACHADOS...

30 minutos para debates



QUARTO MOMENTO



Ferramenta adaptada para facilitar a localização de atividades de extensão no IFSC. **Estimular o uso pela comunidade externa**

PRODUTO EDUCACIONAL COMPLEMENTAR:

Customização no sistema de consulta aberta ao público **SIGAA EXTENSÃO.**

https://sigaa.ifsc.edu.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf

Como era antes....



Instituto Federal Catarinense Blumenau, 09 de Julho de 2024

SIGAA
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Acessível para pessoas com deficiência visual Login >

CONSULTE AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS PELA IFC

BUSCA POR AÇÕES DE EXTENSÃO

Título da Ação:

Tipo de Atividade: -- SELECIONE UM TIPO DE AÇÃO --

Unidade Responsável: -- SELECIONE UM DEPARTAMENTO --

Coordenador:

Ano:

Nenhuma ação de extensão localizada

<< voltar ao menu principal

SIGAA | Diretoria de Tecnologia da Informação - (47) 3331-7800 | Copyright © 2006-2024 - UFRN - jboss-sigaa-02.sig.ifc.edu.br.sigaa02 v4.12.8.14

Instituto Federal Catarinense Blumenau, 09 de Julho de 2024

SIGAA
Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

Acessível para pessoas com deficiência visual Login >

CONSULTE AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS PELA IFC

BUSCA POR AÇÕES DE EXTENSÃO

Título da Ação:

Tipo de Atividade: -- SELECIONE UM TIPO DE AÇÃO --

Unidade Responsável: -- SELECIONE UM DEPARTAMENTO --

Coordenador:

Ano:

-- SELECIONE UM DEPARTAMENTO --

- ABELARDO LUZ - C.C.EJA QP SEGURANÇA ALIMENTAR (11.01.15.37)
- ABELARDO LUZ - C.C.GR LIC. INTERCULTURAL INDÍGENA (11.01.15.43)
- ABELARDO LUZ - C.C.GR PEDAGOGIA (11.01.15.26)
- ABELARDO LUZ - C.C.TEC AGROPECUARIA (11.01.15.05)
- ABELARDO LUZ - CA - G - LIC. INTERCULTURAL INDÍGENA (11.01.15.44)
- ABELARDO LUZ - CA - G - PEDAGOGIA (11.01.15.29)
- ABELARDO LUZ - CA - QP (11.01.15.07)
- ABELARDO LUZ - COORD CURSO EDUCAÇÃO DO CAMPO (11.01.15.27)
- ABELARDO LUZ - COORD CURSO EDUCAÇÃO E PRÁTICA DE ENSINO (11.01.15.28)
- ABELARDO LUZ - COORD GERAL PEDAGÓGICA (11.01.15.06)
- ABELARDO LUZ - COORD GESTÃO DE PESSOAS (11.01.15.34)
- ABELARDO LUZ - COORD PESQUISA E EXTENSÃO (11.01.15.13)
- ABELARDO LUZ - COORD. EXTENSÃO (11.01.15.35)
- ABELARDO LUZ - COORD. REGISTRO ACADEMICO CAD. INSTITUCIONAL (11.01.15.18)
- ABELARDO LUZ - COORDENAÇÃO ADMINISTRAÇÃO (11.01.15.02)
- ABELARDO LUZ - COORDENAÇÃO DE ENSINO (11.01.15.15)
- ABELARDO LUZ - DIREÇÃO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (11.01.15.03)
- ABELARDO LUZ - DIREÇÃO GERAL (11.01.15.04)
- ABELARDO LUZ - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (11.01.15.16)

CONSULTE AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS PELO IFSC

BUSCA POR AÇÕES DE EXTENSÃO

Título da Ação:

Tipo de Atividade: -- SELECIONE UM TIPO DE AÇÃO --

Câmpus: -- SELECIONE UM CÂMPUS --

Area Principal: -- SELECIONE UM CÂMPUS --

Coordenador:

Ano:

-- SELECIONE UM CÂMPUS --

- ARARANGUÁ
- AVANÇADO SÃO LOURENÇO DO OESTE
- CANOINHAS
- CAÇADOR
- CENTRO DE REFERÊNCIA EM FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA
- CHAPECÓ
- CRICIÚMA
- FLORIANÓPOLIS
- FLORIANÓPOLIS-CONTINENTE
- GAROPABA
- GASPAR
- ITAJAÍ
- JARAGUÁ DO SUL
- JARAGUÁ DO SUL-RAU
- JOINVILLE
- LAGES
- PALHOÇA BILÍNGUE
- REITORIA
- SÃO CARLOS

3 novos campos inseridos na busca

A | DTIC - Diretoria de Tecnologia da Informação

AS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DESENVOLVIDAS PELO IFSC

BUSCA POR AÇÕES DE EXTENSÃO

Título da Ação

Tipo de Atividade: -- SELECIONE UM TIPO DE AÇÃO --

Câmpus: -- SELECIONE UM CÂMPUS --

Area Principal: -- SELECIONE UMA AREA --

Coordenador: -- SELECIONE UMA AREA --

Ano

Comunicação
Cultura
Direitos Humanos e Justiça
Educação
Educação Alimentar e Nutricional
Meio Ambiente
Saúde
Tecnologia e Produção
Trabalho

[← Voltar ao menu principal](#)

PRODUTO EDUCACIONAL COMPLEMENTAR:

Convido a todos a entrarem no sistema e testarem os filtros buscando os projetos de seus câmpus.



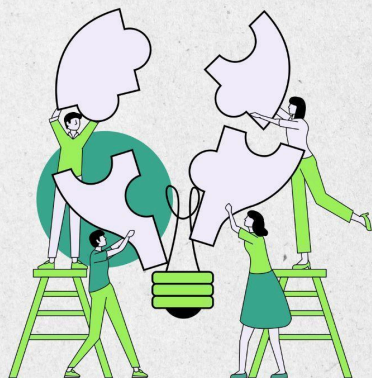
QUINTO MOMENTO



AVALIAÇÃO

<https://docs.google.com/forms/d/1VoxrmqjksodihT8Z3BGNbFQfyKx10AFPyKFUtnFN95o/edit>

CONSIDERAÇÕES FINAIS E FECHAMENTO



Espero com esta oficina ter proporcionado reflexão e maior clareza a respeito da importância da participação ativa da comunidade para a efetividade nos projetos de extensão.

E que através disso seja possível planejar projetos mais dialógicos e com maior impacto social.

REFERÊNCIAS

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF). Conif celebra 13 anos de criação. 2022. Disponível em <<https://portal.conif.org.br/comunicacao/gerais/conif-celebra-13-anos-de-criacao>>. Acesso em: set. 2023.

LOPES, Frederico Antonio Mineiro. Intervenção, pesquisa e interação dialógica entre os conhecimentos popular e acadêmico. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 476-496, jun. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.36920/esa-v28n2-10>>. Acesso em: 05 maio 2023.

SILVA, Anita Cione Tavares Ferreira da. "Por uma extensão universitária transformadora: Caminhos para uma abordagem crítica e dialógica na mediação da ação teatral". 2019. 355 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação, Salvador, 2019.

MONTEIRO, Mariana Sato de Souza de Bustamante; SILVA, Antônio Ferreira Monbrini da; SOUZA, Theo Luiz Ferraz de; OLIVEIRA, Adriana Passos. Da planta ao fitocosmético: uma experiência teórico-prática com alunos de escolas públicas. Em Extensão, Uberlândia, MG, v. 17, n. 1, p. 78-92, 2018. DOI: 10.14393/REE-v17n12018-art03. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/REE-v17n12018-art03>>. Acesso em: 6 mar. 2023

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. disponível em <<https://pibid.unespar.edu.br/noticias/paulo-freire-1970-pedagogia-do-oprimido.pdf/view>> acesso em mar 2023.

FORPROEX. Política nacional de extensão universitária. Manaus: Imprensa universitária, 2012. E-book (68p.) P&B. disponível em: <<https://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>>. Acesso em: mar. 2023

APÊNDICE C – AVALIAÇÃO DA OFICINA

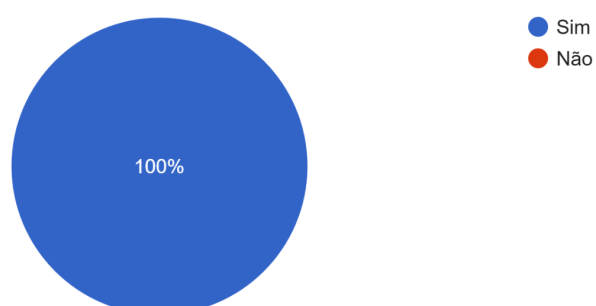
Avaliação elaborada através do formulário google para aplicação na oficina.

Disponível no Link:

<https://docs.google.com/forms/d/1VoxrmqjksodihT8Z3BGNbFQfyKx10AFPyKFUtnFN95o/edit>

Autorizo o uso das minhas informações exclusivamente para fins da pesquisa acadêmica.

10 respostas



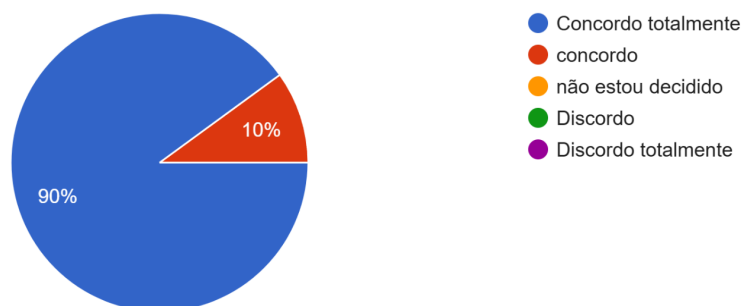
ASPECTO ATRAÇÃO 1. A apresentação dos conteúdos ministradas na oficina, a organização dos temas e a ordem de apresentação favoreceu a compreensão sobre o assunto.

10 respostas



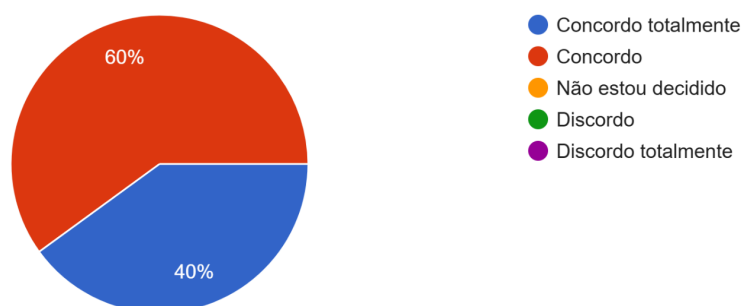
ASPECTO COMPREENSÃO 2. O tema ministrado foi abordado com clareza e objetividade e ampliou o seu conhecimento sobre o assunto.

10 respostas



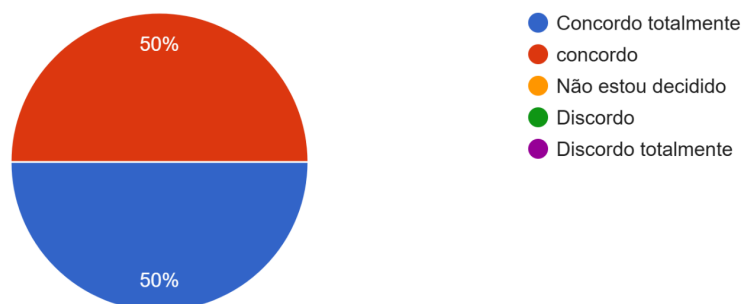
ASPECTO ENVOLVIMENTO 3. Após as dinâmicas propostas pela oficina foi possível compreender e identificar práticas dialógicas que podem potencializar a elaboração de projetos mais dialógicos.

10 respostas



ASPECTO MUDANÇA DE AÇÃO 4. Os temas abordados auxiliarão os servidores do seu campus a identificarem diferentes práticas dialógicas em pr... maior participação e engajamento da comunidade.

10 respostas



Justifique a resposta anterior se julgar necessário.

No meu câmpus tenho docentes que tem medo dos "compromissos" vinculados a projetos de extensão e a comunidade externa. Com esse entendimento da importância da participação da comunidade, pode ajudar a vencer esse medo.

ASPECTO ACEITAÇÃO

5. Como você avalia a relevância desse tema na perspectiva da extensão?

Esse tema é fundamental para qualificar as ações da extensão.

Alta

Fundamental, visto que os melhores resultados dos projetos de extensão são aqueles promovidos a partir dessa interação dialógica.

Fundamental. Para que possamos mudar um pouco essa cultura que trazemos muito da nossa formação e possamos realmente caminhar juntos com a comunidade na realização dos projetos, deixando esta de ser objeto nas ações.

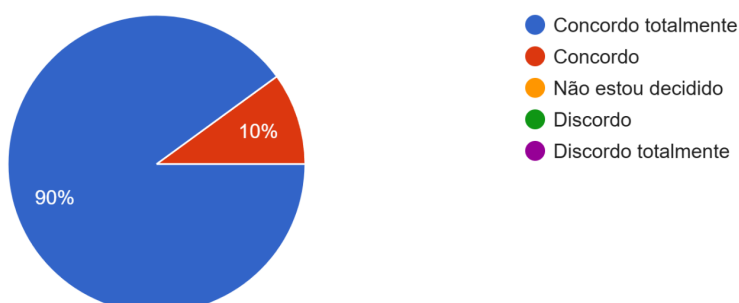
Um projeto de extensão cujo tema é baseado em demanda da comunidade externa tende a garantir a participação dos membros externos e a ter um impacto maior na vida dos envolvidos.

Muito relevante, principalmente para mim, que estou iniciando na coordenação de extensão agora.

É o principal tema que precisa ser trabalhado para que a Extensão efetivamente aconteça.

ASPECTO ENVOLVIMENTO 6. A oficina proporcionou espaços para reflexão dos participantes.

10 respostas



Justifique sua resposta anterior

Sim! A partir dos questionamentos direcionados surgiram compartilhamentos bem interessantes sobre as dificuldades e melhorias neste processo.

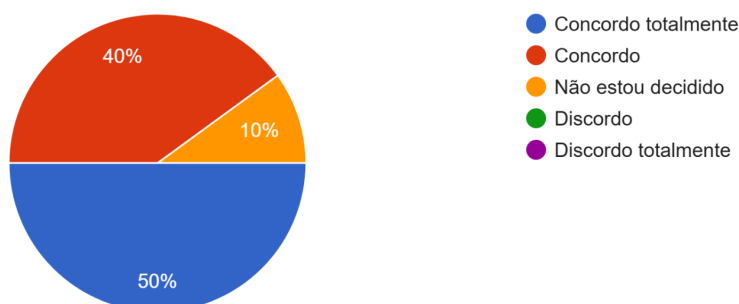
A interação na oficina foi ótima, muitas contribuições!!!

Poderia ter mais tempo.

Ao refletir sobre as práticas realizadas no campus, acabamos refletindo sobre quais caminhos podemos seguir e quais estratégias serão abordadas.

ASPECTO ENVOLVIMENTO 7. O participante sentiu-se encorajado(a) a participar e compartilhar suas ideias durante a dinâmica proposta.

10 respostas



ASPECTO ACEITAÇÃO

8. O que mais gostou na oficina e o que poderia ser melhorado?

Gostei de ver, principalmente, a análise dos projetos desenvolvidos no IFSC. Não tenho sugestões de melhorias.

Gostei da clareza como foi exposta a temática. Nada para melhorar

O formato foi excelente, estava a pouco comentando sobre o formato da apresentação e o envolvimento dos ouvintes. Parabéns.

Sem sugestões no momento, apenas espero que a oficina possa ser replicada nos campus.

Participação ampla

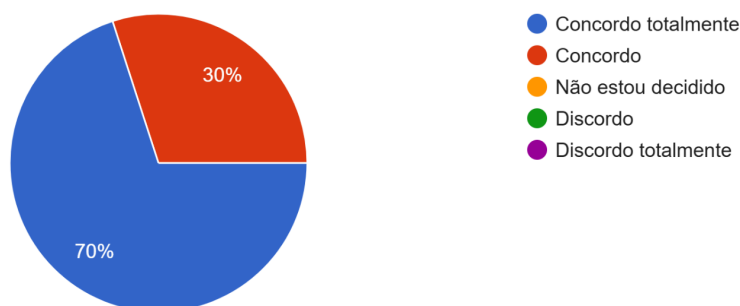
Gostei da participação dos colegas, na dinâmica e a possibilidade de melhoria do trabalho em cada câmpus.

Gostei do momento de discussão, e troca de experiências e opiniões.

Foi dinâmica, com uma boa gestão do tempo e boa iteração entre os participantes.

ASPECTO MUDANÇA DE AÇÃO 9. A oficina pedagógica tem potencial para ser aplicada aos servidores nos 22 campus dos IFSC como forma de capacitação sobre o tema.

10 respostas



ASPECTO MUDANÇA DE AÇÃO

10. Quais ocasiões você considera ser mais efetivo para a aplicação desse formato de oficina nos campus?

Semana pedagógica (início de semestre).

Em semanas pedagógicas

Acredito que momento como na formação pedagógica seria o melhor, pelo tempo reservado a esse fim, visto que durante o ano letivo é correria.

No início do semestre junto a capacitação pedagógica.

Não entendi...

No nosso câmpus temos previsto momentos de formação. Nós temos um GT que organiza esses momentos, poderia ser em um espaço desses.

Uma opção é durante os início de semestres, durante semana pedagógica (início do ano letivo), ou eventos da Extensão.

Durante a semana pedagógica de início de ano letivo, tendo em vista que a maioria dos editais,

ASPECTO DE ACEITAÇÃO

11. Você tem alguma sugestão para futuras oficinas?

Não

No momento não

Não no momento.

Talvez convidar coordenadores de projetos, discentes etc

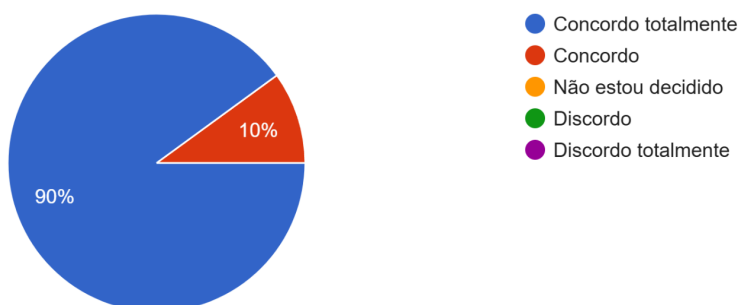
Pode-se propor mais dinâmicas, intercalando com as falas. Cuidado com slide com muito texto, o ideal é usar figuras, esquemas e etc.

Acho que um tema interessante é Inovação Social.

Não.

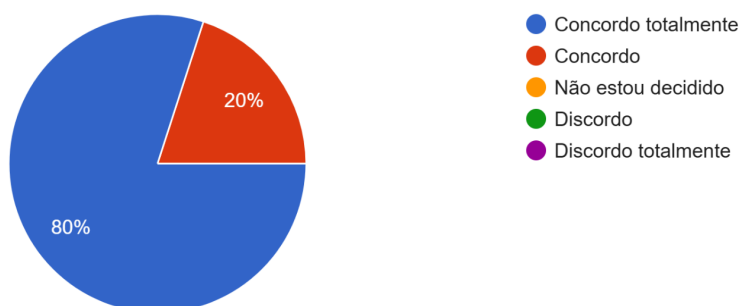
ASPECTO COMPREENSÃO 12. Usabilidade e Interface: As modificações no sistema tornaram a interface mais intuitiva e amigável, facilitando a navegação e a busca por informações.

10 respostas



ASPECTO ATRAÇÃO 13. Funcionalidade das Ferramentas de Busca: Os novos filtros de busca aplicados a ferramenta Sigaa Extensão atendem às ...dades da comunidade interna e externa do IFSC.

10 respostas



Justifique sua resposta

Facilita a busca por parte da coordenação, que antes era manual, e dá acesso a comunidade.

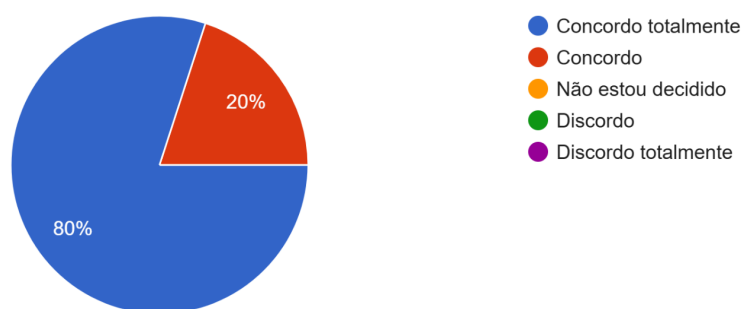
Esta ferramenta agilizará muito o trabalho dos coordenadores

O layout ainda é engessado no formato do Sigaa, uma consulta com uma tela mais amigável iria atrair mais a comunidade.

Antes o controle dos projetos do campus eram feitos através de planilhas, onde cada edital era consultado para verificar os projetos em execução no campus. A ferramenta facilitou, e muito, o acesso a essa informação.

ASPECTO DE MUDANÇA DE AÇÃO 14. Acompanhamento das Atividades: A nova customização possibilitará monitorar o progresso das atividades...anto à comunidade interna quanto externa ao IFSC.

10 respostas



ASPECTO MUDANÇA DE AÇÃO

15. Tendo como objetivo identificar os pontos fortes e as áreas de melhoria na customização do Sigaa-Extensão, tem alguma sugestão para aprimorar continuamente a gestão das atividades extensionistas?

Disponibilização do acesso e lugar facilitado para a comunidade, como foi citado na reunião.

Apresentar um ícone com o resumo do projeto e o status(Pendências)

Segue contribuição conforme o doc no drive sobre os relatórios.

Trazer para a página do IFSC com imagens das ações de extensão

O ponto forte para mim é a seleção por câmpus, para o público interno se fosse possível gerar um arquivo com todos os dados do resultado da pesquisa, delimitado, seria ótimo.

Em muitas situações o Sigaa-extensão exige muitas informações dos servidores que desejam cadastrar ações de extensão e, na maioria das vezes, é um processo muito burocrático. Entendo

que melhorias no Sigaa que tornem a inserção das ações mais simples faria com que os colegas utilizassem mais a ferramenta. Um exemplo é a necessidade de ter um projeto de extensão aprovado para vincular um evento ou curso torna a tarefa cansativa e geralmente repetitiva. Neste ano e meio na coordenação de extensão do campus, observei que alguns colegas deixaram de oficializar ações por conta do pouco conhecimento com as funções do Sigaa-extensão e do grande número de informações exigidas para fazer o cadastro.

Customizar esses mesmo filtros no acesso dos servidores.

ANEXO A – APROVAÇÃO DA PESQUISA NO CEP SH


O projeto “A interação dialógica com a comunidade na concepção de projetos de extensão”, que tem como pesquisador responsável GRASIELA LUCIA DE PINHO, foi recebido para análise ética no CEP Instituto Federal de Santa Catarina IFSC em 02/02/2024 às 12:24. O título sofreu reajuste atendendo os objetivos da pesquisa para A interação dialógica no desenvolvimento de projetos de extensão do Instituto Federal de Santa Catarina.

DETALHAR PROJETO DE PESQUISA

— DADOS DA VERSÃO DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A INTERAÇÃO DIALÓGICA COM A COMUNIDADE NA CONCEPÇÃO DE PROJETOS DE EXTENSÃO.
Pesquisador Responsável: GRASIELA LUCIA DE PINHO
Área Temática:
Versão: 1
CAAE: 77253024.1.0000.0185
Submetido em: 29/01/2024
Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina
Situação da Versão do Projeto: Aprovado
Localização atual da Versão do Projeto: Pesquisador Responsável
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio



Comprovante de Recepção:  PB_COMPROVANTE_RECEPCAO_2253040

Fonte: Plataforma Brasil (2022).